PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 – 2025
Fls. 01
Rubrica:

PROCESSO ADMINISTRATIVO

ORGÃO/ENTE PMB/MA	Nº 3241/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

SETOR SOLICITANTE	PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.	**OBJETO:** Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 02
Rubrica:

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Ao Sr.
Francisco Danka Lima da Cruz
Setor de Protocolo
Nesta...

Órgão: Prefeitura de Buriti - Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Responsável pela Demanda: Giovana Colicchio Introvini - Secretária Municipal de Administração e Finanças

Assunto: Abertura de Processo Administrativo, conforme objeto especificado abaixo.

Objeto: Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipal de Administração e Finanças do Município de Buriti-MA e demais órgãos que manifestarem interesse.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças exerce função estratégica e estruturante no âmbito da Administração Pública Municipal, sendo responsável pela execução orçamentária, financeira, contábil e pelo ordenamento das despesas do Município. Em razão dessa competência, compete a esta Pasta a gestão financeira, o controle de abastecimento e o acompanhamento contratual da frota administrativa municipal, abrangendo veículos leves, utilitários, caminhonetes, automóveis de apoio e, de forma relevante, as máquinas pesadas utilizadas nos serviços de infraestrutura urbana e rural.

Ressalta-se que, embora as máquinas pesadas — tais como patrol, retroescavadeiras, tratores, caçambas e equipamentos similares — estejam operacionalmente vinculadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura, esta não detém competência para ordenação de despesas. Dessa forma, toda a responsabilidade relacionada à aquisição de combustíveis, controle de consumo, execução financeira, fiscalização e gestão contratual desses equipamentos recai sobre a Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Tal arranjo administrativo impõe a necessidade de um modelo de contratação que assegure abastecimento contínuo, eficiente e flexível, sob pena de paralisação de serviços essenciais à população.

A demanda por combustíveis envolve, portanto, não apenas os veículos administrativos da própria Secretaria, mas toda a frota cuja gestão financeira lhe compete, inclusive equipamentos de alto consumo e operação contínua. O fornecimento de combustíveis deve ocorrer de forma ininterrupta, segura e com capacidade de atendimento a situações ordinárias e emergenciais, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

Adicionalmente, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças realiza, com frequência, deslocamentos intermunicipais e interestaduais, notadamente para a capital do Estado, São Luís,

em razão de demandas administrativas, financeiras, institucionais e operacionais. Veículos oficiais utilizados nessas atividades, assim como ambulâncias e veículos vinculados a serviços essenciais, não possuem autonomia suficiente para percorrer longas distâncias sem necessidade de reabastecimento. Assim, a limitação do abastecimento exclusivamente ao território do Município de Buriti-MA revela-se operacionalmente inviável e incompatível com a realidade da prestação dos serviços públicos.

Outro aspecto relevante refere-se à logística regional de combustíveis. O Município de Buriti-MA é abastecido por centros de distribuição localizados em São Luís, o que torna os postos locais mais suscetíveis a oscilações de estoque, atrasos logísticos e períodos de desabastecimento. Tal cenário exige a adoção de um modelo contratual que amplie a rede de fornecedores aptos ao atendimento da frota municipal, mitigando riscos operacionais e assegurando a continuidade dos serviços.

Cumpre destacar, ainda, que o mercado de combustíveis caracteriza-se como mercado fluido, com variação frequente e significativa de preços. De acordo com dados oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, os preços médios de revenda são apurados e divulgados semanalmente. No período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 04 de dezembro de 2025, foram realizadas 49 atualizações semanais de preços em nível nacional, evidenciando a constante flutuação dos valores praticados no mercado de combustíveis. Essa dinâmica inviabiliza a fixação prévia de preços por longos períodos e reforça a necessidade de um modelo de contratação flexível, capaz de acompanhar as variações de mercado sem prejuízo à economicidade e à transparência.

Nesse contexto, o **CREDENCIAMENTO** apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e juridicamente recomendável. O modelo permite a habilitação simultânea de múltiplos postos de combustíveis, assegurando atendimento contínuo, descentralizado e compatível com a realidade operacional da frota municipal. Além disso, possibilita que o abastecimento seja realizado sempre no ponto mais próximo e vantajoso, reduzindo deslocamentos desnecessários, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo maior eficiência logística.

A adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão, divulgado oficialmente pela ANP, como parâmetro de pagamento, confere objetividade, transparência e controle à contratação, alinhando os valores pagos ao comportamento real do mercado regional e evitando sobrepreços ou distorções.

Diante de todo o exposto, resta plenamente justificada a necessidade da contratação por meio de credenciamento, como medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços administrativos e operacionais do Município, a adequada gestão da frota sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inclusive das máquinas pesadas da Secretaria de Infraestrutura, bem como a observância dos princípios da eficiência, economicidade, segurança operacional e interesse público.

DEMANDA DETALHADA (MÉRITO DA NECESSIDADE)

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças desempenha funções essenciais relacionadas à coordenação administrativa, gestão fiscal e suporte operacional às atividades gerais da Administração Municipal. Para o cumprimento dessas atribuições, é necessária a utilização contínua de veículos oficiais em deslocamentos internos e externos, transporte de documentos oficiais, atendimento de demandas administrativas em órgãos públicos diversos, visitas a unidades

setoriais, entrega de correspondências institucionais e realização de serviços que exigem mobilidade permanente.

A necessidade de abastecimento regular decorre do caráter ininterrupto dessas atividades, que não podem sofrer paralisações por indisponibilidade de combustível no comércio local. A Secretaria precisa manter seus veículos em operação em períodos regulares e extraordinários, inclusive em situações urgentes que demandem deslocamento imediato. Além disso, o contexto logístico da região, marcado pela dependência de distribuição proveniente da capital São Luís, torna o fornecimento de combustíveis suscetível a variações de estoque nos postos da cidade, o que eleva o risco de interrupção das atividades administrativas.

Assim, a contratação por credenciamento visa assegurar ampla disponibilidade de pontos de abastecimento aptos a atender a Secretaria, garantindo continuidade operacional, flexibilidade para escolha do ponto de abastecimento mais acessível e redução dos impactos de eventuais desabastecimentos pontuais nos postos da região. A adoção desse modelo permite ainda maior segurança administrativa, visto que evita a dependência de um único fornecedor e possibilita a execução regular das atividades institucionais sem prejuízos ao serviço público.

A contratação é, portanto, essencial para a manutenção das rotinas administrativas do órgão, assegurando mobilidade, eficiência e plena execução das atribuições legais da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PARÂMETROS

A estimativa de consumo de combustíveis necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças foi definida com base na utilização atual da frota, na execução das atividades administrativas e nos registros de consumo ao longo dos exercícios anteriores. As quantidades apresentadas abaixo correspondem à previsão total para o período contratual, considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços e a plena execução das atividades institucionais.

Quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	200000
2	Oleo Diesel Comum	L	230000
3	Oleo Diesel S10	L	300000

Para fins de planejamento da execução contratual, as quantidades acima poderão ser distribuídas ao longo do período de vigência, observadas as necessidades operacionais da Secretaria, sem que isso altere o quantitativo total previsto.

Parâmetro de precificação:

A contratação utilizará como referência o preço médio praticado no Estado do Maranhão, conforme os levantamentos divulgados semanalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em conformidade com o Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 05

Os combustíveis deverão ser fornecidos conforme a demanda da Secretaria, observando-se:

1. Combustíveis:
a) Gasolina Comum fornecida diretamente na bomba;
b) Óleo Diesel Comum fornecido diretamente na bomba;
c) Óleo Diesel S10 fornecido diretamente na bomba.

2. Local de abastecimento:
O abastecimento será realizado nas instalações dos postos credenciados localizados em Buriti-MA ou em quaisquer outros municípios do Estado do Maranhão. A Administração utilizará prioritariamente o posto mais próximo do local onde o veículo estiver no momento da necessidade, garantindo autonomia em deslocamentos longos, especialmente em rotas de ambulâncias para São Luís.

3. Padrão de qualidade:
Os combustíveis deverão atender às especificações da ANP e do INMETRO, cabendo ao credenciado disponibilizar documentos quando solicitado.

4. Forma de controle:
O abastecimento será registrado por meio de requisições oficiais contendo data, horário, veículo, tipo e quantidade de combustível, quilometragem e identificação do servidor responsável.

5. Forma de pagamento:
O pagamento será efetuado conforme a quantidade efetivamente fornecida, tendo como base **o preço médio semanal divulgado pela ANP para o Estado do Maranhão**, vigente na data do abastecimento, mediante apresentação das notas fiscais e das requisições correspondentes.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Horário da Execução: O abastecimento será realizado no horário de funcionamento comercial dos postos credenciados, de segunda a sexta-feira. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Secretaria, o abastecimento poderá ocorrer aos sábados, domingos, feriados ou fora do horário comercial, desde que o posto credenciado disponha de atendimento e a necessidade seja emergencial ou imprescindível à continuidade do serviço público.

Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Prazo para pagamento: até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal e conferência das requisições.

Buriti/MA, 04 de dezembro de 2025.

Antônio Fábio Figueiredo Freitas
Tesoureiro Geral

Fls: 06
Rubrica:

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 0189990142e1e423d72e256f377970f9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 012/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr. Luís Carlos Rodrigues dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 648.538.613-00 e RG n° 000112126999-8 SSP/MA**, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 08 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: b7baf15a685b632fe1eaedad340af948

PORTARIA MUNICIPAL Nº 013/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr. Laudelino de Jesus Mendes, brasileiro, portador do CPF nº 089.527.443-49 e RG n° 035774412008-0 SSP/MA**, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Agricultura, Produção, Pesca e Aquicultura.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 08 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: f7555faa3ff317efb6b0b3a96542d233

PORTARIA MUNICIPAL Nº 014/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr. Antônio Fábio Figueiredo Freitas, brasileiro, portador do CPF nº 279.253.313-72 e RG n° 032297322006-2 SSP/MA**, Tesoureiro Geral.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 08 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 07
Rubrica:

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3241/2025

DATA DA ABERTURA: 05 de dezembro de 2025.

OBJETO: Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipal de Administração e Finanças do Município de Buriti-MA e demais órgãos que manifestarem interesse.

Encaminhamos o processo ao setor demandante para análise e providências necessárias, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti/MA, 05 de dezembro de 2025.

Francisco Danka Lima da Cruz

Francisco Danka Lima da Cruz
Setor de Protocolo

expressa comunicação.

Art. 7º Fica vedado:

I. O exercício do trabalho voluntário que substitua o de qualquer categoria profissional, servidor ou empregado público vinculado ao município de Buriti – MA;
II. O repasse ou concessão de quaisquer valores ou benefícios aos portadores de serviço voluntário, salvo nos casos de ressarcimento de eventuais despesas referentes ao transporte e alimentação devidamente comprovados, desde que para o cumprimento dos objetivos pactuados no TAV; e
III. O exercício do trabalho voluntário por pessoa menor de 18 (dezoito) anos.

Art. 8º O/a Voluntário/a deverá atuar na área compatível com a aptidão e interesse, e suas atividades serão controladas pelo responsável do órgão a que ficar subordinado/a.

Art. 9º São obrigações do Prestador/a de serviços voluntários, dentre outras, sob pena de desligamento:

I. Manter comportamento compatível com sua atuação;
II. Ser assíduo no desempenho das suas atividades;
III. Tratar com urbanidade os Servidores Públicos Municipais, bem como, os demais prestadores de serviços voluntários e o público em geral;
IV. Exercer suas funções conforme o previsto no Termo de Adesão, sempre sob orientação e coordenação do responsável designado pela direção do órgão ou entidade ao qual se encontra vinculado;
V. Justificar ausências nos dias em que tiver escalado para prestação de serviço voluntário;
VI. Reparar danos que, por sua culpa ou dolo, vier causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros na execução dos serviços voluntários;
VII. Respeitar e cumprir as normas legais e regulamentares, bem como, observar outras vedações a ser impostas pelo órgão na qual se encontra prestando serviços voluntários.

Art. 10 Fica o Poder Executivo do Governo Municipal autorizado a ressarcir as despesas efetivadas pelo prestador de serviço voluntário, para o cumprimento dos objetivos pactuados no TAV conforme Lei Federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.

§ 1º As despesas a serem ressarcidas deverão estar prévia e expressamente autorizadas pelo órgão a que for prestado o serviço voluntário, sendo custeado com recursos do orçamento aprovado para a Secretaria responsável pela formalização do TAV.

§ 2º Os valores a serem praticados para ressarcimento das despesas ao Prestadores de Serviços Voluntários será regulamentado pelo Prefeito Municipal por meio de Decreto.

Art. 11 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

)

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 949ed5101143d6fd7eaf0061cf03665b

LEI MUNICIPAL Nº 750, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BURITI-MA, faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído o Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão, instituído e administrado pela Prefeitura Municipal de Buriti, como o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos do Município de Buriti, bem como dos órgãos da administração indireta, suas autarquias e fundações.

Art. 2° A edição do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão será realizada em meio eletrônico e atendera aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Art. 3° A edição eletrônica do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado da Maranhão será disponibilizada na rede mundial de computadores, em endereço eletrônico, podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento, a qualquer tempo.

Art. 4° As publicações no Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão substituirão quaisquer outras formas de publicações utilizada pelo Município, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.

Art. 5° Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão são reservados ao Município de Buriti.

§1 - "O Município poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Oficial do Município de Buriti do Estado do Maranhão, mediante solicitação (previa de três dias) e o pagamento do valor correspondente a sua reprodução

§2° O Município manterá no quadro de avisos da Prefeitura, cópia da versão impressa da última edição que constar publicação de atos municipais.

Art. 6° A responsabilidade pelo conteúdo da publicação e do órgão que o produziu.

Art. 7° As despesas com a execução da presente Lei correrão a conta das dotações orçamentarias próprias.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 9° Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 751571e7a87eef2c3e582e4337e8c8dd

PORTARIA MUNICIPAL Nº 001/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;

Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Giovana Colicchio Introvini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 899.777.341-00 e RG n° 33987572-0 SSP/SP**, gestora titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º A Secretária Municipal de Administração e Finanças será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações

financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 02 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7b2dfd5013083030d7fdf1cf10407fb9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 002/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Cleane de Jesus Costa, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 784.511.403-00 e RG nº 000095756198-9 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 166f9de4c3e44780690e827cef0b72d7

PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Raí Pablo Sousa de Aguiar, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 042.501.593-96 e RG nº 031336752006-8 SSP/MA**, gestor titular da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Secretário Municipal de Saúde será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 10
Rubrica:

OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/2025 – SMAF

Aos(Às)
Secretários(as) Municipais
Prefeitura Municipal de Buriti – MA

Assunto: Manifestação de Interesse para Participação em Credenciamento de Fornecedores de Combustíveis

Prezados(as) Secretários(as),

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem por meio deste COMUNICAR que será iniciado o procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipal de Administração e Finanças do Município de Buriti-MA e demais órgãos que manifestarem interesse.

Considerando que o credenciamento permite a habilitação de diversos fornecedores aptos a prestar o serviço, ampliando a disponibilidade de pontos de abastecimento e garantindo maior segurança operacional, especialmente em deslocamentos intermunicipais e situações emergenciais, solicita-se que as Secretarias que desejarem participar encaminhem sua manifestação formal.

As unidades interessadas deverão informar:

1. Justificativa da necessidade, contendo breve descrição das atividades que demandam abastecimento;
2. Quantitativos estimados por tipo de combustível (Gasolina Comum, Diesel Comum e Diesel S10);
3. Eventuais sugestões de aperfeiçoamento ou necessidades específicas relacionadas ao abastecimento, desde que compatíveis com o objeto do credenciamento.

O envio da manifestação deverá ocorrer **no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis**, a contar do recebimento deste Ofício, devendo ser formalizado por meio de **Oficio** dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, devidamente autorizado pela autoridade competente da respectiva Pasta.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Buriti/MA, 05 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 02 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7b2dfd5013083030d7fdf1cf10407fb9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 002/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Cleane de Jesus Costa, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 784.511.403-00 e RG nº 000095756198-9 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 166f9de4c3e44780690e827cef0b72d7

PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Raí Pablo Sousa de Aguiar, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 042.501.593-96 e RG nº 031336752006-8 SSP/MA**, gestor titular da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Secretário Municipal de Saúde será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;

n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: fc05942f3a4739227eac696f2c312c39

PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Sherlyane Machado de Oliveira, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 037.640.273-39 e RG n° 044482902012-4 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.
Art. 2º A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Fls. 12
Rubrica:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti-MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d85e9723bfb2432eb3c4b42fdf0e682

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI/MA**, com sede na Avenida Senador Vitorino Freire, Nº 513, Bairro Centro, Cajari/MA, neste ato representada pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, inscrita no CNPJ nº 06.469.837/0001-60, através da Secretária Municipal de Administração e Finanças a **Sra. Jimena Coelho de Souza**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 822.708.993-34, domiciliada nesta cidade, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 – CPL** para **REGISTRO DE PREÇOS** e a respectiva homologação do Processo Administrativo nº 06/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **D. M. F. NUNES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.353.547/0001-27, com sede na Rua Antônio Serafim, 183 B - Subestação, Viana – MA, CEP: 65.215-00, neste ato representada pelo Sr. **Dunga Mateus Ferreira Nunes**, brasileiro, inscrito no CPF nº 604.364.583-14, endereço profissional acima qualificado, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material eletroeletrônico para atender as necessidades das Secretarias municipais de Cajari – MA, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O valor global registrado desta Ata de Registro de Preço é de **R$ 586.250,00 (quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 13
Rubrica:

À Senhora
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura de Buriti-MA

ASSUNTO: Manifestação de Interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Venho, na qualidade de Secretário Municipal de Saúde, à luz da legislação vigente, manifestar interesse em participar do procedimento de **Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis**, conforme itens descritos no Termo de Participação anexo ao presente.

Informamos que **não houve sugestão de inclusão de novos itens** além dos quantitativos informados.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima, consideração e respeito, colocando-nos à disposição.

Buriti - MA, 11 de dezembro de 2025

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 14
Rubrica:

TERMO DE PARTICIPAÇÃO

OBJETO
Manifestação de interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme comunicação do Órgão Gerenciador.

JUSTIFICATIVA
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA manifesta seu interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, cujo objeto é o atendimento das necessidades institucionais da pasta, conforme comunicação expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

A participação da Secretaria de Saúde neste credenciamento é essencial devido à natureza contínua, urgente e ininterrupta dos serviços de saúde prestados à população. A frota vinculada ao setor, composta por ambulâncias, veículos de transporte de pacientes, unidades móveis, equipes de Programas, vigilância epidemiológica e sanitária, vacinação e ações itinerantes, depende de abastecimento permanente para garantir o funcionamento adequado.

As ambulâncias, em especial, realizam deslocamentos frequentes a longas distâncias, incluindo transferências para a capital do Estado, São Luís, e outras cidades da região, muitas vezes em situações críticas de urgência e emergência. Esses veículos não possuem autonomia suficiente para realizar tais trajetos sem reabastecimento durante o percurso, tornando indispensável a possibilidade de abastecimento em postos credenciados localizados não apenas em Buriti-MA, mas também em municípios estratégicos ao longo das rotas utilizadas.

O credenciamento proporciona segurança, continuidade e maior flexibilidade operacional, permitindo que o veículo seja abastecido no ponto geograficamente mais próximo da necessidade, reduzindo riscos e garantindo que o atendimento à população não seja interrompido por falta de combustível.

Da mesma forma, equipes de saúde que atuam nas zonas rural e urbana necessitam de abastecimento constante para assegurar visitas domiciliares, campanhas, transporte de insumos, atendimento de emergências e execução de políticas públicas de saúde.

Diante desse cenário, a participação da Secretaria Municipal de Saúde no credenciamento se justifica plenamente pela necessidade de garantir a prestação ininterrupta dos serviços essenciais, pela segurança operacional da frota de saúde, pela economicidade e pela eficiência administrativa, sempre visando o interesse público e o bem-estar da população buritiense.

ESTIMATIVA DE CONSUMO
Informamos que nossa estimativa de consumo está de acordo com os quantitativos manifestados por esta Secretaria, conforme descrito a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	120000
3	Oleo Diesel S10	L	180000

ITENS PARA INCLUSÃO
Nenhum item para inclusão.

Buriti - MA, 11 de dezembro de 2025

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 001/2026

financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 02 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7b2dfd5013083030d7fdf1cf10407fb9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 002/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Cleane de Jesus Costa, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 784.511.403-00 e RG nº 000095756198-9 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 166f9de4c3e44780690e827cef0b72d7

PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Raí Pablo Sousa de Aguiar, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 042.501.593-96 e RG nº 031336752006-8 SSP/MA**, gestor titular da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Secretário Municipal de Saúde será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

À Senhora
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura de Buriti-MA

ASSUNTO: Manifestação de Interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Venho, na qualidade de Secretária Municipal de Educação, à luz da legislação vigente, manifestar interesse em participar do procedimento de **Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis**, conforme itens descritos no Termo de Participação anexo ao presente.

Informamos que **não houve sugestão de inclusão de novos itens**, permanecendo os quantitativos apresentados.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima, consideração e respeito, colocando-nos à disposição.

Buriti – MA, 16 de dezembro de 2025.

Cleane de Jesus Costa
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 002/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 17
Rubrica:

TERMO DE PARTICIPAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: Manifestação de interesse em participar do procedimento de **Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis**, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme comunicação do Órgão Gerenciador.

JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti-MA manifesta seu interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, considerando a necessidade permanente de abastecimento da frota responsável pelas atividades educacionais, administrativas e operacionais da Pasta.

Entre as atribuições essenciais da Secretaria, destaca-se o **serviço de transporte escolar**, que atende diariamente estudantes da zona urbana e, principalmente, da zona rural, percorrendo longas distâncias e vias de difícil acesso. A operacionalização desse serviço exige abastecimento contínuo, regular e seguro, uma vez que qualquer interrupção compromete diretamente a rotina escolar, a assiduidade dos alunos e o cumprimento das metas educacionais do Município.

Além do transporte escolar, a frota é utilizada para deslocamentos de equipes pedagógicas, supervisão escolar, entrega de materiais didáticos, distribuição de merenda, atividades de formação profissional, acompanhamento de programas federais e visitas técnicas às unidades de ensino. Essas ações, muitas vezes realizadas simultaneamente, demandam disponibilidade imediata de veículos e autonomia para percorrer rotas diversas em Buriti-MA e em municípios próximos, o que reforça a importância de contar com múltiplos postos credenciados.

O credenciamento possibilita que os veículos sejam abastecidos **no ponto mais próximo da necessidade**, reduzindo deslocamentos desnecessários, evitando atrasos no atendimento às escolas e garantindo eficiência logística. Essa flexibilidade operacional é imprescindível, sobretudo em localidades rurais mais distantes, onde a falta de combustível pode interromper o transporte escolar e prejudicar diretamente o calendário letivo.

Diante disso, a participação da Secretaria Municipal de Educação no credenciamento é plenamente justificada, pois assegura a continuidade das ações educacionais, promove a economicidade na gestão da frota, garante segurança operacional aos motoristas e alunos e impede que a prestação dos serviços educacionais seja comprometida por ausência de abastecimento.

ESTIMATIVA DE CONSUMO: Informamos que nossa estimativa de consumo está de acordo com os quantitativos informados por esta Secretaria, conforme descrito abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	36000
2	Oleo Diesel Comum	L	100000
3	Oleo Diesel S10	L	450000

Buriti – MA, 16 de dezembro de 2025.

Cleane de Jesus Costa
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 002/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Rubrica:

n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: fc05942f3a4739227eac696f2c312c39

PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Sherlyane Machado de Oliveira, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 037.640.273-39 e RG n° 044482902012-4 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.
Art. 2º A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti-MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d85e9723bfb2432eb3c4b42fdf0e682

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI/MA**, com sede na Avenida Senador Vitorino Freire, Nº 513, Bairro Centro, Cajari/MA, neste ato representada pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, inscrita no CNPJ nº 06.469.837/0001-60, através da Secretária Municipal de Administração e Finanças a **Sra. Jimena Coelho de Souza**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 822.708.993-34, domiciliada nesta cidade, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 – CPL** para **REGISTRO DE PREÇOS** e a respectiva homologação do Processo Administrativo nº 06/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **D. M. F. NUNES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.353.547/0001-27, com sede na Rua Antônio Serafim, 183 B - Subestação, Viana – MA, CEP: 65.215-00, neste ato representada pelo Sr. **Dunga Mateus Ferreira Nunes**, brasileiro, inscrito no CPF nº 604.364.583-14, endereço profissional acima qualificado, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material eletroeletrônico para atender as necessidades das Secretarias municipais de Cajari – MA, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O valor global registrado desta Ata de Registro de Preço é de **R$ 586.250,00 (quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 19
Rubrica:

À Senhora
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ASSUNTO: Manifestação de Interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis.

Venho, na qualidade de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, à luz da legislação vigente, manifestar interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, conforme itens descritos no Termo de Participação anexo ao presente.

Informamos que não houve sugestão de inclusão de novos itens, permanecendo os quantitativos apresentados por esta Secretaria.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima, consideração e respeito.

Buriti – MA, 17 de dezembro de 2025.

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
Portaria nº 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 20
Rubrica:

TERMO DE INTERESSE EM PARTICIPAÇÃO

1. OBJETO

   Manifestação de interesse em participar do procedimento de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme comunicação do Órgão Gerenciador.

2. JUSTIFICATIVA

   A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social necessita de abastecimento contínuo para a frota utilizada no deslocamento de equipes técnicas, acompanhamento de programas sociais, visitas domiciliares, entrega de benefícios eventuais, monitoramento de famílias em vulnerabilidade e apoio às unidades socioassistenciais do município. Essas atividades demandam mobilidade constante e cobertura territorial ampla, incluindo zona urbana e rural.

   A participação no credenciamento assegura que os veículos da pasta possam ser abastecidos de forma regular, inclusive em rotas externas, garantindo maior agilidade no atendimento das demandas sociais e evitando prejuízos nas ações voltadas ao público assistido. Dessa forma, o abastecimento adequado da frota é indispensável para a continuidade dos serviços de proteção social básica e especial oferecidos pelo Município.

3. ESTIMATIVA DE CONSUMO

   Informamos que nossa estimativa de consumo está de acordo com os quantitativos informados por esta Secretaria, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	20000
3	Oleo Diesel S10	L	20000

Buriti – MA, 17 de dezembro de 2025.

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
Portaria nº 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3211 - 2025
Fls. 21
Rubrica:

DESPACHO

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na qualidade de órgão gerenciador, após encerrado o prazo para manifestação das unidades administrativas, registra que três Secretarias apresentaram formalmente suas demandas e demonstraram interesse em participar do procedimento, sendo elas:

1. Secretaria Municipal de Saúde
2. Secretaria Municipal de Educação
3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

Considerando as informações e quantitativos encaminhados pelos órgãos acima, o processo administrativo seguirá para a fase de consolidação técnica necessária com o seguinte objeto **Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA**.

O credenciamento tem por objetivo assegurar abastecimento contínuo e seguro da frota pública, incluindo veículos administrativos, operacionais e equipamentos vinculados às Secretarias participantes, garantindo eficiência logística, agilidade no atendimento e continuidade dos serviços prestados à população.

As quantidades consolidadas para fins de planejamento são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	376000
2	Oleo Diesel Comum	L	330000
3	Oleo Diesel S10	L	950000

Os documentos essenciais do processo (Aprovação do Termo de Referência, Autorização, Edital, Adjudicação, Homologação e Termo de Credenciamento) serão posteriormente assinados em conjunto pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças e pelas Secretarias participantes.

Os despachos processuais continuarão sendo assinados exclusivamente pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser o órgão gerenciador do procedimento.

Dando prosseguimento à tramitação, **determina-se o encaminhamento do processo ao Setor de Planejamento**, para que sejam elaborados:

- o **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, com a devida caracterização da necessidade, análise de alternativas, justificativas administrativas e fundamentação técnica;

- o **Mapa de Riscos**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

Após a conclusão do ETP e do Mapa de Riscos, as etapas seguintes avançarão para pesquisa de preços, solicitação de dotação orçamentária, elaboração do Termo de Referência e demais documentos preparatórios do Credenciamento, que serão submetidos à assinatura conjunta na forma já indicada.

Buriti – MA, 19 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241- 2025
Fls. 22
Rubrica:

DESPACHO

Ao
Setor de Planejamento
Prefeitura Municipal de Buriti/MA
Nesta...

Assunto: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Classificação de Risco

Prezados,

Solicito que seja elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o respectivo Mapa de Classificação de Risco referente ao processo nº 3241/2025, cujo objeto é o Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

Os documentos devem observar as normas e diretrizes aplicáveis, considerando os objetivos e especificidades do presente processo. Caso necessário, podem ser realizadas consultas às áreas envolvidas para coleta de informações adicionais.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Buriti/MA, 19 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Fls: 23

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f384715870735622b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

Art. 3º- A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º - Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7609ab890c0f4de6e4b6990c45aa1b10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

OFÍCIO Nº 003/2025-GABPREF

Ofício **nº 003/2025-GABPREF**
Carolina (MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo Ente/Órgão, conforme segue:

OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO

Nome Outorgado 1: **SÉRGIO DA SILVA FERREIRA**
CPF: 002.713.951-41
Cargo: Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass. Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: admfinancarolina@gmail.com **Telefone:** (94) 991325180

Nome Outorgado 2 : **CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES**
CPF: 054.560.133-98
Cargo: Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: cltn.guimaraes12@gmail.com **Telefone:** (99) 992116670

009 - Emitir Cheques
010 - Abrir contas de depósito
020 - Receber, passar recibo e dar quitação
026 - Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027 - Requisitar Talonário de cheques
036 - Retirar cheques devolvidos
038 - Endossar Cheque
094 - Sustar/ Contraordenar cheques
095 - Cancelar Cheques
096 - Baixar Cheques
098 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
099 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
100 - Efetuar saques - conta corrente
102 - Efetuar Saques de Poupança
104 - Efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP
105 - Efetuar transferências via BB Digital PJ/AASP
106 - Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
107 - Efetuar Transferências, exceto por meio eletrônico
118 - Consultar Contas/Aplic Programas Repasses Recursos Federais RPG
119 - Liberar Arq. De pagamentos via BB Digital PJ/AASP
124 - Solicitar saldos/extratos de investimentos
126 - Emitir comprovantes
128 - Efetuar transferências para mesma titularidade via BB Digital PJ/AASP
133 - Encerrar Contas de Depósito
137 - Consultar obrigações do DDA via BB Digital PJ/AASP
149 - Assinar Instrumento de Convênio e Contrato de Prestação de Serviço

Assinalar para quais contas do Ente/Órgão os poderes serão vinculados:

(x) Todas as contas do CNPJ;
( ) Agência(s)/Conta(s) específica(s): _____

Em anexo, seguem cópias da Legislação e os Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

JAYME FONSECA ESPÍRITO SANTO
Prefeito Municipal de Carolina/MA
CPF nº 345.287.333-15

SÉRGIO DA SILVA FERREIRA
CPF: 002.713.951-41
Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo

CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES
CPF; 054.560.133-98
Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: 16ffd80976e788e5fff4991efebd06d3

OFÍCIO Nº 004/2025-GABPREF

Ofício **nº 004/2025-GABPREF**
Carolina(MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 25
Rubrica:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. Informações Básicas

Número do processo: nº 3241/2025

2. Descrição da necessidade

O Município de Buriti-MA, por meio de suas Secretarias Municipais, desenvolve um conjunto amplo de atividades administrativas, operacionais, assistenciais e de interesse coletivo que dependem diretamente da utilização contínua de veículos automotores, máquinas pesadas e equipamentos que requerem abastecimento regular de combustíveis. A ausência de abastecimento adequado compromete de forma imediata e direta a execução dos serviços públicos essenciais, interferindo negativamente na mobilidade de equipes, na logística institucional e na prestação de serviços à população.

As Secretarias Municipais possuem realidades distintas, mas todas convergem para a mesma necessidade central: garantir autonomia, segurança operacional e disponibilidade permanente de combustível para execução de atividades rotineiras e emergenciais. Entre as principais demandas observadas, destacam-se:

a) deslocamentos administrativos, logísticos e institucionais;
b) transporte de equipes técnicas, agentes públicos e materiais;
c) funcionamento das ações de saúde pública, incluindo ambulâncias e unidades móveis;
d) atendimento educacional, transporte escolar e supervisão das unidades de ensino;
e) execução de programas sociais, visitas domiciliares e assistência a famílias em vulnerabilidade;
f) operação de máquinas pesadas e veículos que realizam serviços de infraestrutura urbana e rural;
g) atividades extraordinárias e emergenciais, especialmente em períodos chuvosos, de calamidade ou aumento de demanda.

Atualmente, a dinâmica geográfica e territorial do Município impõe desafios relevantes. Buriti-MA possui extensa área rural, estradas vicinais de grandes percursos, povoados distantes da sede e dependência de deslocamentos interestaduais e intermunicipais, como viagens constantes à capital do Estado, São Luís. Em razão disso, a frota municipal muitas vezes se encontra em regiões onde o abastecimento local é insuficiente ou inexistente, tornando inviável um modelo de contratação restrito a um único posto ou a uma área específica.

Além disso, a dependência do centro de distribuição de combustíveis localizado em São Luís ocasiona períodos de oscilação e risco de desabastecimento nos postos locais, o que impede a manutenção contínua dos serviços se houver apenas um fornecedor vinculado contratualmente. A Administração não pode ser exposta ao risco de parar ambulâncias, suspender transporte escolar, interromper ações sociais ou deixar de executar serviços essenciais de infraestrutura por ausência de combustível.

Diante desse cenário, o modelo de contratação por **credenciamento** se apresenta como o único capaz de atender amplamente às necessidades públicas. Trata-se de uma solução que permite:

1. habilitação simultânea de diversos postos de combustíveis;
2. descentralização do abastecimento, com uso do fornecedor mais próximo do local de necessidade;
3. maior segurança operacional, evitando interrupção de serviços essenciais;
4. flexibilidade para abastecimento fora do território municipal, quando necessário;
5. garantia de abastecimento contínuo mesmo em períodos de instabilidade logística.

O credenciamento permite que cada veículo da Prefeitura seja abastecido no ponto mais adequado, reduzindo deslocamentos desnecessários, custos operacionais e riscos associados à falta de combustível em situações emergenciais. Esse modelo atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, gestão de riscos e planejamento adequados, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021.

Assim, a necessidade de contratação está plenamente caracterizada: ***o Município de Buriti-MA necessita de solução que garanta abastecimento seguro, contínuo, flexível e economicamente vantajoso para toda a frota pública***, contemplando as demandas das Secretarias Municipais, com o uso de múltiplos fornecedores aptos a assegurar o funcionamento ininterrupto dos serviços públicos essenciais.

3. Área Requisitante e Partipante

Área Requisitante	**Responsável**
Secretária Municipal de Administração e Finanças	Giovana Colicchio Introvini
Área Requisitante	**Responsável**
Secretaria Municipal de Saúde	Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretaria Municipal de Educação	Cleane de Jesus Costa
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	Sherlyane Machado de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a adequada execução do objeto, consistente no Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, a contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários para garantir segurança, continuidade e eficiência do abastecimento da frota pertencente às Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O fornecimento dos combustíveis será realizado **diretamente nas bombas dos postos credenciados**, mediante requisição formal emitida pela Administração. Os estabelecimentos participantes deverão possuir instalações adequadas, estrutura de atendimento regular e condições técnicas que assegurem o abastecimento contínuo, inclusive em situações excepcionais que demandem pronta atuação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 17

O credenciamento permitirá a habilitação de postos localizados **tanto no Município de Buriti-MA quanto em outros municípios do Estado do Maranhão**, garantindo autonomia logística e possibilitando o abastecimento no ponto mais próximo da necessidade operacional — especialmente relevante para viagens intermunicipais e deslocamentos de longa distância, como rotas até a capital São Luís.

Os combustíveis a serem fornecidos compreendem:

- gasolina comum,
- óleo diesel comum,
- óleo diesel S10.

Todos os produtos deverão atender integralmente aos padrões de qualidade, especificações técnicas e requisitos de comercialização estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sendo obrigatória a apresentação de licença de funcionamento, autorização da ANP e demais documentos exigidos para o exercício regular da atividade.

Os fornecedores credenciados deverão possuir regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, demonstrando capacidade técnica e operacional compatível com o objeto. A participação estará condicionada à apresentação de toda a documentação comprobatória prevista no Edital e no Termo de Referência.

O preço a ser praticado pelo credenciado deverá observar como parâmetro o preço médio semanal divulgado pela ANP para o Estado do Maranhão, assegurando que o abastecimento ocorra em conformidade com os valores praticados no mercado regional, promovendo transparência, economicidade e equilíbrio contratual.

Os postos credenciados deverão declarar que têm pleno conhecimento das condições de execução, incluindo:

a) volume estimado de consumo;
b) necessidade de atendimento contínuo;
c) cumprimento das normas de segurança aplicáveis;
d) observância às requisições formais emitidas pela Administração.

As obrigações da Administração e das empresas credenciadas serão detalhadas em tópico específico do Termo de Referência, incluindo aspectos relacionados ao controle de abastecimento, forma de pagamento, responsabilidades, sanções e normas aplicáveis.

Assim, os requisitos estabelecidos asseguram que o credenciamento proporcione ampla rede de atendimento, regularidade no fornecimento, conformidade normativa e eficiência no uso dos recursos públicos, garantindo que a contratação atenda de forma plena às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

5. Levantamento de Mercado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 28
Rubrica

Para a definição da solução mais adequada para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA, foi realizado levantamento preliminar de mercado com o objetivo de identificar:

a) a existência de fornecedores aptos à execução do objeto;
b) a viabilidade técnica do abastecimento em diferentes localidades;
c) parâmetros de preços praticados no Estado do Maranhão;
d) a capacidade operacional dos postos em atender demandas contínuas e emergenciais.

O mercado de combustíveis no Estado do Maranhão, incluindo o Município de Buriti-MA e regiões circunvizinhas, é composto por múltiplos estabelecimentos revendedores autorizados pela ANP, o que evidencia cenário favorável ao uso do credenciamento. A análise preliminar identificou que diversos postos possuem estrutura física adequada, funcionamento regular, conformidade ambiental, autorização da ANP e capacidade operacional compatível com a demanda da Administração Pública.

O levantamento também constatou que o abastecimento no Município de Buriti-MA e municípios vizinhos depende diretamente do Centro de Distribuição de Combustíveis localizado em São Luís-MA, o que pode ocasionar variações no estoque e períodos de desabastecimento em determinados postos. Esse fator reforça a inviabilidade de contratar um único fornecedor, pois eventual interrupção na oferta local comprometeria a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Os preços praticados pelo mercado varejista apresentam oscilações periódicas em razão de fatores logísticos, tributários e de distribuição. Diante disso, identificou-se que o parâmetro mais confiável e transparente para utilização na futura contratação é o **Preço Médio Semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o Estado do Maranhão**, amplamente reconhecido como referência para políticas públicas e contratações que envolvem combustíveis.

O levantamento indica ainda que os postos de combustíveis, tanto locais quanto de outros municípios, demonstram interesse e capacidade para participação em processos de credenciamento, por se tratar de modalidade que não limita a contratação a um único fornecedor, estimulando competitividade e amplitude da rede de abastecimento.

Por fim, o estudo de mercado evidencia que:

- existe número suficiente de fornecedores aptos à prestação do serviço;
- o credenciamento é o modelo mais adequado para garantir disponibilidade contínua, segura e descentralizada;
- os preços médios da ANP constituem parâmetro confiável e transparente para as futuras contratações;
- a solução atende plenamente às necessidades operacionais das Secretarias Municipais.

Diante dessas constatações, o levantamento de mercado demonstra a **viabilidade técnica e econômica** da contratação proposta, reforçando que o credenciamento é o instrumento mais eficiente para garantir abastecimento ininterrupto da frota municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 29
Rubrica:

6. Descrição da solução como um todo

A solução definida para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA consiste na realização de Credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, permitindo que múltiplos postos revendedores, devidamente autorizados pela ANP, sejam habilitados para abastecer a frota municipal conforme a demanda de cada órgão participante.

O credenciamento, enquanto modelo de contratação previsto na Lei nº 14.133/2021, caracteriza-se como procedimento adequado para atendimento contínuo e descentralizado, especialmente em contratações nas quais a Administração necessita dispor de diversos fornecedores disponíveis simultaneamente, sem exclusividade, de modo a garantir maior segurança operacional e reduzir riscos de interrupção dos serviços.

A solução contempla o abastecimento direto nas bombas dos postos credenciados, mediante requisição formal da Administração, podendo ocorrer tanto no Município de Buriti-MA quanto em outros municípios do Estado do Maranhão. Essa flexibilidade é essencial para atender situações em que veículos oficiais — especialmente ambulâncias, equipes de saúde, transporte escolar, veículos administrativos e máquinas operacionais — encontram-se em deslocamento ou executando atividades em regiões distantes da sede municipal.

O preço a ser pago pela Administração seguirá como referência o Preço Médio Semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o Estado do Maranhão, assegurando transparência, competitividade e aderência aos valores de mercado, evitando distorções tarifárias e garantindo economicidade. Os pagamentos ocorrerão conforme a quantidade efetivamente abastecida, mediante apresentação de documentação fiscal e comprovação da respectiva requisição.

A solução contempla ainda que:

a) **os postos credenciados deverão atender integralmente às normas da ANP**, possuir licenças atualizadas e demonstrar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
b) **os abastecimentos serão controlados** por meio de requisições padronizadas, contendo identificação do veículo, quilometragem, data, horário e quantidade fornecida;
c) **não haverá exclusividade**, permitindo a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos;
d) **a Administração utilizará preferencialmente o posto mais próximo do local da necessidade**, garantindo eficiência logística e redução de deslocamentos desnecessários;
e) **as Secretarias participantes poderão abastecer em qualquer posto credenciado**, conforme a necessidade e localização no momento da demanda.

A solução como um todo garante:

- continuidade dos serviços públicos essenciais;
- abastecimento descentralizado e seguro;
- eliminação do risco de paralisação por falta de combustível;
- flexibilidade operacional em deslocamentos longos;
- redução de custos operacionais e de tempo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 30
Rubrica:

- aderência aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento;
- gestão de riscos aprimorada, evitando dependência de único fornecedor;
- maior alcance territorial para atendimento da frota municipal.

Assim, a solução do credenciamento assegura ampla cobertura logística, conformidade normativa e capacidade plena de atendimento às demandas das Secretarias Municipais, constituindo a alternativa mais adequada, eficiente e segura para garantir o abastecimento regular da frota pública do Município de Buriti-MA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades necessárias para a contratação foi definida com base nas manifestações de interesse apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes, nos registros históricos de consumo, na demanda operacional atual e na previsão de utilização da frota ao longo do período contratual.

Considerou-se ainda a necessidade de assegurar abastecimento contínuo para veículos administrativos, operacionais, máquinas pesadas, ambulâncias, transporte escolar, unidades móveis de atendimento, equipes técnicas e demais serviços essenciais.

As quantidades estimadas representam o consumo projetado para **12 (doze) meses de vigência do credenciamento**, podendo variar conforme demanda real, sem que isso configure obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

Os quantitativos consolidados das Secretarias participantes são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	L	376000
2	Oleo Diesel Comum	L	330000
3	Oleo Diesel S10	L	950000

Essas quantidades foram estimadas de forma a garantir a continuidade dos serviços públicos e a plena execução das atividades das Secretarias participantes, contemplando necessidades regulares e situações emergenciais.

É importante destacar que, tratando-se de credenciamento, os quantitativos estimados **não vinculam** a Administração ao consumo integral dos valores projetados; servem apenas como referência para planejamento, gestão orçamentária e avaliação da capacidade dos fornecedores.

A distribuição efetiva do consumo ao longo do período contratual será realizada conforme as necessidades operacionais de cada Secretaria, devendo o abastecimento ocorrer de acordo com as requisições específicas e com o controle administrativo definido no Termo de Referência.

As estimativas acima refletem o cenário real de utilização da frota municipal e foram elaboradas observando critérios de razoabilidade, proporcionalidade e compatibilidade com a capacidade operacional das Secretarias e do Município como um todo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 31
Rubrica:

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base nos **preços médios semanais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, referentes ao **Estado do Maranhão**, por meio da plataforma oficial disponível em:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

A consulta foi realizada na semana de elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, obtendo-se os valores médios estaduais aplicáveis à gasolina comum, ao óleo diesel comum e ao óleo diesel S10. Com base nos quantitativos estimados para o período contratual de 12 (doze) meses, apresentados no item anterior, foi possível apurar o valor global estimado da contratação.

Ressalta-se que, por se tratar de **credenciamento**, não há disputa por menor preço entre fornecedores, e sim a definição de um **valor de referência único**, aplicado de forma padronizada a todos os postos credenciados, conforme determina o modelo de contratação. Assim, a Administração utilizará exclusivamente o **preço médio estadual publicado pela ANP na semana do abastecimento**, garantindo:

- aderência ao mercado real,
- mitigação de riscos de sobrepreço,
- economicidade,
- transparência e rastreabilidade dos valores pagos.

Considerando os quantitativos estimados para o período contratual de 12 (doze) meses, apresentados no item anterior:

A definição do valor total estimado da contratação será obtida mediante a aplicação das quantidades acima ao **preço médio da ANP vigente no momento da elaboração do Termo de Referência**, utilizando a seguinte fórmula:

Valor Estimado = Preço Médio Estadual da ANP × Quantidade Estimada do Item

Como o preço médio dos combustíveis varia semanalmente, a Administração fará a consolidação dos valores estimados com base nas tabelas oficiais da ANP disponíveis na data de conclusão do Termo de Referência, observando que:

- os valores a serem pagos ao longo da execução contratual serão atualizados semanalmente, conforme nova tabela da ANP;
- a estimativa de valor tem finalidade exclusivamente planejadora e orçamentária, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 32
Rubrica

A partir da aplicação dos preços médios estaduais publicados pela ANP para a semana consultada, chegou-se ao **valor estimado total de R$ 9.794.820,00 (nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte reais)**

Por fim, destaca-se que, no credenciamento, **não há garantia de consumo integral das quantidades previstas**, razão pela qual o valor estimado não representa compromisso financeiro total, mas sim projeção de referência para fins de adequação orçamentária, conforme boas práticas de planejamento da Administração Pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A análise sobre o parcelamento ou não da contratação deve observar os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e racionalidade administrativa, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. No caso específico do Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, conclui-se que não é aplicável o parcelamento tradicional do objeto, pelos motivos técnicos e administrativos a seguir expostos.

O credenciamento, por sua natureza jurídica, já estabelece um modelo em que múltiplos fornecedores podem ser habilitados simultaneamente, sem exclusividade e sem competição entre si no momento da habilitação. Essa característica torna desnecessária — e até inadequada — a divisão do objeto em lotes ou parcelas, uma vez que o objetivo é justamente garantir que vários postos estejam disponíveis para abastecimento conforme a necessidade operacional da Administração.

Parcelar o objeto por tipo de combustível, por localização geográfica ou por quantidades específicas geraria restrição indevida, limitação da competitividade e risco de descontinuidade do serviço, especialmente considerando:

- a necessidade de abastecimento em diferentes localidades do Estado do Maranhão;
- a utilização da frota municipal em deslocamentos longos, incluindo viagens para São Luís;
- a possibilidade de desabastecimento em postos isolados, caso fossem lotes exclusivos;
- a diversidade de Secretarias participantes e de perfis de consumo;
- a necessidade de abastecimento imediato em situações emergenciais, especialmente saúde e infraestrutura.

Dessa forma, o credenciamento já atende plenamente ao princípio do parcelamento, pois permite que a Administração utilize tantos postos quantos forem necessários, na localidade mais próxima e conveniente, garantindo eficiência logística, maior cobertura territorial e mitigação de riscos.

Além disso, o uso do preço médio estadual semanal da ANP como referência única impede distorções de preços entre fornecedores e torna dispensável a criação de lotes distintos, uma vez que todos os credenciados estarão vinculados ao mesmo parâmetro de precificação.

Assim, o não parcelamento formal do objeto se justifica porque:

1. o credenciamento substitui o parcelamento, habilitando vários fornecedores simultaneamente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 33
Rubrica:

2. não há vantagem técnica, econômica ou operacional em dividir o objeto;
3. o parcelamento poderia restringir a competitividade e comprometer a continuidade do serviço;
4. a solução exige capilaridade e cobertura territorial ampla, o que é melhor atendido por vários credenciados atuando de forma paralela;
5. o abastecimento deve ocorrer no ponto mais próximo da necessidade, o que não seria possível se houvesse divisão rígida por lote geográfico ou por Secretaria;
6. o modelo fortalece a gestão de riscos, reduzindo a dependência de fornecedores únicos.

Conclui-se, portanto, que não há justificativa técnica, operacional ou econômica para o parcelamento do objeto, sendo o credenciamento a solução mais adequada, eficiente e aderente à natureza do serviço e às necessidades do Município de Buriti-MA.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar mantém relação indireta com outras contratações e rotinas administrativas que, embora não dependam exclusivamente deste processo, possuem conexão funcional com sua execução, garantindo o pleno funcionamento da frota e das operações municipais.

Entre as contratações correlatas, destacam-se:

a) **Serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal**, abrangendo veículos leves, pesados, máquinas operacionais, ambulâncias, ônibus escolares e unidades móveis. Embora essa contratação seja independente, a disponibilidade de combustível influencia diretamente a necessidade, frequência e deslocamento dos veículos para oficinas especializadas.

b) **Aquisição de peças, acessórios e insumos veiculares**, especialmente filtros, lubrificantes, pneus, câmaras e baterias. Tais contratos asseguram o funcionamento adequado da frota que será abastecida pelos postos credenciados, compondo o ciclo operacional da mobilidade pública.

c) **Seguros e licenciamento de veículos**, que, embora administrativos, possibilitam que a frota esteja apta a circular e, consequentemente, a utilizar os serviços de abastecimento.

d) **Sistemas de controle de abastecimento e gestão de frota**, quando existentes, que contribuem para o monitoramento, auditoria, rastreabilidade e transparência das requisições e abastecimentos realizados nos postos credenciados.

e) **Contratos de manutenção de estradas vicinais e vias urbanas**, cujo funcionamento depende do abastecimento regular das máquinas pesadas e veículos operacionais que realizam intervenções públicas. Apesar de não ser contratação dependente, há interdependência lógica e funcional, uma vez que a execução só ocorre com disponibilidade de combustível.

f) **Serviços públicos essenciais**, como transporte escolar, atendimentos de saúde, ações assistenciais e serviços emergenciais de infraestrutura, cujas atividades dependem de abastecimento contínuo e adequado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 34
Rubrica:

Apesar da existência dessas contratações correlatas, não há contratualidade interdependente, isto é, nenhuma delas impede ou condiciona diretamente a contratação de combustíveis. Trata-se de relações funcionais e operacionais que compõem o ecossistema administrativo da execução do serviço público.

A presente contratação, portanto, é autônoma, mas guarda forte interrelacionamento operacional com outras atividades da Administração, uma vez que o abastecimento é insumo indispensável para o desempenho de praticamente todos os serviços públicos municipais.

A ausência de solução adequada para o fornecimento de combustíveis poderia gerar reflexos negativos nos contratos correlatos, como paralisação de obras, interrupção de atendimentos essenciais ou impossibilidade de deslocamento de equipes, o que demonstra a relevância estratégica do credenciamento para o pleno funcionamento da estrutura administrativa.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação por meio de Credenciamento para fornecimento de combustíveis está diretamente alinhada ao planejamento municipal, uma vez que o abastecimento da frota é condição indispensável para a execução das atividades previstas nos instrumentos oficiais de gestão, como o PPA, a LDO e a LOA.

O objeto também encontra-se devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, o que reforça sua aderência ao planejamento estratégico e operacional da Administração, bem como sua necessidade para o exercício vigente.

Os combustíveis constituem insumo essencial para a realização das ações programadas pelas Secretarias Municipais, incluindo transporte escolar, atendimentos de saúde, atividades sociais, deslocamentos administrativos e serviços de infraestrutura urbana e rural.

O credenciamento assegura atendimento contínuo, seguro e eficiente às demandas da frota municipal, viabilizando o cumprimento das metas estabelecidas e garantindo conformidade com os parâmetros orçamentários.

Dessa forma, a contratação está plenamente alinhada ao planejamento governamental e às diretrizes da Administração, garantindo suporte operacional às ações públicas do Município de Buriti-MA.

12. Resultados Pretendidos

A contratação por credenciamento para fornecimento de combustíveis tem como resultado principal garantir a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA. Espera-se alcançar, de forma direta, os seguintes resultados:

1. **Abastecimento contínuo e seguro da frota municipal**, evitando interrupções nos serviços essenciais prestados à população.

2. **Ampla cobertura geográfica**, permitindo abastecimento em diferentes municípios do Estado do Maranhão, garantindo autonomia para deslocamentos longos e emergenciais.
3. **Melhoria da eficiência logística**, com abastecimento no posto credenciado mais próximo do local onde o veículo se encontra, reduzindo deslocamentos desnecessários, tempo ocioso e custos operacionais.
4. **Mitigação de riscos de desabastecimento**, especialmente diante das oscilações no fornecimento regional, assegurando estabilidade na execução dos serviços públicos.
5. **Atendimento adequado às demandas específicas de cada Secretaria**, como transporte escolar, deslocamentos de saúde, ações sociais, atividades administrativas e operação de máquinas de infraestrutura.
6. **Maior controle e transparência**, por meio de registros formais de abastecimento e utilização do preço médio semanal da ANP como referência de pagamento.
7. **Cumprimento das metas institucionais previstas nos instrumentos de planejamento**, garantindo suporte operacional às atividades governamentais durante todo o exercício.
8. **Economicidade e racionalidade administrativa**, ao utilizar referência oficial de preços, evitar sobrevalorização do mercado local e permitir que a Administração pague valores compatíveis com a realidade estadual.
9. **Flexibilidade na execução**, permitindo que múltiplos fornecedores sejam habilitados e atendam de forma simultânea, fortalecendo a capacidade de resposta do Município.

Com esses resultados, espera-se assegurar plena continuidade dos serviços públicos, oferecer maior qualidade no atendimento à população e garantir que as ações municipais sejam realizadas com eficiência, segurança e responsabilidade administrativa.

13. Providências a serem Adotadas

Após a elaboração e aprovação deste Estudo Técnico Preliminar e do respectivo Mapa de Riscos pelo Setor de Planejamento, deverão ser adotadas as providências necessárias para o regular prosseguimento do processo de credenciamento.

Em seguida, caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na qualidade de órgão gerenciador, elaborar o Termo de Referência, contendo todas as especificações técnicas do abastecimento, critérios de habilitação, parâmetros de precificação baseados no preço médio estadual da ANP, obrigações das partes, forma de controle e condições de execução. O Termo de Referência será submetido à análise e assinatura conjunta das Secretarias participantes, a saber:

- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

Concluído o Termo de Referência, será elaborada a minuta do Edital de Credenciamento, igualmente assinada pelo órgão gerenciador e pelas Secretarias participantes. O Edital será então publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios oficiais de divulgação, garantindo ampla publicidade.

Encerrado o período de inscrições, a equipe designada realizará a análise dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica das empresas interessadas. As empresas que

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3245-2025
Fls. 36

atenderem integralmente às exigências serão formalmente habilitadas por meio da emissão do Termo de Credenciamento, o qual será:

- assinado pelo órgão gerenciador – Secretaria Municipal de Administração e Finanças,
- e publicado para efeitos de controle e transparência.

Após o credenciamento, e conforme previsto no Termo de Referência, **cada Secretaria participante assinará o respectivo contrato operacional (ou instrumento equivalente)** com os fornecedores credenciados que eventualmente vierem a atender suas demandas. Assim:

- o **órgão gerenciador** conduz o processo, coordena o credenciamento e publica o Termo de Credenciamento;
- **cada Secretaria** será responsável por assinar os contratos ou instrumentos próprios referentes à execução de sua parte no objeto.

Durante a execução do credenciamento, caberá as Secretarias Municipal de Administração e Finanças o **acompanhamento e fiscalização centralizada**, incluindo:

a) verificação da conformidade dos abastecimentos;
b) observância dos preços médios da ANP;
c) conferência das notas fiscais;
d) manutenção das condições de habilitação dos credenciados;
e) controle das requisições emitidas por todas as Secretarias participantes.

As Secretarias participantes deverão registrar suas demandas, acompanhar o abastecimento de acordo com suas necessidades e comunicar eventuais irregularidades.

Com vistas a aprimorar a gestão, a Administração poderá, se possível e conveniente, contratar um sistema informatizado (software) para registrar, controlar e consolidar dados de abastecimento, possibilitando a emissão de relatórios periódicos semanais, mensais e anuais, garantindo maior transparência, precisão e eficiência no acompanhamento da execução contratual.

O setor competente deverá consolidar relatórios, monitorar os resultados, acompanhar o desempenho dos credenciados e adotar providências corretivas quando necessário, assegurando fiel cumprimento das disposições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A atividade de fornecimento e comercialização de combustíveis envolve riscos ambientais relevantes, especialmente relacionados ao armazenamento, manuseio e eventual derramamento de substâncias inflamáveis e poluentes. Tais riscos podem causar danos ao solo, águas superficiais e subterrâneas, à fauna, à flora e à saúde humana, exigindo rigor no cumprimento de normas ambientais e de segurança.

Para mitigar esses impactos, é fundamental que os postos participantes do credenciamento atendam integralmente às normas técnicas e ambientais estabelecidas pelos órgãos competentes. Assim, **deverá ser exigida a apresentação da Licença Ambiental válida, emitida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente**, comprovando que o estabelecimento está autorizado a exercer atividade potencialmente poluidora e que possui condições adequadas de infraestrutura, segurança e controle ambiental.

Além disso, deverão ser observadas:

- normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- padrões de segurança contra incêndio e explosão;
- requisitos de contenção e prevenção de vazamentos;
- manutenção periódica de tanques, bombas e sistemas de armazenamento;
- destinação adequada de resíduos e efluentes.

A exigência de licenciamento ambiental visa assegurar que os postos credenciados operem em conformidade com a legislação ambiental vigente, garantindo que a contratação não contribua para danos ambientais e que os eventuais impactos associados à atividade sejam minimizados ou adequadamente gerenciados.

Portanto, a apresentação da **Licença Ambiental expedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente** constitui requisito indispensável para habilitação, contribuindo para a segurança ambiental, para a proteção da saúde pública e para a regularidade da execução do objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** está contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

A adoção do credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico, especialmente considerando a natureza contínua, essencial e descentralizada das atividades das Secretarias Municipais de Buriti-MA.

Do ponto de vista técnico-operacional, o credenciamento garante ampla rede de postos habilitados, permitindo que os veículos oficiais sejam abastecidos em diferentes municípios do Estado do Maranhão sempre que necessário, inclusive em rotas de longa distância utilizadas por ambulâncias, transporte escolar, ações sociais e deslocamentos administrativos. Essa flexibilidade operacional não seria alcançada por meio de contratação exclusiva de um único fornecedor local, que poderia enfrentar desabastecimentos ou indisponibilidade de atendimento.

Sob a perspectiva jurídica, o credenciamento é modelo previsto na Lei nº 14.133/2021, aplicável quando há hipótese de contratação simultânea e não excludente de diversos fornecedores para a execução do mesmo serviço, como ocorre no fornecimento de combustíveis. Não há competição direta entre os credenciados, já que todos os que atenderem aos requisitos poderão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 38

ser habilitados a fornecer, observando o preço de referência previamente estabelecido com base no preço médio estadual divulgado pela ANP.

No aspecto econômico, a contratação é viável porque utiliza parâmetro oficial de precificação — o preço médio semanal do Estado do Maranhão — garantindo aderência ao mercado, transparência no pagamento, prevenção de sobrepreço e racionalidade no uso dos recursos públicos. Além disso, a concorrência entre múltiplos credenciados tende a estimular melhoria de atendimento, aumento da disponibilidade e maior eficiência operacional.

Por fim, o credenciamento reduz riscos operacionais relacionados ao abastecimento, assegura continuidade dos serviços públicos e oferece uma solução compatível com a realidade logística do município, cujos postos locais dependem de distribuição feita na capital e podem enfrentar escassez temporária de combustível.

Diante desses fatores, conclui-se que a contratação por credenciamento é **tecnicamente adequada, economicamente vantajosa, juridicamente fundamentada e operacionalmente necessária**, demonstrando sua plena viabilidade para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Buriti/MA.

16. Responsáveis
Contratação viável, podendo dar sequência no processo licitatório.

Buriti - MA, 22 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 39
Rubrica:

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021

Unidade Requisitante:
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Secretarias Participantes:
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

Equipe de Planejamento:
Rodrigo Carneiro Barbosa
Matheus Macedo da Silva

Objeto Detalhado:

Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da seleção dos fornecedores credenciados e da execução do credenciamento.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e da determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e da probabilidade, considerando o potencial de comprometimento da efetividade da contratação e do alcance dos resultados esperados.

Para cada risco identificado, são definidos:

- a probabilidade de ocorrência;
- a descrição do dano caso o risco se concretize;
- as ações preventivas;
- as medidas de contingência;
- a etapa do processo em que o risco pode ocorrer;
- o responsável pela sua prevenção e tratamento.

ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO	PESO
Muito Baixa	Improvável, sem indicativos concretos de que ocorra.	1
Baixa	Rara, ocorrendo apenas em situações inesperadas.	2
Média	Possível, circunstâncias moderadamente indicam que pode ocorrer.	5
Alta	Provável, as circunstâncias indicam fortemente que o evento pode ocorrer.	8
Muito Alta	Praticamente certa, com forte probabilidade de ocorrência.	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 40
Rubrica:

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

IMPACTO	DESCRIÇÃO	PESO
Muito Baixo	Impacto mínimo ou rapidamente reversível.	1
Baixo	Pequeno impacto, de fácil controle.	2
Médio	Moderado, porém recuperável.	5
Alto	Significativo, de difícil reversão.	8
Muito Alto	Catastrófico, com danos irreversíveis.	10

MATRIZ DE RISCO
(conforme Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU)

Matriz omitida aqui por ser apenas ilustrativa, mas considerada para classificação dos riscos abaixo.

RISCOS IDENTIFICADOS – ANÁLISE DETALHADA

Risco 1 – Desabastecimento de combustíveis em postos credenciados

Etapa: Execução
Impacto: Alto (8)
Probabilidade: Média (5) – Risco Alto

Dano: Impossibilidade de abastecimento da frota, afetando serviços essenciais como ambulâncias, transporte escolar e ações administrativas.

Ações Preventivas – Responsável:
- Credenciar múltiplos postos em diferentes municípios – Sec. Administração
- Monitorar estoques e histórico de fornecimento dos postos – Sec. Administração

Ações de Contingência – Responsável:
- Utilização de postos alternativos previamente credenciados – Secretarias Participantes
- Notificação imediata e possível descredenciamento do fornecedor – Sec. Administração

Risco 2 – Cobrança de valores superiores ao preço médio da ANP

Etapa: Execução / Fiscalização
Impacto: Alto (8)
Probabilidade: Baixa (2) – Risco Médio

Dano: Pagamento irregular, risco financeiro e violação ao princípio da economicidade.

Ações Preventivas – Responsável:
- Conferência semanal do preço médio estadual da ANP – Sec. Administração
- Registro permanente em relatório próprio – Setor Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 41
Rubrica:

Ações de Contingência – Responsável:
- Glosa dos valores incorretos – Setor Financeiro
- Abertura de processo para penalidade/descredenciamento – Sec. Administração

Risco 3 – Fornecedor sem Licença Ambiental válida (SEMA/MA)

Etapa: Habilitação
Impacto: Alto (8)
Probabilidade: Baixa (2) – Risco Médio

Dano: Funcionamento irregular da atividade, risco ambiental e suspensão judicial.

Ações Preventivas – Responsável:
- Exigir Licença Ambiental válida emitida pela SEMA/MA – Sec. Administração
- Conferência periódica da validade da licença – Fiscalização

Ações de Contingência – Responsável:
- Suspensão imediata do credenciamento – Sec. Administração
- Substituição pelo próximo credenciado – Secretarias Participantes

Risco 4 – Fraude ou divergência na quantidade abastecida

Etapa: Execução
Impacto: Alto (8)
Probabilidade: Média (5) – Risco Alto

Dano: Prejuízo financeiro e inconsistências graves no controle da frota.

Ações Preventivas – Responsável:
- Implantação de sistema informatizado de controle – Sec. Administração
- Registro obrigatório de quilometragem e identificação do servidor – Todas as Secretarias

Ações de Contingência – Responsável:
- Auditoria e bloqueio imediato do posto suspeito – Sec. Administração
- Abertura de investigação administrativa – Sec. Administração

Risco 5 – Veículos ficarem sem abastecimento em deslocamentos longos

Etapa: Execução
Impacto: Muito Alto (10)
Probabilidade: Média (5) – Risco Alto

Dano: Interrupção de serviço essencial (ambulâncias, transporte escolar, ações sociais).

Ações Preventivas – Responsável:
- Credenciar postos no Estado inteiro – Sec. Administração
- Planejamento de rotas e autonomia dos veículos – Secretarias Participantes

Ações de Contingência – Responsável:
- Abastecimento emergencial em postos conveniados mais próximos – Secretarias Participantes
- Comunicação imediata ao órgão gerenciador – Todas as Secretarias

Risco 6 – Falhas nos controles internos e registros de abastecimento

Etapa: Execução / Gestão Contratual
Impacto: Médio (5)
Probabilidade: Alta (8) – Risco Alto

Dano: Inconsistências nos relatórios, risco de pagamentos indevidos e perda de rastreabilidade.

Ações Preventivas – Responsável:
- Treinamento dos responsáveis por abastecimentos – Sec. Administração
- Implantação de software de controle e emissão de relatórios – Sec. Administração

Ações de Contingência – Responsável:
- Auditoria e retrabalho dos registros – Sec. Administração
- Revisão dos procedimentos internos – Todas as Secretarias

Risco 7 – Irregularidade fiscal ou trabalhista superveniente do credenciado

Etapa: Execução
Impacto: Médio (5)
Probabilidade: Média (5) – Risco Médio

Dano: Impedimento legal de contratação, risco de interrupção do fornecimento.

Ações Preventivas – Responsável:
- Consultas periódicas ao SICAF e sistemas oficiais – Sec. Administração
- Exigir atualização de documentos a cada pagamento – Fiscalização

Ações de Contingência – Responsável:
- Suspensão do credenciamento – Sec. Administração
- Redistribuição dos abastecimentos para outros credenciados – Todas as Secretarias

Risco 8 – Falta de adesão dos postos ao credenciamento

Etapa: Seleção dos Fornecedores
Impacto: Médio (5)
Probabilidade: Baixa (2) – Risco Baixo

Dano: Redução da rede credenciada e risco de sobrecarga nos fornecedores habilitados.

Ações Preventivas – Responsável:
- Divulgação ampla no PNCP e canais oficiais – Sec. Administração
- Edital com requisitos claros e razoáveis – Sec. Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 43
Rubrica:

Ações de Contingência – Responsável:

- Reabertura do credenciamento – Sec. Administração
- Ajuste das condições para ampliar adesões – Órgão Gerenciador

Buriti - MA, 22 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 44
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

Setor de Planejamento
Para: Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Nesta ...

Prezada,
Devolvemos o presente processo ao setor demandante após a conclusão das atividades solicitadas.

Informamos que foram elaborados os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar;
2. Mapa de Classificação de Riscos.

Os arquivos elaborados estão anexados ao processo para análise e providências cabíveis. Caso haja necessidade de ajustes ou informações adicionais, estamos à disposição para colaborar.

Atenciosamente,

Buriti - MA, 22 de dezembro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 05
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

Ao Senhor
Carlos Herik Sousa Brust Setor de Compras
Departamento de Compras

Assunto: Solicitação de verificação de compatibilidade dos preços de combustíveis praticados nos postos do Município de Buriti-MA com o preço médio estadual divulgado pela ANP

Senhor(a),

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade, a economicidade e a conformidade dos preços de combustíveis praticados pelos postos localizados no Município de Buriti-MA, **solicito a realização de levantamento e análise comparativa** entre:

1. **Os preços atualmente praticados pelos postos do município**, e
2. **Os preços médios semanais do Estado do Maranhão**, conforme publicação oficial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A pesquisa oficial da ANP encontra-se disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

A verificação deve contemplar, no mínimo, os seguintes itens:
• Gasolina Comum
• Óleo Diesel Comum
• Óleo Diesel S10

Solicita-se que o setor responsável:

a) **Realize visita técnica ou contato formal com os postos locais**, coletando os preços atualmente aplicados;
b) **Compare os valores levantados com o preço médio estadual divulgado pela ANP**, identificando eventuais divergências significativas;
c) **Elabore relatório técnico conclusivo**, contendo os dados coletados, tabelas comparativas e observações relevantes sobre a conformidade dos valores;
d) **Informe se há prática de preços incompatíveis com o mercado estadual**, sugerindo, se necessário, medidas administrativas cabíveis.

O relatório deverá ser encaminhado a esta Secretaria no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, de forma a subsidiar ações de planejamento, fiscalização e tomada de decisões relacionadas à contratação e ao credenciamento de postos de combustíveis.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Buriti/MA, 22 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

nº63/2024 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço, disputada por lote, para Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa especializada para ministrar curso de formação continuada aos professores da Rede Municipal de Ensino de Brejo/MA, com foco na atuação pedagógica voltada aos alunos com necessidades educacionais especiais, que se realizará no dia 28 de novembro de 2025, ás 15:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site www.licitabrejoma.com.br, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web da Licita Brejo – Endereço: www.licitabrejoma.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico. Brejo – MA, 11 de novembro de 2025. Anselmo Barbosa Mourão – Pregoeiro Municipal.

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: 1c2bef65a30f1cdcfa8b4e948e023a7d

EXTRATO DE CONTRATO INEX Nº 021/2025

EXTRATO DE CONTRATO INEX Nº 021/2025, assinado em 01/11/2025. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do Almoxarifado municipal. Processo Administrativo nº 09401406/2025. Modalidade: Inexigibilidade nº 021/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO/MA, CNPJ nº 06.116.743/0001-08. CONTRATADO: DAVID MENESES DE OLIVEIRA. CPF: 039********. Valor: R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seissentos reais). Vigência Inicial: 01 de novembro de 2025. Vigência Final: 01 de novembro de 2026. ORIGEM DOS RECURSOS: SEMFAZ- 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº63/2024 e suas alterações posteriores. Brejo - MA, 11 de novembro de 2025. Pablo Jefferson Martins Castro - Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: d0950ee530917330177a70b1dd597e88

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 329/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 329/2025, assinado em 11/11/2025. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades Secretaria Municipal de Educação do Município de Buriti/MA. Processo Administrativo nº 121/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.623.324/0001-47, CONTRATADO: A C C SOUZA LTDA, CNPJ nº 28.007.993/0001-42. Valor Global: R$ 52.740,00 (cinquenta e dois mil e setecentos e quarenta reais). Vigência Inicial: 11 de novembro de 2025. Vigência Final: 31 de dezembro de 2025. Cleane de Jesus Costa - Secretária Municipal de Educação. Buriti - MA, 11 de novembro de 2025.

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: eb6a2cc1cb5b985b2c3005d9b225a116

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO; PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO; CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 297/2025; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2025; MODALIDADE E Nº: Pregão Eletrônico Nº 016/2025; TIPO DE CONTRATO: Fornecimento; CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buriti/MA, Através da Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.623.324/0001-47, Av. Candoca Machado, S/N, Centro, Buriti, Maranhão; OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objetivo acrescentar nova dotação orçamentária, conforme cita a "CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" do contrato sob referência, para incluir as informações completas exigidas no inciso VIII do art. 92 da lei nº 14.133/2021. A Clausula Oitava do Contrato nº 297/2025, passa a ter, além das que já possui, a seguinte rubrica orçamentária: 020500 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED; 12.361.0022.2017.0000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação; 3.3.90.30.00 - Material de Consumo; 020500 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED; 12.361.0025.2025.0000 - QSE – Quota de Salário Educação; 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. DO FUNDAMENTO LEGAL: Art. 92 e 136 da lei nº 14.133/2021. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo de Apostilamento. SIGNATÁRIO: Cleane de Jesus Costa, CPF nº XX.XXX.403-00, como CONTRATANTE. ARQUIVAMENTO: Por meios Próprios. Prefeitura Municipal de Buriti/MA, 11 de novembro de 2025.

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: eaeef03533b55154b54b6dff70bca41e

PORTARIA MUNICIPAL Nº 193/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;

Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Nomear o Sr. Carlos Herik Sousa Brust, brasileiro, portador do CPF nº 612.577.063-06, Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº ____/____
Fls. 47
Rubrica: ____

Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.

Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 29 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI-MA, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 987acc5a8013e92e5fd3bedab15905b4

DECRETO Nº 111/2025 GP DE 30 DE OUTUBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei Orgânica do Município**, e com fundamento no **art. 60 da Lei Municipal nº 409/1991,** que assegura ao servidor público municipal o direito a férias-prêmio, **CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar sua concessão e o limite de gozo simultâneo, de modo a garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais,**

DECRETA

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, consideram-se férias-prêmio o benefício previsto no art. 60 da Lei Municipal nº 409/1991, consistente no direito do servidor público municipal, após cada decênio de efetivo exercício, a usufruir seis meses de afastamento, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

Parágrafo único. O gozo das férias-prêmio constitui direito do servidor, condicionado ao interesse público e à conveniência administrativa, observadas as normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º. O número máximo de servidores públicos municipais que poderão usufruir férias-prêmio simultaneamente não poderá exceder a 10% (dez por cento) do total de servidores efetivos de cada Secretaria, Órgão ou Departamento, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Parágrafo único. Em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal, poderá ser concedido o gozo de férias-prêmio acima do percentual fixado no caput desse artigo, desde que não comprometa o funcionamento regular dos serviços públicos.

Art. 3º. A concessão das férias-prêmio dependerá de **autorização da Secretaria competente de lotação do servidor**, observada a **ordem cronológica de requerimento**, a **comprovação dos requisitos legais** e a **disponibilidade operacional de cada unidade administrativa**.

§ 1º. O servidor interessado deverá protocolar na Secretaria na qual é vinculado requerimento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para o início do afastamento, acompanhado de:

I – requerimento formal dirigido ao chefe imediato com deferimento da previsão de gozo das férias-prêmio;

II – certidão de tempo de serviço emitida pelo setor competente;

III – declaração funcional atestando o cumprimento dos requisitos do art. 60 da Lei Municipal nº 409/1991, especialmente quanto ao decênio de efetivo exercício, ausência de penalidades e de afastamentos impeditivos;

§ 2º. Após a análise dos documentos, o setor de Recursos Humanos encaminhará a autoridade competente minuta de ato administrativo para a concessão ou indeferimento, devidamente fundamentado, o qual deverá ser publicado para fins de publicidade e controle administrativo.

§ 3º. Havendo coincidência de períodos entre servidores de uma mesma unidade, terá prioridade aquele que nunca tenha usufruído férias-prêmio anteriores, observando-se, em seguida, o maior tempo de serviço público municipal.

§ 4º. É vedada a concessão de férias-prêmio o servidor que, no decênio correspondente, tenha incorrido em quaisquer das hipóteses impeditivas previstas no art. 60, § 2º, da Lei Municipal nº 409/1991.

Art.4º. Do indeferimento do pedido de concessão de férias-prêmio, **devidamente motivado**, caberá **recurso por parte do servidor,** a ser interposto no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da ciência da decisão, **sem prejuízo da apresentação de novo requerimento,** observados os requisitos e procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art.5º. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos profissionais do Magistério Público Municipal, regidos pela Lei nº 580/2009 – Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, observadas as peculiaridades da atividade educacional.

§ 1º O requerimento de férias-prêmio por parte dos profissionais mencionados no *caput* deverá ser apresentado até o encerramento do semestre letivo, produzindo efeitos no semestre subsequente, de forma a assegurar a organização pedagógica e o cumprimento do calendário escolar.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá compatibilizar o gozo das férias-prêmio com o planejamento anual de suas atividades, priorizando períodos de recesso ou intervalos compatíveis com o interesse público educacional, de modo a evitar prejuízos à continuidade do ensino e às metas pedagógicas estabelecidas.

Art. 6º. O direito às férias-prêmio é imprescritível, nos termos do § 4º do art. 60 da Lei Municipal nº 409/1991, podendo ser usufruído em até dois períodos, conforme § 3º do mesmo dispositivo.

Art. 7º. Todos os atos administrativos relativos à concessão de férias-prêmio deverão ser devidamente publicados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente, assegurando-se a publicidade, a transparência e o acesso às informações nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS 30 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITI - MA

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: a6261cb02695ba10d88153423d5b6501

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 045/2025

PROCESSO Nº 055/2025
CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA.
CONTRATADA: ASSESI BRASIL LTDA, INSCRITO NOCNPJ: 14.769.245/0001-92.
OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA GERENCIAMENTO E ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CONTRATAÇÕES, COM INTEGRAÇÃO AO PNCP, ENVIO DE PCA.

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA DE PREÇOS

Para: **Giovana Colicchio Introvini**
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Objeto: Fornecimento de combustíveis
Município: Buriti-MA
Data da pesquisa local: 29 de dezembro de 2025

1. DA PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA NO MUNICÍPIO DE BURITI-MA

Em atendimento à necessidade de verificação da compatibilidade dos preços de combustíveis praticados no Município de Buriti-MA, foi realizada, em **29/12/2025**, **pesquisa de preços junto a 08 (oito) postos de combustíveis locais**, abrangendo os seguintes produtos:

- Gasolina Comum
- Óleo Diesel Comum
- Óleo Diesel S10

Os dados coletados foram consolidados em planilha própria, da qual se extraiu o valor médio unitário praticado no mercado municipal, resultando nos seguintes parâmetros:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6,48	2.436.480,00
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6,33	2.088.900,00
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6,36	6.042.000,00

O **valor global estimado com base na pesquisa local** totaliza **R$ 10.567.380,00**.

Da análise dos dados, verifica-se que os preços praticados no município refletem a realidade do mercado local na data da pesquisa, sem indícios de distorções internas relevantes.

2. DA CONSULTA AOS PREÇOS MÉDIOS DIVULGADOS PELA ANP

Complementarmente à pesquisa local, procedeu-se à consulta aos preços médios semanais de revenda divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP no endereço eletrônico https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas, eferentes à **última semana pesquisada no Estado do Maranhão**, correspondente ao período de **21/12/2025 a 27/12/2025**, conforme dados oficiais anexos.

Os valores médios divulgados pela ANP para o Estado do Maranhão foram:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 49
Rubrica:

Gasolina Comum
Preço médio de revenda: R$ 5,90 por litro
Número de postos pesquisados: 85

Óleo Diesel Comum
Preço médio de revenda: R$ 6,17 por litro
Número de postos pesquisados: 35

Óleo Diesel S10
Preço médio de revenda: R$ 6,01 por litro
Número de postos pesquisados: 73

3. DO COMPARATIVO ENTRE A PESQUISA LOCAL E A REFERÊNCIA DA ANP

A comparação entre os valores médios praticados no Município de Buriti-MA e os preços médios estaduais divulgados pela ANP evidencia que, **na maior parte dos itens**, os preços locais encontram-se **superiores** aos parâmetros estaduais, conforme demonstrado a seguir:

Gasolina Comum
Preço médio Buriti-MA: R$ 6,48
Preço médio ANP Maranhão: R$ 5,90
Diferença: R$ 0,58 por litro

Óleo Diesel Comum
Preço médio Buriti-MA: R$ 6,33
Preço médio ANP Maranhão: R$ 6,17
Diferença: R$ 0,16 por litro

Óleo Diesel S10
Preço médio Buriti-MA: R$ 6,36
Preço médio ANP Maranhão: R$ 6,01
Diferença: R$ 0,35 por litro

Considerando as quantidades estimadas no planejamento da contratação, a adoção do preço médio estadual da ANP representaria uma economia estimada de aproximadamente:

Gasolina Comum: R$ 218.080,00
Óleo Diesel Comum: R$ 52.800,00
Óleo Diesel S10: R$ 332.500,00

Resultando em uma economia global estimada de aproximadamente **R$ 603.380,00** (seiscentos e três mil trezentos e oitenta reais) em relação aos valores apurados no mercado local.

4. DA RECOMENDAÇÃO TÉCNICA

Diante dos dados levantados e do comparativo realizado, conclui-se que:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 50
Rubrica:

a) a pesquisa local reflete corretamente os preços praticados no Município de Buriti-MA;
b) os preços médios estaduais divulgados pela ANP apresentam-se inferiores aos valores do mercado local;
c) a utilização do preço médio semanal do Estado do Maranhão, conforme ANP, assegura maior economicidade, transparência, parâmetro oficial de mercado e redução de riscos de sobrepreço.

Assim, **recomenda-se** a adoção do preço médio semanal divulgado pela ANP para o Estado do Maranhão como parâmetro oficial de referência para a contratação e execução do fornecimento de combustíveis, por se tratar da alternativa **mais vantajosa para a Administração Municipal**, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Carlos Herik Sousa Brust

Buriti - MA, 29 de dezembro de 2025.

Carlos Herik Sousa Brust Setor de Compras
Chefe do Departamento de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 51
Rubrica:

MAPA DE APURAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA

Fontes Pesquisadas:

- Pesquisa direta junto a 08 (oito) postos de combustíveis do Município de Buriti-MA;

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6,48	2.436.480,00
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6,33	2.088.900,00
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6,36	6.042.000,00

- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (Preço médio semanal – Estado do Maranhão).

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	5,90	2.218.400,00
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6,17	2.036.100,00
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6,01	5.709.500,00

Critério de Cálculo do Valor Estimado

O valor estimado foi calculado **com base exclusiva nos preços médios semanais de revenda divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, referentes à última semana pesquisada no Estado do Maranhão (21/12/2025 a 27/12/2025), conforme planilha oficial anexa, aplicando-se tais valores às quantidades estimadas para cada item. A pesquisa local foi utilizada **apenas para fins de comparação e validação de mercado**, não sendo adotada como parâmetro de precificação.

Considerações Finais

A pesquisa foi realizada considerando fontes públicas e compatíveis com o objeto pretendido, em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, adotando-se como referência o parâmetro **mais econômico e oficial**, assegurando transparência, eficiência e economicidade à Administração Pública.

Carlos Herik Sousa Brust

Buriti - MA, 29 de dezembro de 2025.

Carlos Herik Sousa Brust Setor de Compras
Chefe do Departamento de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 52
Rubrica:

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para: Setor de Contabilidade

Assunto: Solicitação de Dotação Orçamentária

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio desta, solicitar a Vossa Senhoria que informe sobre a disponibilidade orçamentária atual, bem como a classificação orçamentária/financeira dos recursos para custeio da despesa referente ao Processo Administrativo nº 3241/2025, cujo objeto é o Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O valor estimado total para a contratação é de R$ **9.964.000,00 (nove milhões novecentos e sessenta e quatro mil reais)** e por secretaria como segue:

- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** R$ 4.402.100,00 (quatro milhões, quatrocentos e dois mil e cem reais).
- **Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB** R$ 3.533.900,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil e novecentos reais).
- **Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde** R$ 1.789.800,00 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Fundo Municipal de Assistência Social,** R$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

Caso haja necessidade de suplementação da Dotação Orçamentária, solicitamos o envio do Decreto que autorizou a referida suplementação.

Destaca-se que as informações solicitadas são essenciais para garantir a padronização e integração entre o planejamento, o orçamento, a execução e o controle, permitindo um acompanhamento mais preciso das programações governamentais e da origem dos recursos que serão utilizados para o pagamento da despesa.

Para tanto, encaminhamos os autos do processo administrativo acima identificado.

Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Buriti/MA, 30 de dezembro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Proc. Nº
Fls. 55
Rubrica

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f384715870735622b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 54
Rubrica:

A Senhora
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Nesta,

Em resposta à solicitação referente à disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa relacionada ao Processo Administrativo nº 3241/2025, cujo objeto é o Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA, informamos o seguinte:

ANEXO – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAF
PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0007 2006 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2020 0000 PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 122 0007 2017 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2025 0000 QSE – QUOTA DE SALARIO EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – FUNDEB

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 55
Rubrica:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 366 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE SAÚDE E FMS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2104 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2151 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2022 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2106 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE FAMILIA (PSF)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2107 0000 PSE PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2108 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE BUCAL (PSB)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 56
Rubrica:

CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2138 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2153 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SAMU
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E FMAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0007 2041 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 08 243 0009 2137 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2134 0000 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2120 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FMAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2124 0000 GESTAO DO SUAS – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO IGD - SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 57
Rubrica

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2125 0000 GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO – MANUTENÇÃO DO IGDBF
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2174 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BPC
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2123 0000 GESTAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2115 0000 MANUT. FUNC. DO PROG. AEPETI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2116 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EQUIPE VOLANTE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2117 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 58
Rubrica:

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2119 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAEFI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2121 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO SCFV
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2122 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CRAS E DEMAIS PROGRAMAS)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2136 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CREAS E DEMAIS PROGRAMAS)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e reforçamos nosso compromisso com a legalidade, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Buriti-MA, 30 de dezembro de 2025

Atenciosamente,

Ramile Bruna da Silva Lages

Ramile Bruna da Silva Lages
CRC: PI-012689/O-5 T- MA
Contadora Geral do Município de Buriti-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 59
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

Para: Setor de Demandante
Assunto: Elaboração de Termo de Referência

Prezados as) Senhores(as),

Considerando a manifestação de interesse das Secretarias e Fundos Municipais participantes, **DETERMINO** a elaboração do **Termo de Referência de forma conjunta**, com a participação dos representantes das Secretarias e Fundos envolvidos, visando à formalização do Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O Termo de Referência deverá ser elaborado de maneira integrada e consensual, contemplando as demandas específicas de cada Secretaria e Fundo participante, bem como todas as especificações técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução do objeto, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Concluída a elaboração, o Termo de Referência deverá ser submetido à validação dos Secretários Municipais participantes, como autoridades competentes de suas respectivas pastas, para fins de concordância formal quanto ao conteúdo, às demandas consolidadas e à compatibilidade orçamentária, constituindo tal validação requisito para o regular prosseguimento do procedimento de credenciamento.

Após a validação pelos Secretários Municipais, o processo deverá ser encaminhado para as demais análises técnicas, administrativas e jurídicas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Dê-se ciência aos representantes das Secretarias e Fundos participantes para acompanhamento e colaboração na elaboração do referido documento.

Buriti/MA, 05 de janeiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 60
Rubrica:

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, em postos revendedores legalmente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na caracterização de credenciamento, como procedimento auxiliar das contratações e licitações regidas pela lei 14.133/2021, em seus artigos 78 inciso I e 79 inciso III para abastecimento direto e contínuo da frota de veículos oficiais, locados e demais equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Buriti-MA, bem como aqueles que vierem a ser incorporados durante a vigência do credenciamento.

1.2. Especificações do objeto, quantitativo e valor estimado dos produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina Comum	L	376000	5,90	2.218.400,00
2	Oleo Diesel Comum	L	330000	6,17	2.036.100,00
3	Oleo Diesel S10	L	950000	6,01	5.709.500,00

1.3. Este credenciamento consiste em instrumento administrativo de chamamento público e processo de edital.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.5. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, a fim de assegurar o cumprimento integral de todas as exigências técnicas e normativas previstas no contrato.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.7. O credenciamento estará disponível enquanto a vigência do Edital que o regulamenta, até a disposição em contrário, a ser determinada pela autoridade competente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

2.1. Considerando tratar-se de **mercado fluido**, nos termos do artigo 79, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, a distribuição da demanda entre os postos credenciados se dará mediante referência periódica (semanal) do preço médio de mercado praticado no Estado do Maranhão, adotado como parâmetro oficial para a execução do abastecimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 61
Rubrica:

2.2. Para fins de definição do valor de referência, a Administração adotará, **semanalmente**, o **preço médio de revenda praticado no Estado do Maranhão**, conforme divulgado pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas. Esse valor será utilizado como base para a realização dos abastecimentos da respectiva semana, abrangendo os combustíveis previstos neste instrumento.

2.3. Os postos credenciados deverão praticar, no momento do abastecimento, preços iguais ao preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, sendo vedada a cobrança de valores superiores ao parâmetro adotado pela Administração.

2.4. Na hipótese de mais de um posto credenciado atender ao preço de referência adotado, a escolha do estabelecimento para o abastecimento considerará critérios de economicidade operacional e logística, priorizando aquele que proporcione menor custo global à Administração, especialmente em razão da distância e do deslocamento da frota.

2.5. A localização geográfica do posto credenciado será considerada na aferição da solução mais vantajosa, uma vez que eventuais diferenças de preço podem ser neutralizadas por custos adicionais de deslocamento. Assim, será priorizado o abastecimento em estabelecimentos que, além de observarem o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, estejam situados em raio de proximidade que assegure maior eficiência e economicidade à operação.

2.6. O Município manterá o edital de chamamento público aberto de forma permanente, em sítio eletrônico oficial, permitindo o ingresso de novos postos a qualquer tempo, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Os preços praticados pelos credenciados deverão corresponder fielmente aos valores exibidos na bomba no ato do abastecimento e estar compatíveis com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência. A constatação de divergência ou cobrança indevida ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções previstas.

2.8. Em situações de deslocamento em viagem oficial, devidamente autorizada pela Administração, será admitido o abastecimento em postos localizados fora do território do Município de Buriti-MA, inclusive em outros Estados da Federação, desde que o estabelecimento esteja previamente credenciado no âmbito do presente chamamento público.

2.9. Nesses casos, o abastecimento deverá observar, **obrigatoriamente**, como parâmetro máximo de cobrança, o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data do abastecimento, vedada a cobrança de valores superiores ao referido parâmetro, ainda que o posto esteja localizado fora do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 62

2.10. A autorização para abastecimento fora do Município ou do Estado deverá estar vinculada à necessidade operacional da viagem oficial, à inexistência de autonomia suficiente do veículo para ida e retorno, ou à indisponibilidade de postos credenciados no trajeto, devendo tais circunstâncias ser registradas no controle administrativo do abastecimento.

2.11. O abastecimento realizado fora do Município ou do Estado não afasta a obrigação do credenciado de cumprir integralmente as condições previstas neste instrumento, inclusive quanto à fidelidade dos valores praticados na bomba, à emissão regular da nota fiscal e à compatibilidade com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência pela Administração

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

5.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Forma de Fornecimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 65
Assinatura

6.1. O fornecimento de combustíveis será realizado de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisição formal ou autorização de abastecimento emitida pela Administração.

6.2. O abastecimento ocorrerá diretamente nas bombas dos postos credenciados, observando-se os tipos de combustíveis previstos neste Termo de Referência e os parâmetros de preço estabelecidos, especialmente a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Local de Entrega

6.3. O fornecimento dos combustíveis será realizado, prioritariamente, nas instalações dos postos credenciados localizados no Município de Buriti-MA.

6.4. Todavia, considerando a natureza das atividades administrativas, operacionais e essenciais desempenhadas pelas Secretarias Municipais — notadamente deslocamentos intermunicipais e interestaduais, transporte escolar, atendimentos de saúde, ações sociais e viagens oficiais — será admitido o abastecimento em postos credenciados localizados fora do Município de Buriti-MA e, quando necessário, fora do Estado do Maranhão, desde que:

a) o posto esteja regularmente credenciado no âmbito deste procedimento;

b) o abastecimento esteja vinculado a viagem oficial previamente autorizada;

c) seja observada, como parâmetro máximo de cobrança, a referência do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, vigente à data do abastecimento;

d) haja necessidade operacional devidamente justificada, como insuficiência de autonomia do veículo para ida e retorno, inexistência de postos credenciados no trajeto ou situações emergenciais.

Horário de Abastecimento

6.5. O abastecimento dos veículos oficiais deverá ocorrer preferencialmente durante o horário regular de funcionamento dos postos credenciados, observadas as necessidades operacionais de cada Secretaria participante.

6.6. Para os serviços essenciais, especialmente aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, transporte escolar, ações sociais, defesa civil e atividades emergenciais, o abastecimento deverá ser assegurado em regime contínuo, inclusive fora do horário comercial, à noite, aos finais de semana **e** em feriados, sempre que a natureza do serviço exigir

6.7. Os postos credenciados que funcionem em regime de atendimento 24 (vinte e quatro) horas deverão manter essa disponibilidade para atendimento da frota municipal, quando acionados, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 64

6.8. Nos casos de abastecimento realizados fora do horário comercial, especialmente em viagens oficiais, a execução deverá observar as mesmas condições de preço, qualidade e controle previstas neste Termo de Referência, inclusive quanto à adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP.

Prazo de Atendimento

6.9. O abastecimento deverá ser realizado **de forma imediata**, no momento da apresentação do veículo oficial ao posto credenciado, respeitado o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando se tratar de serviços essenciais ou situações emergenciais devidamente caracterizadas.

Responsabilidade pelo Fornecimento

6.10. Caberá ao posto credenciado garantir:

a) disponibilidade do combustível nas condições contratadas;

b) a correta identificação do veículo, do tipo de combustível e da quantidade fornecida;

c) a observância dos parâmetros de preço definidos pela Administração;

d) a emissão regular da nota fiscal correspondente ao abastecimento realizado;

e) a manutenção das condições de habilitação e credenciamento durante toda a execução.

6.11. O fornecimento deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional à Administração, inclusive quanto a taxas, encargos ou custos indiretos não previstos

Padrões de Qualidade

6.12. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais legislações aplicáveis.

6.13. Serão recusados abastecimentos que apresentem indícios de adulteração, desconformidade com os padrões regulatórios, divergência de volume, cobrança em desacordo com o preço de referência adotado ou qualquer outra irregularidade que comprometa a qualidade do produto ou a segurança dos veículos.

6.14. Constatada qualquer inconformidade, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive glosa de valores, aplicação de penalidades e descredenciamento, conforme previsto neste Termo de Referência

Sistema de Identificação, Registro e Controle dos Abastecimentos

6.15. O abastecimento dos veículos e equipamentos oficiais deverá ocorrer mediante identificação prévia, por meio de cartão, QR Code, senha, código eletrônico ou outro meio de identificação, fornecido ou validado pela Administração, previamente

vinculado ao veículo, equipamento ou servidor responsável, conforme o sistema de controle adotado.

6.16. Cada abastecimento realizado deverá ser obrigatoriamente registrado no sistema de controle do posto credenciado ou em meio eletrônico equivalente, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) número do cartão, código, QR Code ou identificador do veículo ou equipamento;

b) placa do veículo ou código patrimonial do equipamento;

c) nome e matrícula do motorista ou servidor responsável;

d) quilometragem atual do veículo ou horímetro, quando aplicável;

e) tipo de combustível fornecido;

f) quantidade abastecida, em litros;

g) preço unitário aplicado, conforme o parâmetro adotado pela Administração;

h) valor total da operação;

i) data e hora do abastecimento.

6.17. Após cada abastecimento, o posto credenciado deverá emitir comprovante físico ou extrato eletrônico, a ser entregue ao condutor ou servidor responsável, para fins de conferência, controle interno e posterior fiscalização.

6.18. A emissão das Notas Fiscais Eletrônicas deverá ocorrer com base nos abastecimentos efetivamente realizados e devidamente registrados, observando-se a legislação fiscal aplicável e os parâmetros de preço definidos neste Termo de Referência.

6.19. As informações de abastecimento poderão ser confrontadas periodicamente pela fiscalização da Administração, que poderá solicitar relatórios consolidados, extratos, planilhas ou outros documentos comprobatórios, inclusive para fins de auditoria, controle e apuração de eventuais inconsistências.

6.20. O posto credenciado deverá manter, durante toda a vigência do contrato e do credenciamento, sua regularidade fiscal, trabalhista, ambiental e regulatória, bem como a autorização de funcionamento junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive descredenciamento.

Materiais e Estrutura a serem Disponibilizados pelo Credenciado

6.21. Para a adequada execução do objeto, o posto credenciado deverá dispor, às suas expensas, dos seguintes recursos mínimos:

a) sistema ou equipamento eletrônico para registro das transações de abastecimento, compatível com cartão, senha, QR Code ou outro meio de identificação validado pela Administração;

b) emissão de comprovante ou extrato eletrônico por abastecimento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 66
Rubrica:

c) espaço físico adequado para atendimento dos veículos oficiais;

d) equipe de funcionários capacitada para operação, observadas as normas ambientais, de segurança e de qualidade.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 67
Rubrica:

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. O fornecimento de combustíveis será recebido provisoriamente de forma imediata, no ato do abastecimento, pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante conferência da quantidade fornecida, do tipo de combustível, do preço aplicado, da identificação do veículo e do registro da operação, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.2. O recebimento provisório imediato não afasta a realização de verificação administrativa e documental posterior, a ser efetuada com base na nota fiscal, nas requisições de abastecimento, nos registros de controle e na compatibilidade dos valores cobrados com o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, para fins de liquidação e pagamento da despesa

8.3. O fiscal do contrato formalizará o recebimento provisório mediante registro ou termo detalhado, individual ou consolidado por período, que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme disposto no art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo ou registro detalhado deverá conter o histórico dos abastecimentos realizados, a análise da execução contratual, a verificação de conformidade dos preços, bem como o apontamento de eventuais ocorrências, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá após a consolidação e verificação da documentação, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante aceitação formal, observados os seguintes procedimentos:

8.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022;

8.5.2. Analisar os relatórios, registros e documentos apresentados pela fiscalização e, havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as devidas correções;

8.5.3. Emitir termo ou registro detalhado para efeito de recebimento definitivo do fornecimento realizado, com base na documentação apresentada;

8.5.4. Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato apurado pela fiscalização, conforme os parâmetros contratuais.

8.5.5. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

8.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou valores cobrados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento

8.7. Não será efetuado o recebimento definitivo nem o pagamento enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela qualidade do produto fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 70

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A seleção dos fornecedores será realizada por meio de procedimento de **CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto com características padronizadas, mercado fluido e possibilidade de atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores, não havendo competição excludente entre os interessados.

9.1.1. No procedimento de credenciamento não haverá julgamento de propostas por menor preço, uma vez que os preços de fornecimento dos combustíveis serão padronizados e controlados pela Administração, com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotado como parâmetro máximo para o abastecimento.

9.1.2. Todos os interessados que atenderem integralmente às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e às exigências operacionais

estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento serão considerados aptos e credenciados para execução do objeto, sem limitação de quantidade de participantes.

9.1.3. A distribuição da demanda entre os postos credenciados observará os critérios definidos no modelo de execução do objeto, especialmente:

j) o atendimento ao preço de referência semanal adotado pela Administração;

k) a localização geográfica e a economicidade logística;

l) a necessidade operacional do serviço público;

m) a continuidade e eficiência do abastecimento da frota.

9.1.4. A opção pelo credenciamento justifica-se por permitir ampla competitividade permanente, redução do risco de desabastecimento, flexibilidade operacional, economicidade **e** continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente em razão da natureza contínua do fornecimento de combustíveis e da variação periódica de preços no mercado

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma **parcelada, contínua e sob demanda**, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisições formais ou autorizações de abastecimento emitidas pela Administração.

9.2.1. Justificativa do Fornecimento Parcelado:

9.2.1.1. Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a demanda por combustíveis não ocorre de forma uniforme ou previamente concentrada ao longo do exercício, mas sim de maneira variável e diretamente vinculada à utilização efetiva da frota municipal, às rotinas administrativas, aos serviços essenciais e às situações extraordinárias que exigem deslocamentos imediatos.

9.2.1.2. O fornecimento parcelado mostra-se o modelo mais adequado, pois permite que o abastecimento seja realizado exclusivamente quando houver necessidade real, no exato momento da utilização dos veículos, garantindo maior controle do consumo, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e aderência à dinâmica operacional das Secretarias Municipais.

9.2.1.3. Além disso, o modelo de fornecimento parcelado é inerente ao próprio abastecimento de combustíveis, que ocorre por consumo direto na bomba, inviabilizando qualquer forma de aquisição concentrada ou antecipada. Tal sistemática assegura a continuidade dos serviços públicos, evita paralisações por falta de combustível, possibilita o atendimento simultâneo de múltiplas unidades administrativas e reduz

riscos operacionais associados à dependência de um único ponto de fornecimento.

9.2.1.4. Dessa forma, o fornecimento parcelado revela-se mais eficiente, econômico e compatível com o interesse público, garantindo flexibilidade operacional, controle administrativo e plena disponibilidade da frota municipal para o desempenho das atividades institucionais e dos serviços públicos essenciais

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.28.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Licença de Funcionamento da Empresa proponente, expedida pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou órgão regulador análogo

9.29.1. Comprovação de Registro na Agencia Nacional de Petróleo e/ou publicação atualizada, o qual, deverá ser pertinente à atividade específica, ou seja, revendedor varejista, retalhista ou distribuidor.

9.30. Atestado emitido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, considerando o preço médio semanal de revenda praticado no Estado do Maranhão, conforme dados oficiais disponibilizados no endereço eletrônico:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

10.2. Para fins de estimativa, foram considerados os quantitativos previstos para cada tipo de combustível, conforme levantamento de demanda das Secretarias Municipais participantes, aplicando-se a esses quantitativos o preço médio semanal do Estado do Maranhão vigente à época da elaboração deste Termo de Referência.

10.3. Em razão dos parâmetros adotados, o valor total estimado da contratação corresponde a R$ 9.964.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

10.4. O valor estimado possui caráter meramente referencial e não vinculante, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, à previsão orçamentária e ao controle da execução, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração, tendo em vista que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda.

10.5. Considerando a adoção do procedimento de credenciamento, bem como a utilização do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro de referência, os valores efetivamente pagos poderão variar ao longo da execução, em função das oscilações normais do mercado, sempre observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

10.6. Para fins de planejamento orçamentário e controle da execução, o valor total estimado da contratação, encontra-se distribuído entre as Secretarias e Fundos participantes, conforme a estimativa de consumo apresentada por cada órgão, nos seguintes termos:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Valor estimado: R$ 4.402.100,00 (quatro milhões, quatrocentos e dois mil e cem reais).

Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB
Valor estimado: R$ 3.533.900,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil e novecentos reais).

Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde
Valor estimado: R$ 1.789.800,00 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Fundo Municipal de Assistência Social
Valor estimado: R$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

10.7. Os valores acima possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo obrigação de execução integral, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a efetiva utilização da frota de cada Secretaria, observados os limites orçamentários e financeiros de cada Fundo ou unidade administrativa.

10.8. A execução financeira observará a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria e Fundo participante, sendo as despesas empenhadas de forma individualizada, conforme a origem dos recursos e as normas de execução orçamentária vigentes.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Buriti-MA, vinculadas às Secretarias e Fundos participantes, conforme as seguintes classificações orçamentárias:

ANEXO – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAF
PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0007 2006 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2020 0000 PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

PROJETO/ATIVIDADE: 12 122 0007 2017 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2025 0000 QSE – QUOTA DE SALARIO EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – FUNDEB

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 366 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE SAÚDE E FMS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2104 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2151 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2022 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2106 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE FAMILIA (PSF)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2107 0000 PSE PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2108 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE BUCAL (PSB)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2138 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2153 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SAMU
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E FMAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0007 2041 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 08 243 0009 2137 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES

PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2134 0000 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2120 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FMAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2124 0000 GESTAO DO SUAS – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO IGD - SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2125 0000 GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO – MANUTENÇÃO DO IGDBF
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2174 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BPC
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2123 0000 GESTAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS

PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2115 0000 MANUT. FUNC. DO PROG. AEPETI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2116 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EQUIPE VOLANTE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2117 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2119 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAEFI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2121 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO SCFV
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2122 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CRAS E DEMAIS PROGRAMAS)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2136 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CREAS E DEMAIS PROGRAMAS)

CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

11.2. As dotações acima poderão ser complementadas, remanejadas ou ajustadas, caso necessário, mediante abertura de créditos adicionais ou apostilamento, observadas as normas legais e orçamentárias vigentes.

11.3. A emissão dos empenhos ocorrerá de forma individualizada por Secretaria ou Fundo, conforme a efetiva execução do fornecimento e a disponibilidade orçamentária, respeitados os limites legais e financeiros

Buriti/MA, 16 de janeiro de 2026.

Antônio Fábio Figueiredo Freitas
Tesoureiro Geral

Kirkpatrick Pedrosa Nunes
Secretário Adjunto de Saúde
Portaria Nº 027/2025/GAB

Kirkpatrick Pedrosa Nunes
Secretário Adjunto de Saúde

Jário dos Santos Miranda
Secretário Adjunto de Educação

Antônio César de Oliveira Costa
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico E Social

Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 83
Rubrica:

PORTARIA DOS SECRETÁRIOS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 84
Rubrica:

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pelo presente instrumento, nós, abaixo assinados, Secretários Municipais da Prefeitura Municipal de Buriti/MA, no exercício de nossas atribuições legais, declaramos que procedemos à análise, revisão e validação conjunta do Termo de Referência referente ao Processo nº 3241/2025.

Após exame do conteúdo técnico, administrativo, operacional e orçamentário, atestamos que o referido Termo de Referência encontra-se em plena conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes administrativas e normativas internas do Município.

O Termo de Referência aprovado tem por objeto o Chamamento Público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA, estabelecendo de forma clara e adequada as condições de execução, os critérios operacionais, os parâmetros de controle, fiscalização e pagamento, conforme descrito no instrumento.

Dessa forma, manifestamos nossa concordância expressa com o conteúdo do Termo de Referência, autorizando o regular prosseguimento das demais etapas do procedimento de credenciamento

Buriti/MA, 20 de janeiro de 2025.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Domingos Dias da Silva
Secretário Municipal de Educação

Raimundo Lopes da Silva Filho

Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

AUTORIZAÇÃO PARA CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO

Para: Comissão de Contratação

Prezados,

Pelo presente instrumento, nós, abaixo assinados, Secretários Municipais da Prefeitura Municipal de Buriti/MA, no exercício de nossas atribuições legais, **AUTORIZAMOS** conjuntamente a abertura do procedimento por meio de **Chamamento Público para Credenciamento**, destinado à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA, conforme instrução constante do **Processo Administrativo nº 3241/2025**.

A presente autorização fundamenta-se no disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento de credenciamento, considerando a natureza contínua do objeto, a existência de mercado fluido e a possibilidade de atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores.

Fica consignado que, conforme registrado nos autos do processo**, os** atos formais essenciais do procedimento de credenciamento, incluindo a aprovação do Termo de Referência, a autorização do credenciamento, a homologação, a adjudicação e os termos de credenciamento, serão praticados e assinados conjuntamente pelos Secretários Municipais participantes, no âmbito de suas respectivas competências.

Os instrumentos contratuais, por sua vez, serão assinados individualmente por cada Secretário Municipal responsável pela respectiva Secretaria ou Fundo participante, observada a vinculação orçamentária e a competência de ordenação de despesa de cada pasta.

Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a coordenação e o gerenciamento do procedimento, bem como a prática dos despachos administrativos necessários ao regular andamento do processo.

Dessa forma, **AUTORIZAMOS** o regular prosseguimento do procedimento**,** com a adoção de todas as providências administrativas, técnicas e jurídicas cabíveis, observando-se integralmente as exigências legais e normativas vigentes

DECLARAMOS para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa decorrente do referido procedimento de credenciamento encontra-se devidamente compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo adequada previsão e disponibilidade orçamentária e financeira, conforme as dotações específicas de cada Secretaria e Fundo participante.

Buriti/MA, 20 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 86
Rubrica:

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Domingos Dias da Silva
Secretário Municipal de Educação

Raimundo Lopes da Silva Filho

Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

CONSIDERANDO que cabe a este Poder Legislativo, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei nº. 14.1333/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são: **I -** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Prefeitura Municipal de Buriti - MA; **II** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório; **III -** Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas; **IV-** Indicar eventuais glosas das faturas.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear a Sr. Alailson Holanda Rodrigues, titular do CPF nº 054.027.213 – 27, e RG nº 037820242009-6 SSP/MA ao cargo em comissão de FISCAL DE CONTRATOS da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em conformidade a Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º E designar para atuar nos contratos de Material de consumo (expediente e limpeza); material permanente; gêneros alimentícios; manutenção de Ar Condicionados.

Art. 3°. Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 52d8debe44315f318f8c565159151957

PORTARIA Nº 025/2025 GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI/MA**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica do município e;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. José Fernandes Macedo Júnior, titular do CPF nº 026.115.793-00, e RG nº 238410220039, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação, atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Designar o Agente de Contratação acima nominado para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º- Designar o Sra. Francisca Selma de Souza Carvalho, titular CPF nº 516.099.833 – 00 e RG nº 064998482018-0 SSP/MA e o Sr. Marcel Ruan de Jesus da Silva, titular do CPF nº 080.487.373-96 e RG nº 0219348220027 SSP/MA, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas lotações, para comporem a comissão permanente de contratação deste Câmara Municipal.

Art. 4º- Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: c14cd5f7f60b8cf8608311d5bb2d4663

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 87
Rubrica:

AUTUAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025

MODALIDADE DA LICITAÇÃO Nº: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

PROCEDIMENTO AUXILIAR: CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente processo encontra-se fundamentado no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe ser inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, bem como no art. 79, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021, que trata do credenciamento como procedimento auxiliar das contratações públicas, além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, considerando a natureza contínua do objeto e a existência de mercado fluido.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Secretaria Municipal de Educação;
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
Secretaria Municipal de Saúde;
Fundo Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
Social e Fundo Municipal de Assistência Social;

VALOR ESTIMADO: R$ 9.964.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais), conforme estimativa constante do Termo de Referência, apurada com base no preço médio semanal de revenda praticado no Estado do Maranhão, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e na projeção de consumo das Secretarias e Fundos participantes.

Os valores acima possuem caráter meramente estimativo e referencial, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, à previsão orçamentária e ao controle da execução, não constituindo obrigação de execução ou consumo integral por parte da Administração, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda.

INSTRUÇÃO PROCESSUAL: O processo encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Gerenciamento de Riscos, Termo de Referência aprovado, manifestações de interesse das Secretarias participantes e autorização conjunta para abertura do procedimento.

VIGÊNCIA PREVISTA: 12 (doze) meses, contados da assinatura dos instrumentos contratuais, nos termos da legislação vigente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ANEXO – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAF
PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0007 2006 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2020 0000 PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 122 0007 2017 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2025 0000 QSE – QUOTA DE SALARIO EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – FUNDEB

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 366 0005 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE SAÚDE E FMS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2104 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 122 0008 2151 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2022 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2106 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE FAMILIA (PSF)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2107 0000 PSE PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0008 2108 0000 ATENÇÃO PRIMARIA – PROGRAMA SAUDE BUCAL (PSB)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2138 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 302 0008 2153 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SAMU
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ANEXO – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E FMAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0007 2041 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 08 243 0009 2137 0000 ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 90
Rubrica:

CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - SEMDES
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2134 0000 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2120 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FMAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2124 0000 GESTAO DO SUAS – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO IGD - SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2125 0000 GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO ÚNICO – MANUTENÇÃO DO IGDBF
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0006 2174 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BPC
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2123 0000 GESTAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0006 2166 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROCAD-SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2115 0000 MANUT. FUNC. DO PROG. AEPETI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 91
Rubrica:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2116 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EQUIPE VOLANTE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2117 0000 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2119 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAEFI
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2121 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO SCFV
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2122 0000 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CRAS E DEMAIS PROGRAMAS)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 245 0006 2136 0000 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO (CREAS E DEMAIS PROGRAMAS)
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Buriti – MA, 21 de janeiro de 2026.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 92
Rubrica:

DESPACHO

À Procuradoria Jurídica

Encaminho, para análise e emissão de parecer, a **minuta do edital e seus anexos** referentes ao **Processo Administrativo nº 3241/2025**, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026 e Credenciamento nº 001/2026 que trata da abertura de procedimento auxiliar para **Credenciamento para registro de preços**, tendo como objeto Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

Solicito a essa Procuradoria que proceda à verificação da regularidade jurídica dos instrumentos encaminhados, especialmente quanto à sua conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os arts. 74, inciso IV, e art. 79, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

Caso sejam identificadas eventuais inconsistências, impropriedades formais ou a necessidade de ajustes, solicito que sejam devidamente apontadas as adequações cabíveis, a fim de assegurar a plena legalidade e segurança jurídica do procedimento.

Diante do exposto, aguarda-se a manifestação dessa Procuradoria para o regular prosseguimento das etapas subsequentes do processo de credenciamento.

Buriti – MA, 21 de janeiro de 2025.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 93
Rubrica:

MINUTA DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 / 2025
Fls. 94
Rubrica: N-

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
MINUTA DO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

Objeto: Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA.

Local: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá **exclusivamente** no formato eletrônico através do site www.licitanet.com.br

Período: __/__/____ à __/__/____.

Base legal: Este procedimento caracteriza-se como credenciamento, na forma dos arts. 78, inciso I, e 79, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021, constituindo procedimento auxiliar das contratações públicas, sendo as contratações dele decorrentes formalizadas por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da mesma Lei, Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 121 de 20 de janeiro de 2026.

Modo de seleção: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração Pública a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; e em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

01 – PREÂMBULO

1.1 O município de Buriti - MA, inscrito no CNPJ nº 06.117.071/0001-55, localizado na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, nesta cidade, através do Agente de Contratação, nos termos da Lei 14133/21 e suas modificações posteriores, torna público que receberá durante o período em epígrafe no site www.licitanet.com.br de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para credenciamento de acordo com as informações contidas neste edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. José Fernandes Macedo Júnior – Agente de Contratações, designada pela Portaria nº 025/2025-GP, regidos pela Lei Federal 14.133/2021, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 A aquisição do Edital completo poderá ser feita através dos seguintes websites eletrônicos:

- Site oficial do município de Buriti - MA: www.buriti.ma.gov.br, Plataforma na qual será realizado o credenciamento eletrônico: www.licitanet.com.br,
- Poderá ser solicitado via e-mail: contratapmburiti@gmail.com
- E também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Buriti - MA em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes nos endereços eletrônicos citados acima.

1.5 A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e- mail informado

MINUTA DO EDITAL

ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

02 – OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação: Chamamento público para Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do presente edital.

03 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 **Das condições gerais:**

3.1.1 Poderão participar do presente credenciamento as empresas, que atenderem ao objeto deste credenciamento, conforme descrição no Termo de Referência e que estejam situadas no município de Buriti - MA, observadas, também, as demais exigências deste Instrumento, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2 A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.1.3 O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente.

3.2 **Das vedações:**

3.2.1. Não poderão participar deste Processo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

3.2.1.1. Não explorem ramo de atividade compatível com o Objeto desta Licitação;

3.2.1.2. Sejam estrangeiras e não funcionem no País;

3.2.1.3. Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.1.4. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

3.2.1.5. Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IV do Art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

3.2.1.6. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.2.1.6.1. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

3.2.1.7. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.2.1.8. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241/2025
Fls. 96
Rubrica: N

3.3 - As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão ofertar propostas para o(s) mesmo(s) item(ns) do Certame.

04 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: www.licitanet.com.br, dentro da opção: Adesão - Adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada. O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária, informar os serviços aos quais pretende se credenciar e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitanet cujo o telefone está disponibilizado na página inicial de seu website.
4.2. O Credenciamento Eletrônico será realizado, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
4.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações (www.licitanet.com.br).
4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Buriti - MA, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
4.6. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Credenciamento.
4.7. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.8. O encaminhamento da documentação e intenção de credenciamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

05 – COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei

Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das

MINUTA DO EDITAL

obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
( ) Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordo em realizar os serviços referentes a este credenciamento para Município de Buriti - MA, pelos preços estipulados em seu edital.
5.1 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

06 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para se credenciarem.
6.2 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
6.3 Durante o cadastro da proposta o licitante poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.
6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda vigência do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens e/ou informações bem como alterações emitidas pelo sistema.
6.5 Em caso de apresentação de documentos faltantes o município poderá solicitar ao interessado a apresentando dos mesmos, estabelecendo prazos para isso. A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo estipulado, acarretará na inabilitação do interessado;
6.6 Somente serão CREDENCIADOS os licitantes que apresentarem a documentação exigida conforme edital.
6.7 Os documentos que compõem a habilitação do licitante que for CREDENCIADO serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público.
6.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante no próprio website onde será realizado o credenciamento, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
6.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.
6.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
6.11 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
6.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá a qualquer momento abrir diligências para com o licitante interessado.
6.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. nº 3711, 2025
Fls. 98
Rubrica:

07 – DO PREENCHIMENTO DOS ITENS NOS QUAIS DESEJA SE CREDENCIAR

7.1 . Considerando que o presente procedimento adota **o** credenciamento com modo de seleção paralela e não excludente, não haverá fixação de quantitativo individual por credenciado. Dessa forma, o fornecedor deverá informar apenas os valores unitários dos itens para os quais pretende se credenciar, conforme parâmetros estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, sendo o quantitativo global estimado definido exclusivamente para fins de planejamento administrativo.

7.2 Os instrumentos contratuais decorrentes deste credenciamento conterão os valores unitários dos produtos, não gerando obrigação de fornecimento mínimo ou máximo por credenciado. A efetiva execução do fornecimento ocorrerá sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração.

7.3 A distribuição da demanda entre os credenciados não será automática nem igualitária, observando-se, em cada abastecimento, os critérios definidos no Termo de Referência, especialmente:

I – a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro máximo;

II – a localização geográfica do posto e a economicidade logística;

III – a necessidade operacional do serviço público;

IV – a continuidade e eficiência do abastecimento da frota municipal.

7.4 Após realizar o cadastro na plataforma o interessado poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.

7.5 . Eventuais dúvidas relativas ao procedimento de cadastro, uso da plataforma eletrônica ou funcionalidades do sistema deverão ser esclarecidas diretamente junto à plataforma Licitanet, não cabendo à Administração responsabilidade por questões operacionais do sistema.

7.6 Os credenciados deverão respeitar integralmente os preços máximos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, especialmente aqueles definidos com base no preço médio semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sendo vedada a cobrança de valores superiores.

7.7 Na hipótese de divergência ou inconsistência entre a descrição dos itens constante na plataforma eletrônica e aquela prevista neste Edital e em seus anexos, prevalecerá, para todos os efeitos, o descritivo constante no Edital.

08 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTE EDITAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, A SEGUIR INFORMADA:

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

09 - DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O fornecimento dos combustíveis deverá ser realizado em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, parâmetros de preço, forma de execução, controle e demais exigências estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste Edital;

MINUTA DO EDITAL

Fls: 99

9.2. Município de Buriti/MA, por meio da ∫, na condição de órgão gerenciador do credenciamento, bem como das Secretarias e Fundos participantes, reserva-se o direito de acompanhar, fiscalizar e controlar permanentemente a execução do fornecimento pelos credenciados, podendo, quando constatadas irregularidades, descumprimento contratual, má qualidade do produto, divergência de preços ou qualquer outra infração às condições estabelecidas, instaurar processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, inclusive o descredenciamento;

9.3. O credenciamento se caracteriza como relação de fornecimento contínuo de bens, formalizada por meio de contratos administrativos decorrentes de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.;

10 - DAS SANÇÕES

10.1. - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas na Lei Federal nº 14133/21:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 324/2025
Fls. 100
Rubrica:

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

i) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
I – advertência;

j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

k) Dar causa à inexecução total do contrato;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11 - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As condições de pagamento estão previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

11.2 - Considerando nos termos em que o ANEXO I não prever cláusulas de pagamento, este então ocorrerá até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação de serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.

11.3 - O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal.

11.4 - Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei n°14.133/2021, caso haja interesse e vantagem para Administração, com a anuência da credenciada.

11.5 - As dotações orçamentárias para pagamento das despesas referentes a este edital, estarão previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241.2025
Fls. 101
Rubrica:

12 - DA RESPONSABILIDADE

12.1 É de exclusiva responsabilidade do contratado, não sendo possível sua transferência ao Município de Buriti-MA, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias decorrentes da execução do contrato.

12.2 - É de exclusiva responsabilidade do contratado a reparação de quaisquer danos eventualmente causados a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratual, não cabendo ao Município de Buriti-MA qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

13 - DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E IMPUGNAÇÃO

13.1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica indicada no edital, no período do credenciamento.

13.2 - O município convocará o credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento, para assinar o termo de credencimento no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;

13.3 - O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:

a) Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200- 2 de 2001; ou

13.4 - O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

13.5 - O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado na própria plataforma eletrônica de credenciamento.

13.6 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do município.

13.7 - A formalização do CREDENCIAMENTO se dará através de Termo de Credenciamento, após o licitante interessado entregar a documentação relacionada exigida neste edital, conforme minuta constante no Anexo II do Instrumento Convocatório.

13.8 - O Termo de Credenciamento a ser firmado, cuja minuta (Anexo II) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.9 - O procedimento licitatório previsto neste edital caracteriza ato administrativo formal.

13.10 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de CREDENCIAMENTO por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

14 - DA FORMA DE SELEÇÃO DOS CONTRATADOS

14.1. Concluída a análise da documentação de habilitação, todos os interessados que atenderem integralmente às exigências estabelecidas neste Edital serão considerados aptos e devidamente credenciados, não havendo classificação, hierarquização ou ordenação competitiva entre os credenciados, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do edital, sendo assegurado o ingresso de novos interessados a qualquer tempo. As solicitações de credenciamento protocoladas após

MINUTA DO EDITAL

a publicação do edital serão analisadas pela Administração no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do respectivo protocolo.

14.3. A escolha do posto credenciado para cada abastecimento não se dará por ordem de inscrição, lista, rodízio prévio ou qualquer forma de hierarquização, mas sim com base em critérios objetivos diretamente relacionados à execução do objeto, especialmente:

a) observância do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotado como parâmetro máximo de referência;

b) localização geográfica do posto credenciado e menor custo logístico para a Administração;

c) tipo de combustível necessário para o atendimento da demanda;

d) urgência, continuidade e necessidade operacional do serviço público a ser executado.

14.4. recusa injustificada e reiterada do credenciado em atender às solicitações de abastecimento poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo próprio para apuração de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento.

14.5. recusa injustificada e reiterada do credenciado em atender às solicitações de abastecimento poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo próprio para apuração de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento.

15 - DOS RECURSOS

15.1 - Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso diretamente na plataforma eletrônica do credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

16 - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 - A prestação dos serviços deverá ser realizada conforme termos e condições estabelecidos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

17 - DOS PREÇOS PRATICADOS

17.1 - O valor constante do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, foi fixado em conformidade o Art. 23 da Lei 14.133/21.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - O Município de Buriti - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

18.2 - É facultado ao Município de Buriti - MA, a qualquer tempo: promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do termo de credenciamento; aferir os serviços ofertados; solicitar aos órgãos técnicos competentes elaboração de pareceres objetivando o acompanhamento dos serviços.

18.3 - O credenciado **deverá** comunicar formalmente ao Município de Buriti - MA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante justificativa técnica.

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241, 2025
Fls. 105
Rubrica:

18.4 - O credenciamento será formalizado por decisão do Prefeito Municipal, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse público, ou a pedido do Credenciado, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

18.5 - Em caso de atraso na entrega da prestação mensal de atendimento, ficará suspenso o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente.

18.6 - A remuneração recebida pelo credenciado em contraprestação aos serviços prestados não gerará direito adquirido, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária, caracterizando-se como mera prestação de serviços.

18.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município de Buriti - MA, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor atendimento aos usuários.

18.8 - Todos quantos participarem desta licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido neste edital e na Lei Federal nº 14.133/21, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dostrabalhos.

18.9 - A divisão da demanda respeitará a proporcionalidade igualitária e o princípio da isonomia entre todos os participantes, considerando: a ordem de credenciamento feito por meio do portal.

18.10 - As quantidades de serviços a serem contratadas e distribuídas, serão estimadas de acordo com a demanda solicitada de cada secretaria.

19 - DOS ANEXOS

19.1 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.
ANEXO II - Minuta de Termo de Credenciamento.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Este instrumento convocatório estará à disposição dos interessados no site do município de Buriti - MA, no endereço eletrônico: www.buriti.ma.gov.br

20.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.1.1. ANEXO II – Minuta de Termo de Credenciamento

1.1.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

1.1.3. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada

Buriti - MA, __ de____de _____.

XXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxx

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 / 2025
Fls. 104
Rubrica:

XXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxx

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241/2025
Fls. 105
Rubrica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, em postos revendedores legalmente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na caracterização de credenciamento, como procedimento auxiliar das contratações e licitações regidas pela lei 14.133/2021, em seus artigos 78 inciso I e 79 inciso I e III para abastecimento direto e contínuo da frota de veículos oficiais, locados e demais equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Buriti/MA, bem como aqueles que vierem a ser incorporados durante a vigência do credenciamento.

1.2. Especificações do objeto, quantitativo e valor estimado dos produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina Comum	L	376000	R$ 5,90	R$ 2.218.400,00
2	Oleo Diesel Comum	L	330000	R$ 6,17	R$ 2.036.100,00
3	Oleo Diesel S10	L	950000	R$ 6,01	R$ 5.709.500,00

1.3. Este credenciamento consiste em instrumento administrativo de chamamento público e processo de edital.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.5. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, a fim de assegurar o cumprimento integral de todas as exigências técnicas e normativas previstas no contrato.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.7. O credenciamento estará disponível enquanto a vigência do Edital que o regulamenta, até a disposição em contrário, a ser determinada pela autoridade competente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

2.1. Considerando tratar-se de **mercado fluido**, nos termos do artigo 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, a distribuição da demanda entre os postos credenciados se dará mediante referência periódica (semanal) do preço médio de mercado praticado no Estado do Maranhão, adotado como parâmetro oficial para a execução do abastecimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241 . 2025
Fls. 106
Rubrica:

2.2. Para fins de definição do valor de referência, a Administração adotará, **semanalmente**, o **preço médio de revenda praticado no Estado do Maranhão**, conforme divulgado pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, disponível no endereço eletrônico:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas. Esse valor será utilizado como base para a realização dos abastecimentos da respectiva semana, abrangendo os combustíveis previstos neste instrumento.

2.3. Os postos credenciados deverão praticar, no momento do abastecimento, preços iguais ao preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, sendo vedada a cobrança de valores superiores ao parâmetro adotado pela Administração.

2.4. Na hipótese de mais de um posto credenciado atender ao preço de referência adotado, a escolha do estabelecimento para o abastecimento considerará critérios de economicidade operacional e logística, priorizando aquele que proporcione menor custo global à Administração, especialmente em razão da distância e do deslocamento da frota.

2.5. A localização geográfica do posto credenciado será considerada na aferição da solução mais vantajosa, uma vez que eventuais diferenças de preço podem ser neutralizadas por custos adicionais de deslocamento. Assim, será priorizado o abastecimento em estabelecimentos que, além de observarem o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, estejam situados em raio de proximidade que assegure maior eficiência e economicidade à operação.

2.6. O Município manterá o edital de chamamento público aberto de forma permanente, em sítio eletrônico oficial, permitindo o ingresso de novos postos a qualquer tempo, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Os preços praticados pelos credenciados deverão corresponder fielmente aos valores exibidos na bomba no ato do abastecimento e estar compatíveis com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência. A constatação de divergência ou cobrança indevida ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções previstas.

2.8. Em situações de deslocamento em viagem oficial, devidamente autorizada pela Administração, será admitido o abastecimento em postos localizados fora do território do Município de Buriti/MA, inclusive em outros Estados da Federação, desde que o estabelecimento esteja previamente credenciado no âmbito do presente chamamento público.

2.9. Nesses casos, o abastecimento deverá observar, **obrigatoriamente**, como parâmetro máximo de cobrança, o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data do abastecimento, vedada a cobrança de valores superiores ao referido parâmetro, ainda que o posto esteja localizado fora do Estado.

2.10. A autorização para abastecimento fora do Município ou do Estado deverá estar vinculada à necessidade operacional da viagem oficial, à inexistência de autonomia suficiente do veículo para ida e retorno, ou à indisponibilidade de postos credenciados no trajeto, devendo tais circunstâncias ser registradas no controle administrativo do abastecimento.

2.11. O abastecimento realizado fora do Município ou do Estado não afasta a obrigação do credenciado de cumprir integralmente as condições previstas neste instrumento, inclusive quanto à fidelidade dos valores praticados na bomba, à emissão regular da nota fiscal e à compatibilidade com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência pela Administração

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

5.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Forma de Fornecimento

6.1. O fornecimento de combustíveis será realizado de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisição formal ou autorização de abastecimento emitida pela Administração.

6.2. O abastecimento ocorrerá diretamente nas bombas dos postos credenciados, observando-se os tipos de combustíveis previstos neste Termo de Referência e os parâmetros de preço estabelecidos, especialmente a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Local de Entrega

6.3. O fornecimento dos combustíveis será realizado, prioritariamente, nas instalações dos postos credenciados localizados no Município de Buriti-MA.

6.4. Todavia, considerando a natureza das atividades administrativas, operacionais e essenciais desempenhadas pelas Secretarias Municipais — notadamente deslocamentos intermunicipais e interestaduais, transporte escolar, atendimentos de saúde, ações sociais e viagens oficiais — será admitido o abastecimento em postos credenciados localizados fora do Município de Buriti-MA e, quando necessário, fora do Estado do Maranhão, desde que:

a) o posto esteja regularmente credenciado no âmbito deste procedimento;

b) o abastecimento esteja vinculado a viagem oficial previamente autorizada;

c) seja observada, como parâmetro máximo de cobrança, a referência do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, vigente à data do abastecimento;

d) haja necessidade operacional devidamente justificada, como insuficiência de autonomia do veículo para ida e retorno, inexistência de postos credenciados no trajeto ou situações emergenciais.

Horário de Abastecimento

6.5. O abastecimento dos veículos oficiais deverá ocorrer preferencialmente durante o horário regular de funcionamento dos postos credenciados, observadas as necessidades operacionais de cada Secretaria participante.

6.6. Para os serviços essenciais, especialmente aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, transporte escolar, ações sociais, defesa civil e atividades emergenciais, o abastecimento deverá ser assegurado em regime contínuo, inclusive fora do horário comercial, à noite, aos finais de semana e em feriados, sempre que a natureza do serviço exigir

6.7. Os postos credenciados que funcionem em regime de atendimento 24 (vinte e quatro) horas deverão manter essa disponibilidade para atendimento da frota municipal, quando acionados, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais

6.8. Nos casos de abastecimento realizados fora do horário comercial, especialmente em viagens oficiais, a execução deverá observar as mesmas condições de preço, qualidade e controle previstas neste Termo de Referência, inclusive quanto à adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241/2025
Fls. 109
Rubrica:

Prazo de Atendimento

6.9. O abastecimento deverá ser realizado **de forma imediata**, no momento da apresentação do veículo oficial ao posto credenciado, respeitado o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando se tratar de serviços essenciais ou situações emergenciais devidamente caracterizadas.

Responsabilidade pelo Fornecimento

6.10. Caberá ao posto credenciado garantir:

a) disponibilidade do combustível nas condições contratadas;

b) a correta identificação do veículo, do tipo de combustível e da quantidade fornecida;

c) a observância dos parâmetros de preço definidos pela Administração;

d) a emissão regular da nota fiscal correspondente ao abastecimento realizado;

e) a manutenção das condições de habilitação e credenciamento durante toda a execução.

6.11. O fornecimento deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional à Administração, inclusive quanto a taxas, encargos ou custos indiretos não previstos

Padrões de Qualidade

6.12. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais legislações aplicáveis.

6.13. Serão recusados abastecimentos que apresentem indícios de adulteração, desconformidade com os padrões regulatórios, divergência de volume, cobrança em desacordo com o preço de referência adotado ou qualquer outra irregularidade que comprometa a qualidade do produto ou a segurança dos veículos.

6.14. Constatada qualquer inconformidade, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive glosa de valores, aplicação de penalidades e descredenciamento, conforme previsto neste Termo de Referência

Sistema de Identificação, Registro e Controle dos Abastecimentos

6.15. O abastecimento dos veículos e equipamentos oficiais deverá ocorrer mediante identificação prévia, por meio de cartão, QR Code, senha, código eletrônico ou outro meio de identificação, fornecido ou validado pela Administração, previamente vinculado ao veículo, equipamento ou servidor responsável, conforme o sistema de controle adotado.

6.16. Cada abastecimento realizado deverá ser obrigatoriamente registrado no sistema de controle do posto credenciado ou em meio eletrônico equivalente, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) número do cartão, código, QR Code ou identificador do veículo ou equipamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 2025
Fls. 110
Rubrica:

b) placa do veículo ou código patrimonial do equipamento;

c) nome e matrícula do motorista ou servidor responsável;

d) quilometragem atual do veículo ou horímetro, quando aplicável;

e) tipo de combustível fornecido;

f) quantidade abastecida, em litros;

g) preço unitário aplicado, conforme o parâmetro adotado pela Administração;

h) valor total da operação;

i) data e hora do abastecimento.

6.17. Após cada abastecimento, o posto credenciado deverá emitir comprovante físico ou extrato eletrônico, a ser entregue ao condutor ou servidor responsável, para fins de conferência, controle interno e posterior fiscalização.

6.18. A emissão das Notas Fiscais Eletrônicas deverá ocorrer com base nos abastecimentos efetivamente realizados e devidamente registrados, observando-se a legislação fiscal aplicável e os parâmetros de preço definidos neste Termo de Referência.

6.19. As informações de abastecimento poderão ser confrontadas periodicamente pela fiscalização da Administração, que poderá solicitar relatórios consolidados, extratos, planilhas ou outros documentos comprobatórios, inclusive para fins de auditoria, controle e apuração de eventuais inconsistências.

6.20. O posto credenciado deverá manter, durante toda a vigência do contrato e do credenciamento, sua regularidade fiscal, trabalhista, ambiental e regulatória, bem como a autorização de funcionamento junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive descredenciamento.

Materiais e Estrutura a serem Disponibilizados pelo Credenciado

6.21. Para a adequada execução do objeto, o posto credenciado deverá dispor, às suas expensas, dos seguintes recursos mínimos:

a) sistema ou equipamento eletrônico para registro das transações de abastecimento, compatível com cartão, senha, QR Code ou outro meio de identificação validado pela Administração;

b) emissão de comprovante ou extrato eletrônico por abastecimento;

c) espaço físico adequado para atendimento dos veículos oficiais;

d) equipe de funcionários capacitada para operação, observadas as normas ambientais, de segurança e de qualidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. nº 3241 / 2025
Fls. 111
Rubrica:

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem

o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. O fornecimento de combustíveis será recebido provisoriamente de forma imediata, no ato do abastecimento, pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante conferência da quantidade fornecida, do tipo de combustível, do preço aplicado, da identificação do veículo e do registro da operação, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.2. O recebimento provisório imediato não afasta a realização de verificação administrativa e documental posterior, a ser efetuada com base na nota fiscal, nas requisições de abastecimento, nos registros de controle e na compatibilidade dos valores cobrados com o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, para fins de liquidação e pagamento da despesa

8.3. O fiscal do contrato formalizará o recebimento provisório mediante registro ou termo detalhado, individual ou consolidado por período, que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme disposto no art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo ou registro detalhado deverá conter o histórico dos abastecimentos realizados, a análise da execução contratual, a verificação de conformidade dos preços, bem como o apontamento de eventuais ocorrências, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

Proc. Nº 324 2025
Fls. 114
Rubrica

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá após a consolidação e verificação da documentação, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante aceitação formal, observados os seguintes procedimentos:

8.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022;

8.5.2. Analisar os relatórios, registros e documentos apresentados pela fiscalização e, havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as devidas correções;

8.5.3. Emitir termo ou registro detalhado para efeito de recebimento definitivo do fornecimento realizado, com base na documentação apresentada;

8.5.4. Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato apurado pela fiscalização, conforme os parâmetros contratuais.

8.5.5. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

8.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou valores cobrados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento

8.7. Não será efetuado o recebimento definitivo nem o pagamento enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela qualidade do produto fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. nº 3241/2025
Fls. 115
Rubrica:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. nº 3241/2025
Fls. 116
Rubrica

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A seleção dos fornecedores será realizada por meio de procedimento de **CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto com características padronizadas, mercado fluido e possibilidade de atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores, não havendo competição excludente entre os interessados.

9.1.1. No procedimento de credenciamento não haverá julgamento de propostas por menor preço, uma vez que os preços de fornecimento dos combustíveis serão padronizados e controlados pela Administração, com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotado como parâmetro máximo para o abastecimento.

9.1.2. Todos os interessados que atenderem integralmente às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e às exigências operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento serão considerados aptos e credenciados para execução do objeto, sem limitação de quantidade de participantes.

9.1.3. A distribuição da demanda entre os postos credenciados observará os critérios definidos no modelo de execução do objeto, especialmente:

j) o atendimento ao preço de referência semanal adotado pela Administração;

k) a localização geográfica e a economicidade logística;

l) a necessidade operacional do serviço público;

m) a continuidade e eficiência do abastecimento da frota.

9.1.4. A opção pelo credenciamento justifica-se por permitir ampla competitividade permanente, redução do risco de desabastecimento, flexibilidade operacional, economicidade **e** continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente em razão da natureza contínua do fornecimento de combustíveis e da variação periódica de preços no mercado

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma **parcelada, contínua e sob demanda**, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisições formais ou autorizações de abastecimento emitidas pela Administração.

9.2.1. Justificativa do Fornecimento Parcelado:

9.2.1.1. Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a demanda por combustíveis não ocorre de forma uniforme ou previamente concentrada ao longo do exercício, mas sim de maneira variável e diretamente vinculada à utilização efetiva da frota municipal, às rotinas administrativas, aos serviços essenciais e às situações extraordinárias que exigem deslocamentos imediatos.

9.2.1.2. O fornecimento parcelado mostra-se o modelo mais adequado, pois permite que o abastecimento seja realizado exclusivamente quando houver necessidade real, no exato momento da utilização dos veículos, garantindo maior controle do consumo, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e aderência à dinâmica operacional das Secretarias Municipais.

9.2.1.3. Além disso, o modelo de fornecimento parcelado é inerente ao próprio abastecimento de combustíveis, que ocorre por consumo direto na bomba, inviabilizando qualquer forma de aquisição concentrada ou antecipada. Tal sistemática assegura a continuidade dos serviços públicos, evita paralisações por falta de combustível, possibilita o atendimento simultâneo de múltiplas unidades administrativas e reduz riscos operacionais associados à dependência de um único ponto de fornecimento.

9.2.1.4. Dessa forma, o fornecimento parcelado revela-se mais eficiente, econômico e compatível com o interesse público, garantindo flexibilidade operacional, controle administrativo e plena disponibilidade da frota municipal para o desempenho das atividades institucionais e dos serviços públicos essenciais

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. nº 3241/2025
Fls. 118
Rubrica

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.28.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Licença de Funcionamento da Empresa proponente, expedida pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou órgão regulador análogo

9.29.1. Comprovação de Registro na Agencia Nacional de Petróleo e/ou publicação atualizada, o qual, deverá ser pertinente à atividade específica, ou seja, revendedor varejista, retalhista ou distribuidor.

9.30. Atestado emitido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, considerando o preço médio semanal de revenda praticado no Estado do Maranhão, conforme dados oficiais disponibilizados no endereço eletrônico:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

10.2. Para fins de estimativa, foram considerados os quantitativos previstos para cada tipo de combustível, conforme levantamento de demanda das Secretarias Municipais participantes,

aplicando-se a esses quantitativos o preço médio semanal do Estado do Maranhão vigente à época da elaboração deste Termo de Referência.

10.3. Em razão dos parâmetros adotados, o valor total estimado da contratação corresponde a R$ 9.964.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

10.4. O valor estimado possui caráter meramente referencial e não vinculante, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, à previsão orçamentária e ao controle da execução, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração, tendo em vista que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda.

10.5. Considerando a adoção do procedimento de credenciamento, bem como a utilização do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro de referência, os valores efetivamente pagos poderão variar ao longo da execução, em função das oscilações normais do mercado, sempre observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

10.6. Para fins de planejamento orçamentário e controle da execução, o valor total estimado da contratação, encontra-se distribuído entre as Secretarias e Fundos participantes, conforme a estimativa de consumo apresentada por cada órgão, nos seguintes termos:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Valor estimado: R$ 4.402.100,00 (quatro milhões, quatrocentos e dois mil e cem reais).

Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB
Valor estimado: R$ 3.533.900,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil e novecentos reais).

Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde
Valor estimado: R$ 1.789.800,00 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Fundo Municipal de Assistência Social
Valor estimado: R$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

10.7. Os valores acima possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo obrigação de execução integral, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a efetiva utilização da frota de cada Secretaria, observados os limites orçamentários e financeiros de cada Fundo ou unidade administrativa.

10.8. A execução financeira observará a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria e Fundo participante, sendo as despesas empenhadas de forma individualizada, conforme a origem dos recursos e as normas de execução orçamentária vigentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. nº 324 / 2025
Fls. 122
Rubrica:

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Buriti-MA, vinculadas às Secretarias e Fundos participantes, conforme as seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0052 2006 0000 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0077 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0077 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2020 0000 PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2017 0000 MANUT. FUNC. SEC. EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2025 0000 QSE – QUOTA DE SALÁRIO EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 1010 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO SEC DE SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 32/01/2025
Fl. 123
Rubrica:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 2104 0000 MANUT. FUNC. FUNDO MUN. SAÚDE.
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0011 2022 0000 GESTAO E DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0024 2041 0000 MANUT. SEC. DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0024 2120 0000 MANUT. FUNC. FMAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

11.2. As dotações acima poderão ser complementadas, remanejadas ou ajustadas, caso necessário, mediante abertura de créditos adicionais ou apostilamento, observadas as normas legais e orçamentárias vigentes.

11.3. A emissão dos empenhos ocorrerá de forma individualizada por Secretaria ou Fundo, conforme a efetiva execução do fornecimento e a disponibilidade orçamentária, respeitados os limites legais e financeiros

Proc. nº 3241/2025
Fls. 124

ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDECIAMENTO QUEENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BURITI - MA, E A EMPRESA .....CNPJ: .....

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à ....., n° ....., Centro, inscrita no CNPJ sob o n°....., nesse ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ....., residente e domiciliado nesta cidade, no final assinado. CONTRATADO: ....., inscritano CNPJ sob n° .....localizada .....na....., neste ato representada por ....., portador do CPF: ..... doravante denominado simplesmente CREDENCIADO, pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital acima em epígrafe.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Credenciamento é firmado através do Edital de PROCESSO ADNINISTRATIVO N° xx/2025, INEXIGIBILIDADE N°: xx/2025, CREDENCIAMENTO N°: xx/2025, bem como de seu respectivo termo de referência, que passa a fazer parte do presente instrumento contratual, independentemente de transcrição.

2.2. O presente Termo de Credenciamento poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. Os exames a serem realizados, bem como os valores a serem pagos pela contratante, serão os ofertados na Tabela constante no Termo de Referência.

3.2. Da estimativa:

LANÇAR PLANILHA COM ITENS CREDENCIADOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O pagamento será realizado conforme informado em Edital e Termo de Referência.

4.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pela tesouraria.

4.3. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação de serviços, o período remanescente não gerará obrigação de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes da execução deste termo de credenciamento serão informadas no ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.

6.1 - O presente Termo de Credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de

sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação expressa da Administração e desde que mantidas as condições de habilitação e credenciamento.
6;2 - A execução dos serviços será realizada **sob demanda**, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, durante todo o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 - Constituem motivos para extinção do termo de credenciamento:
a) o não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;
b) o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;
c) a lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços;
d) a atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
e) a paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a
f) CONTRATANTE;
g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste termo de credenciamento;
h) a decretação de falência;
i) a dissolução da CONTRATADA;
j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
k) razões de interesse público, desde que notificada a CONTRATADA com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas na Lei Federal nº 14133/21:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

i) Dar causa à inexecução parcial do contrato; I – advertência;
j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

k) Dar causa à inexecução total do contrato;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. O CREDENCIADO não poderá cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;
9.2. Obriga-se a colocar à disposição do Município de BURITI - MA, os serviços que se compromete a realizar.
9.3. Os serviços serão realizados conforme informações e demais exigências do TERMO DE REFERENCIA.
9.4. Manter a qualidade na prestação de serviços;

9.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.
9.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município de BURITI - MA.
9.7. São ainda obrigações dos prestadores de serviços ao Município de BURITI - MA:
a) Informar ao Município de BURITI - MA eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
b) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.
c) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.
d) Permitir o acesso dos supervisores das Secretarias Municipais para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do termo de credenciamento.
e) Manter, durante todo o termo de credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.
f) Assumir total responsabilidade com os serviços especificados no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O credenciado deverá manter preposto, aceito pela Administração do Município de BURITI - MA.

10.2. A execução dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, que atuará como fiscal do contrato, com poderes para verificar a conformidade da prestação dos serviços com as condições estabelecidas neste instrumento.

10.3. Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar a execução dos serviços, registrando ocorrências e adotando as providências cabíveis em caso de irregularidades;

II – Atestar as notas fiscais ou documentos de cobrança apresentados, condicionando o pagamento à efetiva e correta prestação dos serviços;

III – Solicitar esclarecimentos, documentos e demais informações necessárias ao desempenho da fiscalização;

IV – Comunicar à autoridade competente quaisquer descumprimentos contratuais, sugerindo, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas.

10.4. A atuação do fiscal não exime a credenciada de sua total responsabilidade quanto à fiel execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241 / 2025
Fls. 128
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - Este termo de credenciamento poderá ser alterado, nos casos previstos pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo de credenciamento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 - Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 02 (duas) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE	**PELA CONTRATADA**
_____	_____
TESTEMUNHAS	
_____	_____
NOME:	NOME:

MINUTA SOLICITADA

Proc. Nº 3241/2025
Fls. 129
Rubrica

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
CREDENCIAMENTO Nº _____/_____
INEXIGIBILIDADE Nº _____/_____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/_____

OBJETO CONTRATUAL
.....

VALOR CONTRATUAL
R$ ..... (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DO CONTRATADO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro...., Número...., Bairro...., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às

disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente contrato é estimativo, sendo os pagamentos devidos ao contratado apurados de acordo com os abastecimentos efetivamente realizados, observando-se o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data de cada abastecimento, conforme previsto no Termo de Referência, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1						
2						
3						
Valor Total					**R$ .....**	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, sem garantia de consumo mínimo, tendo em vista a natureza eventual, sob demanda e decorrente de credenciamento da presente contratação.

3.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241/2025
Fls. 131
Rubrica:

relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços praticados no âmbito deste contrato não se submetem a reajuste periódico, uma vez que o fornecimento de combustíveis ocorrerá em mercado fluido, sendo o valor de cada abastecimento definido com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data da operação.

6.2 – O valor devido ao contratado será apurado exclusivamente com base nos abastecimentos efetivamente realizados, observados os registros de controle e os parâmetros definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada

acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriti deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: …….
CLASSIFICAÇÃO: …….
NATUREZA DA DESPESA: …….
FICHA: …….

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de

boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
b) **Multa** de:
i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº

14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

_____

PELA CONTRATADA

_____

TESTEMUNHAS

_____

NOME:

_____

NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. nº 3241/2025
Fls. 138
Rubrica:

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
**Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa*

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

Declaro que cumprirei a cota de aprendiz a que a empresa está obrigada, nos termos do art. 429 e seguintes da CLT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. nº 3241 2025
Fls. 139

_____, ___ de _____ de 2025

_____
Assinatura do Responsável

MINUTA DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 140
Rubrica:

PORTARIA DA PROCURADORA

Art. 1º Exonerar a **Sra.** Márjore Lima Freitas**, brasileira, portadora do CPF n° 048.393.493-39 e RG nº 3472301, SSP/PI**, do cargo de Ouvidora Geral da Ouvidoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nº 3241 2025
Fls. 141
Rubrica

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 19 de Janeiro de 2026.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: a337bdb9a0c88452688b6428f2efb9a0

PORTARIA MUNICIPAL Nº 011/2026/GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI - ESTADO DO MARANHÃO, ELEITO PARA A GESTÃO 2025/2028, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BURITI/MA.
CONSIDERANDO que os cargos Comissionados são de livre nomeação e exoneração, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização administrativa do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de reorganização administrativa e de gestão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa;

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a **Sra.** Márjore Lima Freitas**, brasileira, portadora do CPF n° 048.393.493-39 e RG nº 3472301, SSP/PI**, Procuradora Geral da Procuradoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 19 de janeiro de 2026.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: e66c5673553fd27a7c68ab5a3c4ca3d7

DECRETO Nº 121/2026 GP DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O Prefeito do Município de Buriti, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Buriti-MA.
Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica às contratações de obras e serviços especiais de engenharia.
Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
I – credenciamento – processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
II – credenciado – fornecedor ou prestador de serviço que atende às exigências do edital de credenciamento, apto a ser convocado, quando necessário, para a execução do objeto;
III – credenciante – órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pelo procedimento de credenciamento;
IV – edital de credenciamento – instrumento convocatório que divulga a intenção de compra de bens ou de contratação de serviços e estabelece critérios para futuras contratações.
Art. 3º O credenciamento poderá ser adotado pela administração municipal nas seguintes hipóteses de contratação:
I – paralela e não excludente, quando for viável e vantajosa a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
II – com seleção a critério de terceiros, quando a escolha do contratado estiver a cargo do beneficiário direto da prestação;
III – em mercados fluidos, quando a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilizar a seleção por licitação.
Art. 4º O credenciamento não obriga a administração pública municipal a contratar.
Art. 5º O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital e será realizado por meio da **plataforma eletrônica de licitações adotada oficialmente pelo Município de Buriti-MA**, observadas as seguintes fases:
I – preparatória;
II – de divulgação do edital de credenciamento;
III – de registro do requerimento de participação;
IV – de habilitação;
V – recursal;
VI – de divulgação da lista de credenciados.
§ 1º A operacionalização do credenciamento observará as regras da plataforma eletrônica utilizada pelo Município e as disposições do edital.
§ 2º O Município poderá utilizar sistema próprio ou plataforma contratada para processamento do credenciamento.
CAPÍTULO II
DA FASE PREPARATÓRIA
Art. 6º A escolha pela contratação por credenciamento deverá ser motivada durante a fase preparatória e atender, em especial:

Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 142
Rubrica

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3241/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 004/2026
CREDENCIAMENTO N° 001/2026

REQUERENTE: Comissão de Contratação
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração e Finanças e demais Secretarias participantes

EMENTA: ANÁLISE JURÍDICO-FORMAL DAS MINUTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, TERMO DE REFERÊNCIA E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS. PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, INCISO IV, E ART. 79 DA LEI N° 14.133/2021. FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS. MERCADO FLUIDO. ADOÇÃO DO PREÇO MÉDIO SEMANAL DO ESTADO DO MARANHÃO DIVULGADO PELA ANP COMO PARÂMETRO DE REFERÊNCIA. REGULARIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada à Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico acerca das minutas do Edital de Chamamento Público, do Termo de Referência e dos instrumentos contratuais referentes ao Processo Administrativo n° 3241/2025, que visa à abertura de procedimento auxiliar de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinado a atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O procedimento foi estruturado sob o fundamento da Inexigibilidade de Licitação n° 004/2026, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei n° 14.133/2021, considerando que o objeto pode e deve ser contratado por meio de credenciamento, diante da inviabilidade de competição excludente, bem como em razão da existência de mercado fluido, com variação frequente de preços.

Conforme consta dos autos, o modelo adotado prevê a habilitação simultânea de múltiplos fornecedores interessados, sem limitação quantitativa, observados os requisitos legais e operacionais, sendo que o fornecimento ocorrerá mediante abastecimento direto nas bombas dos postos credenciados, com adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, como parâmetro máximo de cobrança..

O processo encontra-se devidamente instruído com os seguintes elementos formais e técnicos:

a) autuação regular do feito, com protocolo, numeração própria e identificação do Processo Administrativo;

b) especificação clara e objetiva do objeto, acompanhada da devida justificativa da contratação, demonstrando a necessidade administrativa e o interesse público envolvido;

c) Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, contendo a descrição da necessidade, análise da solução, estimativa de quantitativos, levantamento de mercado e avaliação de riscos;

d) autorização da autoridade competente para deflagração do procedimento, com fundamento no art. 74, inciso IV, e art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

e) indicação expressa da dotação orçamentária e da fonte de recursos suficientes para fazer face às despesas decorrentes da contratação, em atendimento à legislação orçamentária vigente;

f) ato formal de designação da Comissão de Contratação e/ou agentes responsáveis pela condução do procedimento;

g) edital de chamamento público devidamente numerado, observada a ordem serial anual;

h) preâmbulo do edital contendo a identificação da repartição interessada e do setor responsável pela condução do procedimento;

i) preâmbulo do edital indicando corretamente a natureza do procedimento, qual seja, inexigibilidade de licitação com adoção do procedimento auxiliar de credenciamento, bem como o regime de execução do objeto;

j) preâmbulo do edital consignando expressamente que o procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;

k) preâmbulo do edital informando o local, a data e o horário para início do período de credenciamento, observado o caráter permanente do chamamento;

l) indicação do objeto do credenciamento de forma sucinta, clara e compatível com o Termo de Referência;

m) indicação do prazo e das condições para assinatura dos instrumentos contratuais ou termos de credenciamento;

n) indicação do prazo de vigência contratual e das condições de execução do objeto;

o) previsão expressa das sanções administrativas aplicáveis em caso de inadimplemento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

p) indicação do local físico e/ou eletrônico onde poderá ser examinado e obtido o Termo de Referência e demais anexos do edital;

q) indicação das condições e requisitos para participação no credenciamento, incluindo as exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica, ambiental e regulatória;

r) indicação da forma de apresentação da documentação de habilitação e do requerimento de credenciamento, em conformidade com o procedimento adotado;

s) indicação clara de que não haverá julgamento por menor preço, uma vez que se trata de credenciamento, com preços padronizados e controlados pela Administração, com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, bem como dos critérios objetivos

de distribuição da demanda entre os credenciados;

t) indicação dos critérios de aceitabilidade dos preços, fixando como parâmetro máximo o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

u) indicação das condições de pagamento, prazos, forma de liquidação da despesa e demais regras financeiras aplicáveis à execução do contrato.

No que se refere à minuta dos instrumentos contratuais decorrentes do procedimento de credenciamento, incumbe ao parecerista proceder à verificação de sua conformidade jurídico-formal, especialmente quanto à presença e à adequação das cláusulas essenciais exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Nesse sentido, verifica-se que a minuta contratual contempla cláusulas claras, precisas e suficientes, estabelecendo de forma adequada as condições de execução do objeto, bem como os direitos, deveres e responsabilidades das partes, em estrita observância aos termos do edital de credenciamento e do respectivo Termo de Referência, aos quais se encontra expressamente vinculada.

Constata-se, ainda, o adequado registro das cláusulas necessárias, nos seguintes termos:

I – definição do objeto contratual, com seus elementos característicos e especificações essenciais;

II – indicação do regime de execução e da forma de fornecimento do objeto, compatíveis com a natureza contínua do abastecimento de combustíveis;

III – previsão do preço e das condições de pagamento, com indicação dos critérios objetivos adotados, da data-base, da periodicidade de referência dos valores e dos mecanismos de atualização monetária entre a data do adimplemento da obrigação e a do efetivo pagamento, observada a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
3241-2025
Fls. 146
Rubrica:

IV - estipulação dos prazos de início da execução, de fornecimento, de observação, de recebimento provisório e definitivo, conforme a natureza do objeto contratado;

V - indicação expressa do crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a devida identificação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - previsão quanto à exigência ou dispensa de garantias contratuais, conforme fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência;

VII - definição dos direitos e das responsabilidades das partes, bem como das penalidades aplicáveis em caso de inadimplemento contratual, com previsão dos critérios e valores das multas;

VIII - previsão das hipóteses de rescisão contratual, em conformidade com os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021;

IX - reconhecimento expresso dos direitos da Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

X - cláusula de vinculação do contrato ao edital de chamamento público, ao procedimento de inexigibilidade que o fundamenta, ao credenciamento e ao requerimento de participação do contratado;

XI - indicação da legislação aplicável à execução do contrato e aos casos omissos, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas;

XII - previsão da obrigação do contratado de manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento;

XIII - cláusula de eleição de foro, fixando como competente o foro da sede da

Administração para dirimir eventuais controvérsias contratuais, ressalvadas as competências legais específicas;

XIV - previsão da duração contratual adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, observadas as exceções e hipóteses de prorrogação previstas no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, constata-se que a minuta contratual atende às exigências legais e normativas aplicáveis, encontrando-se formalmente adequada para subsidiar a celebração dos contratos individuais com os credenciados, no âmbito de suas respectivas Secretarias, sem prejuízo das competências de gestão e coordenação atribuídas à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1 - Do enquadramento jurídico do credenciamento como hipótese de inexigibilidade

A Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 74, inciso IV, que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Por sua vez, o art. 79 da mesma Lei define o credenciamento como procedimento auxiliar aplicável quando a Administração pretende contratar todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas, sem competição excludente, permitindo a execução simultânea do objeto por múltiplos fornecedores.

No caso concreto, o objeto — fornecimento contínuo de combustíveis — enquadra-se perfeitamente nessa hipótese, pois:

a) trata-se de bem de consumo essencial, padronizado e de fornecimento contínuo;
b) há pluralidade de fornecedores aptos no mercado;
c) a Administração não pretende selecionar apenas um fornecedor, mas sim credenciar todos os interessados que atendam às exigências;
d) inexiste viabilidade jurídica ou econômica de competição tradicional, especialmente diante da adoção de preço padronizado.

Assim, mostra-se juridicamente adequada a adoção da inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, associada ao procedimento auxiliar de credenciamento, previsto no art. 79 do mesmo diploma legal.

II.2 - Da caracterização do mercado fluido e da adoção do preço médio da ANP

O fornecimento de combustíveis caracteriza-se como mercado fluido, nos termos do art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os preços sofrem variações frequentes, influenciadas por fatores externos, tais como logística de distribuição, política de preços e oscilações econômicas.

Nesse contexto, a Administração optou por adotar como parâmetro oficial de referência o preço médio semanal de revenda praticado no Estado do Maranhão, conforme dados divulgados pela ANP, o que se revela juridicamente adequado, técnico e defensável, pois:

e) trata-se de fonte oficial, pública, transparente e periodicamente atualizada;
f) evita distorções de preços praticados localmente;
g) assegura isonomia entre os credenciados;
h) promove economicidade e controle da despesa pública;
i) afasta subjetividade na definição de preços.

Não se verifica, portanto, julgamento por menor preço, mas sim padronização e controle administrativo do valor, compatível com o modelo de credenciamento, conforme entendimento consolidado pelos órgãos de controle.

II.3 - Da inexistência de critério de julgamento por menor preço

Corretamente, o edital não prevê critério de julgamento por menor preço, uma vez que, no credenciamento:

j) não há competição excludente;
k) todos os interessados que atendam às exigências são habilitados;
l) o preço é previamente definido ou controlado pela Administração.

Tal modelagem encontra respaldo no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e está alinhada com a natureza jurídica do procedimento, inexistindo vício ou irregularidade nesse aspecto.

II.4 - Da regularidade formal do edital, do Termo de Referência e dos contratos

Da análise das minutas apresentadas, verifica-se que:

m) o Termo de Referência descreve adequadamente o objeto, a justificativa da contratação, os requisitos de execução, os critérios de distribuição da demanda, o

modelo de gestão e fiscalização, bem como os critérios de pagamento;

n) o Edital de Chamamento Público estabelece regras claras, objetivas e impessoais para o credenciamento; c) os instrumentos contratuais estão compatíveis com o modelo de credenciamento e com a Lei nº 14.133/2021;

o) há previsão de controle, fiscalização, sanções e hipóteses de descredenciamento; e) os atos formais essenciais do procedimento foram corretamente atribuídos às Secretarias participantes, respeitadas as respectivas competências.

Não se identificam ilegalidades, vícios formais ou incompatibilidades jurídicas que impeçam o regular prosseguimento do procedimento.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica OPINA PELA REGULARIDADE JURÍDICA do Processo Administrativo nº 3241/2025, bem como das minutas do Edital de Chamamento Público, do Termo de Referência e dos instrumentos contratuais, entendendo que:

p) é juridicamente cabível a adoção da Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

q) o credenciamento, como procedimento auxiliar, encontra respaldo no art. 79 da Lei nº 14.133/2021;

r) a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro máximo de cobrança é legítima, razoável e adequada;

s) inexistem óbices jurídicos ao prosseguimento do procedimento.

Assim, **opina-se favoravelmente** ao regular andamento do processo, com a publicação do edital e adoção das providências administrativas subsequentes, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Este é parecer. Contudo, submeto à retificação superior.

Buriti-MA, em 22 de janeiro de 2026.

Márjore Lima Freitas
Procurador Geral do Município
OAB/PI 18.541

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 150
Rubrica:

Ao Sr.
José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação

Assunto: Parecer jurídico da Minuta do Edital

Encaminho ao Agente de Contratação o Parecer Jurídico emitido nos autos do Processo Administrativo nº 3241/2025, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026 e ao Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto consiste no chamamento público para credenciamento de pessoa jurídica visando ao fornecimento de combustíveis, destinado ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

O referido parecer conclui pela regularidade jurídico-formal do procedimento, bem como pela conformidade e aprovação das minutas do edital e dos instrumentos contratuais, reconhecendo a adequação do enquadramento jurídico da contratação por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, bem como a correta utilização do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79, incisos I e III, do mesmo diploma legal, considerando tratar-se de objeto que admite contratação simultânea de múltiplos fornecedores e inserido em mercado fluido.

Diante disso, determino a adoção das providências administrativas cabíveis para a publicação do edital de credenciamento e o regular prosseguimento das demais fases do procedimento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as deliberações constantes nos autos.

Buriti-MA, em 22 de janeiro de 2026.

Marjore Lima Freitas
Procurador Geral do Município
OAB/PI 18.541

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 151

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Objeto: Chamamento público para credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA.

Local: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá **exclusivamente** no formato eletrônico através do site www.licitanet.com.br

Período: 26/01/2026 à 26/01/2027.

Base legal: Este procedimento caracteriza-se como credenciamento, na forma dos arts. 78, inciso I, e 79, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021, constituindo procedimento auxiliar das contratações públicas, sendo as contratações dele decorrentes formalizadas por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso IV, da mesma Lei, Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 121 de 20 de janeiro de 2026.

Modo de seleção: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração Pública a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; e em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

01 – PREÂMBULO

1.1 O município de Buriti - MA, inscrito no CNPJ nº 06.117.071/0001-55, localizado na Rua Felinto Pessoa, nº 1, Centro, nesta cidade, através do Agente de Contratação, nos termos da Lei 14133/21 e suas modificações posteriores, torna público que receberá durante o período em epígrafe no site www.licitanet.com.br de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para credenciamento de acordo com as informações contidas neste edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. José Fernandes Macedo Júnior – Agente de Contratações, designada pela Portaria n° 025/2025-GP, regidos pela Lei Federal 14.133/2021, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 A aquisição do Edital completo poderá ser feita através dos seguintes websites eletrônicos:

- Site oficial do município de Buriti - MA: www.buriti.ma.gov.br, Plataforma na qual será realizado o credenciamento eletrônico: www.licitanet.com.br,
- Poderá ser solicitado via e-mail: contratapmburiti@gmail.com
- E também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Buriti - MA em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes nos endereços eletrônicos citados acima.

1.5 A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e- mail informado

ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

02 – OBJETO

2.1 Chamamento público para Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do presente edital.

03 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 **Das condições gerais:**

3.1.1 Poderão participar do presente credenciamento as empresas, que atenderem ao objeto deste credenciamento, conforme descrição no Termo de Referência e que estejam situadas no município de Buriti - MA, observadas, também, as demais exigências deste Instrumento, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2 A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.1.3 O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente.

3.2 **Das vedações:**

3.2.1. Não poderão participar deste Processo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

3.2.1.1. Não explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste procedimento auxiliar;

3.2.1.2. Sejam estrangeiras e não funcionem no País;

3.2.1.3. Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.1.4. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

3.2.1.5. Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IV do Art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

3.2.1.6. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.2.1.6.1. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

3.2.1.7. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.2.1.8. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.

3.3 - As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão ofertar propostas para o(s) mesmo(s) item(ns) do Certame.

04 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: www.licitanet.com.br, dentro da opção: Adesão - Adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada. O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária, informar os serviços aos quais pretende se credenciar e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitanet cujo o telefone está disponibilizado na página inicial de seu website.
4.2. O Credenciamento Eletrônico será realizado, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
4.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações (www.licitanet.com.br).
4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Buriti - MA, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor deste procedimento, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
4.6. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Credenciamento.
4.7. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.8. O encaminhamento da documentação e intenção de credenciamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

05 – COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei

Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que a proposta apresentada para este procedimento está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste procedimento auxiliar, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº

14.133/21.

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

( ) Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordo em realizar os serviços referentes a este credenciamento para Município de Buriti - MA, pelos preços estipulados em seu edital.

5.1 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

06 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para se credenciarem.

6.2 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 Durante o cadastro da proposta o licitante poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda vigência do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens e/ou informações bem como alterações emitidas pelo sistema.

6.5 Em caso de apresentação de documentos faltantes o município poderá solicitar ao interessado a apresentando dos mesmos, estabelecendo prazos para isso. A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo estipulado, acarretará na inabilitação do interessado;

6.6 Somente serão CREDENCIADOS os licitantes que apresentarem a documentação exigida conforme edital.

6.7 Os documentos que compõem a habilitação do licitante que for CREDENCIADO serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público.

6.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante no próprio website onde será realizado o credenciamento, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

6.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá a qualquer momento abrir diligências para com o licitante interessado.

6.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

07 – DO PREENCHIMENTO DOS ITENS NOS QUAIS DESEJA SE CREDENCIAR

7.1 . Considerando que o presente procedimento adota **o** credenciamento com modo de seleção paralela e não excludente, não haverá fixação de quantitativo individual por credenciado. Dessa forma, o fornecedor deverá informar apenas os valores unitários dos itens para os quais pretende se credenciar, conforme parâmetros estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, sendo o quantitativo global estimado definido exclusivamente para fins de planejamento administrativo.

7.2 Os instrumentos contratuais decorrentes deste credenciamento conterão os valores unitários dos produtos, não gerando obrigação de fornecimento mínimo ou máximo por credenciado. A efetiva execução do fornecimento ocorrerá sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração.

7.3 A distribuição da demanda entre os credenciados não será automática nem igualitária, observando-se, em cada abastecimento, os critérios definidos no Termo de Referência, especialmente:

I – a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro máximo;

II – a localização geográfica do posto e a economicidade logística;

III – a necessidade operacional do serviço público;

IV – a continuidade e eficiência do abastecimento da frota municipal.

7.4 Após realizar o cadastro na plataforma o interessado poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.

7.5 . Eventuais dúvidas relativas ao procedimento de cadastro, uso da plataforma eletrônica ou funcionalidades do sistema deverão ser esclarecidas diretamente junto à plataforma Licitanet, não cabendo à Administração responsabilidade por questões operacionais do sistema.

7.6 Os credenciados deverão respeitar integralmente os preços máximos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, especialmente aqueles definidos com base no preço médio semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sendo vedada a cobrança de valores superiores.

7.7 Na hipótese de divergência ou inconsistência entre a descrição dos itens constante na plataforma eletrônica e aquela prevista neste Edital e em seus anexos, prevalecerá, para todos os efeitos, o descritivo constante no Edital.

08 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTE EDITAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, A SEGUIR INFORMADA:

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto deste procedimento auxiliar, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

09 - DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O fornecimento dos combustíveis deverá ser realizado em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, parâmetros de preço, forma de execução, controle e demais exigências estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste Edital;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 156

9.2. Município de Buriti/MA, por meio da ∫, na condição de órgão gerenciador do credenciamento, bem como das Secretarias e Fundos participantes, reserva-se o direito de acompanhar, fiscalizar e controlar permanentemente a execução do fornecimento pelos credenciados, podendo, quando constatadas irregularidades, descumprimento contratual, má qualidade do produto, divergência de preços ou qualquer outra infração às condições estabelecidas, instaurar processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, inclusive o descredenciamento;

9.3. O credenciamento se caracteriza como relação de fornecimento contínuo de bens, formalizada por meio de contratos administrativos decorrentes de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.;

10 - DAS SANÇÕES

10.1. - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas na Lei Federal nº 14133/21:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante procedimento auxiliar ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

e) Fraudar o procedimento auxiliar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento auxiliar;
I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

i) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
I – advertência;

j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

k) Dar causa à inexecução total do contrato;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do procedimento auxiliar sem motivo justificado;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento auxiliar;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11 - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As condições de pagamento estão previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

11.2 - Considerando nos termos em que o ANEXO I não prever cláusulas de pagamento, este então ocorrerá até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação de serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.

11.3 - O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal.

11.4 - Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei n°14.133/2021, caso haja interesse e vantagem para Administração, com a anuência da credenciada.

11.5 - As dotações orçamentárias para pagamento das despesas referentes a este edital, estarão previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 158

12 - DA RESPONSABILIDADE

12.1 É de exclusiva responsabilidade do contratado, não sendo possível sua transferência ao Município de Buriti-MA, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias decorrentes da execução do contrato.

12.2 - É de exclusiva responsabilidade do contratado a reparação de quaisquer danos eventualmente causados a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratual, não cabendo ao Município de Buriti-MA qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

13 - DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E IMPUGNAÇÃO

13.1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica indicada no edital, no período do credenciamento.

13.2 - O município convocará o credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento, para assinar o termo de credencimento no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;

13.3 - O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:

a) Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200- 2 de 2001; ou

13.4 - O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

13.5 - O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado na própria plataforma eletrônica de credenciamento.

13.6 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do município.

13.7 - A formalização do CREDENCIAMENTO se dará através de Termo de Credenciamento, após o licitante interessado entregar a documentação relacionada exigida neste edital, conforme minuta constante no Anexo II do Instrumento Convocatório.

13.8 - O Termo de Credenciamento a ser firmado, cuja minuta (Anexo II) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.9 - O procedimento licitatório previsto neste edital caracteriza ato administrativo formal.

13.10 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de CREDENCIAMENTO por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

14 - DA FORMA DE SELEÇÃO DOS CONTRATADOS

14.1. Concluída a análise da documentação de habilitação, todos os interessados que atenderem integralmente às exigências estabelecidas neste Edital serão considerados aptos e devidamente credenciados, não havendo classificação, hierarquização ou ordenação competitiva entre os credenciados, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do edital, sendo assegurado o ingresso de novos interessados a qualquer tempo. As solicitações de credenciamento protocoladas após

a publicação do edital serão analisadas pela Administração no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do respectivo protocolo.

14.3. A escolha do posto credenciado para cada abastecimento não se dará por ordem de inscrição, lista, rodízio prévio ou qualquer forma de hierarquização, mas sim com base em critérios objetivos diretamente relacionados à execução do objeto, especialmente:

a) observância do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotado como parâmetro máximo de referência;

b) localização geográfica do posto credenciado e menor custo logístico para a Administração;

c) tipo de combustível necessário para o atendimento da demanda;

d) urgência, continuidade e necessidade operacional do serviço público a ser executado.

14.4. recusa injustificada e reiterada do credenciado em atender às solicitações de abastecimento poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo próprio para apuração de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento.

14.5. recusa injustificada e reiterada do credenciado em atender às solicitações de abastecimento poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo próprio para apuração de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento.

15 - DOS RECURSOS

15.1 - Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso diretamente na plataforma eletrônica do credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

16 - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 - A prestação dos serviços deverá ser realizada conforme termos e condições estabelecidos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

17 - DOS PREÇOS PRATICADOS

17.1 - O valor constante do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, foi fixado em conformidade o Art. 23 da Lei 14.133/21.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - O Município de Buriti - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

18.2 - É facultado ao Município de Buriti - MA, a qualquer tempo: promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do termo de credenciamento; aferir os serviços ofertados; solicitar aos órgãos técnicos competentes elaboração de pareceres objetivando o acompanhamento dos serviços.

18.3 - O credenciado **deverá** comunicar formalmente ao Município de Buriti - MA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante justificativa técnica.

18.4 - O credenciamento será formalizado por decisão do Prefeito Municipal, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse público, ou a pedido do Credenciado, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
18.5 - Em caso de atraso na entrega da prestação mensal de atendimento, ficará suspenso o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente.
18.6 - A remuneração recebida pelo credenciado em contraprestação aos serviços prestados não gerará direito adquirido, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária, caracterizando-se como mera prestação de serviços.
18.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município de Buriti - MA, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor atendimento aos usuários.
18.8 - Todos quantos participarem deste procedimento auxiliar têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido neste edital e na Lei Federal nº 14.133/21, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dostrabalhos.
18.9 - A divisão da demanda respeitará a proporcionalidade igualitária e o princípio da isonomia entre todos os participantes, considerando: a ordem de credenciamento feito por meio do portal.
18.10 - As quantidades de serviços a serem contratadas e distribuídas, serão estimadas de acordo com a demanda solicitada de cada secretaria.

19 - DOS ANEXOS
19.1 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.
ANEXO II - Minuta de Termo de Credenciamento.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
20.1 - Este instrumento convocatório estará à disposição dos interessados no site do município de Buriti - MA, no endereço eletrônico: www.buriti.ma.gov.br
20.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.1.1. ANEXO II – Minuta de Termo de Credenciamento

1.1.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

1.1.3. ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada

Buriti - MA, 23 de janeiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Domingos Dias da Silva
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 161
Rubrica

Raimundo Lopes da Silva Filho

Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 162

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, em postos revendedores legalmente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na caracterização de credenciamento, como procedimento auxiliar das contratações e licitações regidas pela lei 14.133/2021, em seus artigos 78 inciso I e 79 inciso I e III para abastecimento direto e contínuo da frota de veículos oficiais, locados e demais equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Buriti-MA, bem como aqueles que vierem a ser incorporados durante a vigência do credenciamento.

1.2. Especificações do objeto, quantitativo e valor estimado dos produtos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina Comum	L	376000	5,90	2.218.400,00
2	Oleo Diesel Comum	L	330000	6,17	2.036.100,00
3	Oleo Diesel S10	L	950000	6,01	5.709.500,00

1.3. Este credenciamento consiste em instrumento administrativo de chamamento público e processo de edital.

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.5. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, a fim de assegurar o cumprimento integral de todas as exigências técnicas e normativas previstas no contrato.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.7. O credenciamento estará disponível enquanto a vigência do Edital que o regulamenta, até a disposição em contrário, a ser determinada pela autoridade competente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

2.1. Considerando tratar-se de **mercado fluido**, nos termos do artigo 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, a distribuição da demanda entre os postos credenciados se dará mediante referência periódica (semanal) do preço médio de mercado praticado no Estado do Maranhão, adotado como parâmetro oficial para a execução do abastecimento.

2.2. Para fins de definição do valor de referência, a Administração adotará, **semanalmente**, o **preço médio de revenda praticado no Estado do Maranhão**, conforme divulgado pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas. Esse valor será utilizado como base para a realização dos abastecimentos da respectiva semana, abrangendo os combustíveis previstos neste instrumento.

2.3. Os postos credenciados deverão praticar, no momento do abastecimento, preços iguais ao preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, sendo vedada a cobrança de valores superiores ao parâmetro adotado pela Administração.

2.4. Na hipótese de mais de um posto credenciado atender ao preço de referência adotado, a escolha do estabelecimento para o abastecimento considerará critérios de economicidade operacional e logística, priorizando aquele que proporcione menor custo global à Administração, especialmente em razão da distância e do deslocamento da frota.

2.5. A localização geográfica do posto credenciado será considerada na aferição da solução mais vantajosa, uma vez que eventuais diferenças de preço podem ser neutralizadas por custos adicionais de deslocamento. Assim, será priorizado o abastecimento em estabelecimentos que, além de observarem o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, estejam situados em raio de proximidade que assegure maior eficiência e economicidade à operação.

2.6. O Município manterá o edital de chamamento público aberto de forma permanente, em sítio eletrônico oficial, permitindo o ingresso de novos postos a qualquer tempo, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Os preços praticados pelos credenciados deverão corresponder fielmente aos valores exibidos na bomba no ato do abastecimento e estar compatíveis com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência. A constatação de divergência ou cobrança indevida ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções previstas.

2.8. Em situações de deslocamento em viagem oficial, devidamente autorizada pela Administração, será admitido o abastecimento em postos localizados fora do território do Município de Buriti-MA, inclusive em outros Estados da Federação, desde que o estabelecimento esteja previamente credenciado no âmbito do presente chamamento público.

2.9. Nesses casos, o abastecimento deverá observar, **obrigatoriamente**, como parâmetro máximo de cobrança, o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data do abastecimento, vedada a cobrança de valores superiores ao referido parâmetro, ainda que o posto esteja localizado fora do Estado.

2.10. A autorização para abastecimento fora do Município ou do Estado deverá estar vinculada à necessidade operacional da viagem oficial, à inexistência de autonomia suficiente do veículo para ida e retorno, ou à indisponibilidade de postos credenciados no trajeto, devendo tais circunstâncias ser registradas no controle administrativo do abastecimento.

2.11. O abastecimento realizado fora do Município ou do Estado não afasta a obrigação do credenciado de cumprir integralmente as condições previstas neste instrumento, inclusive quanto à fidelidade dos valores praticados na bomba, à emissão regular da nota fiscal e à compatibilidade com o preço médio semanal do Estado do Maranhão adotado como referência pela Administração

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

5.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Forma de Fornecimento

6.1. O fornecimento de combustíveis será realizado de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisição formal ou autorização de abastecimento emitida pela Administração.

6.2. O abastecimento ocorrerá diretamente nas bombas dos postos credenciados, observando-se os tipos de combustíveis previstos neste Termo de Referência e os parâmetros de preço estabelecidos, especialmente a adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Local de Entrega

6.3. O fornecimento dos combustíveis será realizado, prioritariamente, nas instalações dos postos credenciados localizados no Município de Buriti-MA.

6.4. Todavia, considerando a natureza das atividades administrativas, operacionais e essenciais desempenhadas pelas Secretarias Municipais — notadamente deslocamentos intermunicipais e interestaduais, transporte escolar, atendimentos de saúde, ações sociais e viagens oficiais — será admitido o abastecimento em postos credenciados localizados fora do Município de Buriti-MA e, quando necessário, fora do Estado do Maranhão, desde que:

a) o posto esteja regularmente credenciado no âmbito deste procedimento;

b) o abastecimento esteja vinculado a viagem oficial previamente autorizada;

c) seja observada, como parâmetro máximo de cobrança, a referência do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, vigente à data do abastecimento;

d) haja necessidade operacional devidamente justificada, como insuficiência de autonomia do veículo para ida e retorno, inexistência de postos credenciados no trajeto ou situações emergenciais.

Horário de Abastecimento

6.5. O abastecimento dos veículos oficiais deverá ocorrer preferencialmente durante o horário regular de funcionamento dos postos credenciados, observadas as necessidades operacionais de cada Secretaria participante.

6.6. Para os serviços essenciais, especialmente aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, transporte escolar, ações sociais, defesa civil e atividades emergenciais, o abastecimento deverá ser assegurado em regime contínuo, inclusive fora do horário comercial, à noite, aos finais de semana e em feriados, sempre que a natureza do serviço exigir

6.7. Os postos credenciados que funcionem em regime de atendimento 24 (vinte e quatro) horas deverão manter essa disponibilidade para atendimento da frota municipal, quando acionados, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a pronta resposta às demandas emergenciais

6.8. Nos casos de abastecimento realizados fora do horário comercial, especialmente em viagens oficiais, a execução deverá observar as mesmas condições de preço, qualidade e controle previstas neste Termo de Referência, inclusive quanto à adoção do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241/1 - 2025
Fls. 166

Prazo de Atendimento

6.9. O abastecimento deverá ser realizado **de forma imediata**, no momento da apresentação do veículo oficial ao posto credenciado, respeitado o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando se tratar de serviços essenciais ou situações emergenciais devidamente caracterizadas.

Responsabilidade pelo Fornecimento

6.10. Caberá ao posto credenciado garantir:

a) disponibilidade do combustível nas condições contratadas;

b) a correta identificação do veículo, do tipo de combustível e da quantidade fornecida;

c) a observância dos parâmetros de preço definidos pela Administração;

d) a emissão regular da nota fiscal correspondente ao abastecimento realizado;

e) a manutenção das condições de habilitação e credenciamento durante toda a execução.

6.11. O fornecimento deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional à Administração, inclusive quanto a taxas, encargos ou custos indiretos não previstos

Padrões de Qualidade

6.12. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais legislações aplicáveis.

6.13. Serão recusados abastecimentos que apresentem indícios de adulteração, desconformidade com os padrões regulatórios, divergência de volume, cobrança em desacordo com o preço de referência adotado ou qualquer outra irregularidade que comprometa a qualidade do produto ou a segurança dos veículos.

6.14. Constatada qualquer inconformidade, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive glosa de valores, aplicação de penalidades e descredenciamento, conforme previsto neste Termo de Referência

Sistema de Identificação, Registro e Controle dos Abastecimentos

6.15. O abastecimento dos veículos e equipamentos oficiais deverá ocorrer mediante identificação prévia, por meio de cartão, QR Code, senha, código eletrônico ou outro meio de identificação, fornecido ou validado pela Administração, previamente vinculado ao veículo, equipamento ou servidor responsável, conforme o sistema de controle adotado.

6.16. Cada abastecimento realizado deverá ser obrigatoriamente registrado no sistema de controle do posto credenciado ou em meio eletrônico equivalente, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) número do cartão, código, QR Code ou identificador do veículo ou equipamento;

b) placa do veículo ou código patrimonial do equipamento;

c) nome e matrícula do motorista ou servidor responsável;

d) quilometragem atual do veículo ou horímetro, quando aplicável;

e) tipo de combustível fornecido;

f) quantidade abastecida, em litros;

g) preço unitário aplicado, conforme o parâmetro adotado pela Administração;

h) valor total da operação;

i) data e hora do abastecimento.

6.17. Após cada abastecimento, o posto credenciado deverá emitir comprovante físico ou extrato eletrônico, a ser entregue ao condutor ou servidor responsável, para fins de conferência, controle interno e posterior fiscalização.

6.18. A emissão das Notas Fiscais Eletrônicas deverá ocorrer com base nos abastecimentos efetivamente realizados e devidamente registrados, observando-se a legislação fiscal aplicável e os parâmetros de preço definidos neste Termo de Referência.

6.19. As informações de abastecimento poderão ser confrontadas periodicamente pela fiscalização da Administração, que poderá solicitar relatórios consolidados, extratos, planilhas ou outros documentos comprobatórios, inclusive para fins de auditoria, controle e apuração de eventuais inconsistências.

6.20. O posto credenciado deverá manter, durante toda a vigência do contrato e do credenciamento, sua regularidade fiscal, trabalhista, ambiental e regulatória, bem como a autorização de funcionamento junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive descredenciamento.

Materiais e Estrutura a serem Disponibilizados pelo Credenciado

6.21. Para a adequada execução do objeto, o posto credenciado deverá dispor, às suas expensas, dos seguintes recursos mínimos:

a) sistema ou equipamento eletrônico para registro das transações de abastecimento, compatível com cartão, senha, QR Code ou outro meio de identificação validado pela Administração;

b) emissão de comprovante ou extrato eletrônico por abastecimento;

c) espaço físico adequado para atendimento dos veículos oficiais;

d) equipe de funcionários capacitada para operação, observadas as normas ambientais, de segurança e de qualidade.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência do contrato.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.16. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem

o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. O fornecimento de combustíveis será recebido provisoriamente de forma imediata, no ato do abastecimento, pelo fiscal do contrato ou servidor designado, mediante conferência da quantidade fornecida, do tipo de combustível, do preço aplicado, da identificação do veículo e do registro da operação, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.2. O recebimento provisório imediato não afasta a realização de verificação administrativa e documental posterior, a ser efetuada com base na nota fiscal, nas requisições de abastecimento, nos registros de controle e na compatibilidade dos valores cobrados com o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, para fins de liquidação e pagamento da despesa

8.3. O fiscal do contrato formalizará o recebimento provisório mediante registro ou termo detalhado, individual ou consolidado por período, que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme disposto no art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo ou registro detalhado deverá conter o histórico dos abastecimentos realizados, a análise da execução contratual, a verificação de conformidade dos preços, bem como o apontamento de eventuais ocorrências, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá após a consolidação e verificação da documentação, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante aceitação formal, observados os seguintes procedimentos:

8.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022;

8.5.2. Analisar os relatórios, registros e documentos apresentados pela fiscalização e, havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as devidas correções;

8.5.3. Emitir termo ou registro detalhado para efeito de recebimento definitivo do fornecimento realizado, com base na documentação apresentada;

8.5.4. Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato apurado pela fiscalização, conforme os parâmetros contratuais.

8.5.5. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

8.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou valores cobrados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento

8.7. Não será efetuado o recebimento definitivo nem o pagamento enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela qualidade do produto fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A seleção dos fornecedores será realizada por meio de procedimento de **CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto com características padronizadas, mercado fluido e possibilidade de atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores, não havendo competição excludente entre os interessados.

9.1.1. No procedimento de credenciamento não haverá julgamento de propostas por menor preço, uma vez que os preços de fornecimento dos combustíveis serão padronizados e controlados pela Administração, com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotado como parâmetro máximo para o abastecimento.

9.1.2. Todos os interessados que atenderem integralmente às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e às exigências operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento serão considerados aptos e credenciados para execução do objeto, sem limitação de quantidade de participantes.

9.1.3. A distribuição da demanda entre os postos credenciados observará os critérios definidos no modelo de execução do objeto, especialmente:

j) o atendimento ao preço de referência semanal adotado pela Administração;

k) a localização geográfica e a economicidade logística;

l) a necessidade operacional do serviço público;

m) a continuidade e eficiência do abastecimento da frota.

9.1.4. A opção pelo credenciamento justifica-se por permitir ampla competitividade permanente, redução do risco de desabastecimento, flexibilidade operacional, economicidade e continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente em razão da natureza contínua do fornecimento de combustíveis e da variação periódica de preços no mercado

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma **parcelada, contínua e sob demanda**, conforme as necessidades das Secretarias Municipais participantes, durante a vigência do credenciamento, mediante requisições formais ou autorizações de abastecimento emitidas pela Administração.

9.2.1. Justificativa do Fornecimento Parcelado:

9.2.1.1. Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a demanda por combustíveis não ocorre de forma uniforme ou previamente concentrada ao longo do exercício, mas sim de maneira variável e diretamente vinculada à utilização efetiva da frota municipal, às rotinas administrativas, aos serviços essenciais e às situações extraordinárias que exigem deslocamentos imediatos.

9.2.1.2. O fornecimento parcelado mostra-se o modelo mais adequado, pois permite que o abastecimento seja realizado exclusivamente quando houver necessidade real, no exato momento da utilização dos veículos, garantindo maior controle do consumo, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e aderência à dinâmica operacional das Secretarias Municipais.

9.2.1.3. Além disso, o modelo de fornecimento parcelado é inerente ao próprio abastecimento de combustíveis, que ocorre por consumo direto na bomba, inviabilizando qualquer forma de aquisição concentrada ou antecipada. Tal sistemática assegura a continuidade dos serviços públicos, evita paralisações por falta de combustível, possibilita o atendimento simultâneo de múltiplas unidades administrativas e reduz riscos operacionais associados à dependência de um único ponto de fornecimento.

9.2.1.4. Dessa forma, o fornecimento parcelado revela-se mais eficiente, econômico e compatível com o interesse público, garantindo flexibilidade operacional, controle administrativo e plena disponibilidade da frota municipal para o desempenho das atividades institucionais e dos serviços públicos essenciais

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada - LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro do procedimento auxiliar deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;

9.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.27.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Licença de Funcionamento da Empresa proponente, expedida pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou órgão regulador análogo

9.28.1. Comprovação de Registro na Agencia Nacional de Petróleo e/ou publicação atualizada, o qual, deverá ser pertinente à atividade específica, ou seja, revendedor varejista, retalhista ou distribuidor.

9.29. Atestado emitido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, considerando o preço médio semanal de revenda praticado no Estado do Maranhão, conforme dados oficiais disponibilizados no endereço eletrônico:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

10.2. Para fins de estimativa, foram considerados os quantitativos previstos para cada tipo de combustível, conforme levantamento de demanda das Secretarias Municipais participantes, aplicando-se a esses quantitativos o preço médio semanal do Estado do Maranhão vigente à época da elaboração deste Termo de Referência.

10.3. Em razão dos parâmetros adotados, o valor total estimado da contratação corresponde a R$ 9.964.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais).

10.4. O valor estimado possui caráter meramente referencial e não vinculante, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, à previsão orçamentária e ao controle da execução, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração, tendo em vista que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda.

10.5. Considerando a adoção do procedimento de credenciamento, bem como a utilização do preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP como parâmetro de referência, os valores efetivamente pagos poderão variar ao longo da execução, em função das oscilações normais do mercado, sempre observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

10.6. Para fins de planejamento orçamentário e controle da execução, o valor total estimado da contratação, encontra-se distribuído entre as Secretarias e Fundos participantes, conforme a estimativa de consumo apresentada por cada órgão, nos seguintes termos:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Valor estimado: R$ 4.402.100,00 (quatro milhões, quatrocentos e dois mil e cem reais).

Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB
Valor estimado: R$ 3.533.900,00 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil e novecentos reais).

Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde
Valor estimado: R$ 1.789.800,00 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais).

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Fundo Municipal de Assistência Social
Valor estimado: R$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

10.7. Os valores acima possuem caráter meramente estimativo e referencial, não constituindo obrigação de execução integral, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a efetiva utilização da frota de cada Secretaria, observados os limites orçamentários e financeiros de cada Fundo ou unidade administrativa.

10.8. A execução financeira observará a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria e Fundo participante, sendo as despesas empenhadas de forma individualizada, conforme a origem dos recursos e as normas de execução orçamentária vigentes.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Buriti-MA,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 179

vinculadas às Secretarias e Fundos participantes, conforme as seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 03 00 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0052 2006 0000 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0077 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 11 00 FUNDEB
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0077 2100 0000 MANUT. FUNC. EDUCAÇÃO BÁSICA – 30%
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2020 0000 PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2017 0000 MANUT. FUNC. SEC. EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 05 00 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0025 2025 0000 QSE – QUOTA DE SALÁRIO EDUCAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 1010 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO SEC DE SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 2104 0000 MANUT. FUNC. FUNDO MUN. SAÚDE.
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0011 2022 0000 GESTAO E DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO PRIMARIA
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 08 00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0024 2041 0000 MANUT. SEC. DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 13 00 FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
PROJETO/ATIVIDADE: 08 244 0024 2120 0000 MANUT. FUNC. FMAS
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

11.2. As dotações acima poderão ser complementadas, remanejadas ou ajustadas, caso necessário, mediante abertura de créditos adicionais ou apostilamento, observadas as normas legais e orçamentárias vigentes.

11.3. A emissão dos empenhos ocorrerá de forma individualizada por Secretaria ou Fundo, conforme a efetiva execução do fornecimento e a disponibilidade orçamentária, respeitados os limites legais e financeiros

ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDECIAMENTO QUEENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BURITI - MA, E A EMPRESA .....CNPJ: .....

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à ....., n° ....., Centro, inscrita no CNPJ sob o n°....., nesse ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ....., residente e domiciliado nesta cidade, no final assinado. CONTRATADO: ....., inscritano CNPJ sob n° .....localizada .....na....., neste ato representada por ....., portador do CPF: ..... doravante denominado simplesmente CREDENCIADO, pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital acima em epígrafe.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Credenciamento é firmado através do Edital de PROCESSO ADNINISTRATIVO Nº xx/2025, INEXIGIBILIDADE Nº: xx/2025, CREDENCIAMENTO Nº: xx/2025, bem como de seu respectivo termo de referência, que passa a fazer parte do presente instrumento contratual, independentemente de transcrição.

2.2. O presente Termo de Credenciamento poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. Os exames a serem realizados, bem como os valores a serem pagos pela contratante, serão os ofertados na Tabela constante no Termo de Referência.

3.2. Da estimativa:

LANÇAR PLANILHA COM ITENS CREDENCIADOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O pagamento será realizado conforme informado em Edital e Termo de Referência.

4.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pela tesouraria.

4.3. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação de serviços, o período remanescente não gerará obrigação de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes da execução deste termo de credenciamento serão informadas no ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.

6.1 - O presente Termo de Credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação expressa da Administração e desde que mantidas as condições de habilitação e credenciamento.
6;2 - A execução dos serviços será realizada **sob demanda**, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, durante todo o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 - Constituem motivos para extinção do termo de credenciamento:

a) o não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;

c) a lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços;

d) a atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

e) a paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a

f) CONTRATANTE;

g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste termo de credenciamento;

h) a decretação de falência;

i) a dissolução da CONTRATADA;

j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

k) razões de interesse público, desde que notificada a CONTRATADA com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas na Lei Federal nº 14133/21:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.

II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a procedimento auxiliar ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

e) Fraudar o procedimento auxiliar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

i) Dar causa à inexecução parcial do contrato; I – advertência;
j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

k) Dar causa à inexecução total do contrato;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
I - multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. I - multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. O CREDENCIADO não poderá cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos

serviços prestados;
9.2. Obriga-se a colocar à disposição do Município de BURITI - MA, os serviços que se compromete a realizar.
9.3. Os serviços serão realizados conforme informações e demais exigências do TERMO DE REFERENCIA.
9.4. Manter a qualidade na prestação de serviços;
9.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.
9.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município de BURITI - MA.
9.7. São ainda obrigações dos prestadores de serviços ao Município de BURITI - MA:
a) Informar ao Município de BURITI - MA eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
b) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.
c) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.
d) Permitir o acesso dos supervisores das Secretarias Municipais para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do termo de credenciamento.
e) Manter, durante todo o termo de credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.
f) Assumir total responsabilidade com os serviços especificados no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O credenciado deverá manter preposto, aceito pela Administração do Município de BURITI - MA.

10.2. A execução dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, que atuará como fiscal do contrato, com poderes para verificar a conformidade da prestação dos serviços com as condições estabelecidas neste instrumento.

10.3. Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar a execução dos serviços, registrando ocorrências e adotando as providências cabíveis em caso de irregularidades;

II – Atestar as notas fiscais ou documentos de cobrança apresentados, condicionando o pagamento à efetiva e correta prestação dos serviços;

III – Solicitar esclarecimentos, documentos e demais informações necessárias ao desempenho da fiscalização;

IV – Comunicar à autoridade competente quaisquer descumprimentos contratuais, sugerindo, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241- 2025
Fls. 185

10.4. A atuação do fiscal não exime a credenciada de sua total responsabilidade quanto à fiel execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - Este termo de credenciamento poderá ser alterado, nos casos previstos pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo de credenciamento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 - Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 02 (duas) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE	**PELA CONTRATADA**
_____	_____
TESTEMUNHAS	
_____	_____
NOME:	NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 186

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
CREDENCIAMENTO Nº _____/_____
INEXIGIBILIDADE Nº _____/_____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/_____

OBJETO CONTRATUAL
.....

VALOR CONTRATUAL
R$ …….. (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro….., Número….., Bairro….., Cidade….., Estado…..
Nome Responsavel Contrante….., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DO CONTRATADO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro…., Número…., Bairro…., Cidade….., Estado…...
Nome Responsavel Contratado….., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato…..

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante…. – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante ….., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às

disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente contrato é estimativo, sendo os pagamentos devidos ao contratado apurados de acordo com os abastecimentos efetivamente realizados, observando-se o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data de cada abastecimento, conforme previsto no Termo de Referência, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1						
2						
3						
Valor Total					**R$ .....**	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Credenciamento;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, sem garantia de consumo mínimo, tendo em vista a natureza eventual, sob demanda e decorrente de credenciamento da presente contratação.

3.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados

relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços praticados no âmbito deste contrato não se submetem a reajuste periódico, uma vez que o fornecimento de combustíveis ocorrerá em mercado fluido, sendo o valor de cada abastecimento definido com base no preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à data da operação.

6.2 – O valor devido ao contratado será apurado exclusivamente com base nos abastecimentos efetivamente realizados, observados os registros de controle e os parâmetros definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada

acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Buriti deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: …….
CLASSIFICAÇÃO: …….
NATUREZA DA DESPESA: …….
FICHA: …….

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no credenciamento, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no procedimento auxiliar ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de

reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.
17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buriti – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE	**PELA CONTRATADA**
_____	_____
TESTEMUNHAS	
_____	_____
NOME:	NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 195

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
**Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa*

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que a proposta apresentada para esse credenciamento está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

Declaro que cumprirei a cota de aprendiz a que a empresa está obrigada, nos termos do art. 429 e seguintes da CLT.

_____, ___ de _____ de _____

_____
Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 196
Rubrica:

Edital de Chamamento Público nº 001/2026

Última atualização 26/01/2026

Acessar Contratação

Local: Buriti/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE BURITI

Unidade compradora: 4249 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Modalidade da contratação: Credenciamento **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 79, I

Tipo: Edital de Chamamento Público **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 26/01/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 26/01/2026 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 26/01/2026 00:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06117071000155-1-000006/2026 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Credenciamento para contratação de pessoa juridica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 9.964.000,00

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Gasolina Comum	376000	R$ 5,90
2	Oleo Diesel Comum	330000	R$ 6,17
3	Oleo Diesel S10	950000	R$ 6,01

Exibir: 5 | 1-3 de 3 itens | Página: 1

Voltar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Nº 3241 - 2025

ELETRÔNICO Nº 04/2026-SRP

O MUNICÍPIO DE ALTO PARNAÍBA - MA, TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026-SRP. O Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu TORNAR SEM EFEITO a publicação do AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026-SRP, publicado no dia 19 de janeiro de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Maranhão FAMEM, Ano 2026- Nº 3773. VOL. 20 pag 27 e 28, MOTIVO: modificação no processo administrativo. Alto Parnaíba/MA, 22 de janeiro de 2026. JOSÉ MELO DE OLIVEIRA JÚNIOR. Agente de Contratação

Publicado por: JOSé MELO DE OLIVEIRA JúNIOR
Código identificador: e392dd6e52627163d3bb02291742814f

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

DECRETO Nº 03/2026

DECRETO Nº 03/2026

Dispõe sobre o reajuste do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Arame/MA.

O Prefeito Municipal de Arame, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 59 e 66 da Lei Orgânica Municipal, e

A. o disposto no Capítulo VII da Lei **Nº** 216/2010 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei nº 296/2014;

CONSIDERANDO por fim, a Medida Provisória nº 1.334, de 21 de janeiro de 2026, que alterou a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público de educação básica;

DECRETA

Art. 1º Fica reajustado o piso salarial do Magistério Público Municipal no âmbito do Município de Arame/MA, para a jornada de 40 horas semanais o valor de R$ 5.130,63 (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos), a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAME-MA, em 22 de janeiro de 2026

PEDRO FERNANDES RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: dfea682685ffc5b4d0c8d0733e2fc642

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025 SRP - APÓS DESCLASSIFICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025 SRP
Processo Adm: Nº 2305.01/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de uniformes e acessórios operacionais padronizados, destinados ao atendimento das necessidades da Guarda Municipal de Balsas/MA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 303.885,00 (trezentos e três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais): **VENTO NORTE EIRELI** (02962910000180) com o lote: 5 no valor total de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais). **OMEGA JEANS LTDA** (07093190000188) com os lotes: 1, 2, 3 e 6 no valor total de R$ 141.540,00 (cento e quarenta e um mil e quinhentos e quarenta reais). **RESERVA SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTOS TÁTICOS LTDA** (59012539000103) com o lote: 8 no valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). **A M M CORREA** (53169506000195) com os lotes: 4, 7 e 10 no valor total de R$ 127.345,00 (cento e vinte e sete mil e trezentos e quarenta e cinco reais).

Itens fracassados: 9 e 11

BALSAS - MA, 23 de janeiro de 2026
TAIANY SANTOS CARVALHO
CONDUTOR DE PROCESSOS

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: e760e20d7c50c695bf2824877e3ba41d

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 042/2025

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Credenciamento Eletrônico nº 001/2026, objetivando o credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, aberta através do processo administrativo Nº 3241/2025. O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico através do site www.licitanet.com.br, no período de 26/01/2026 a 26/01/2027. Base legal: Artigo **74, inciso IV e artigo 79, incisos I e III, ambos** da Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal nº 121/2026. Modo de seleção: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; e em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação. DATA, HORA e LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio, https://www.gov.br/pncp/pt-br, www.buriti.ma.gov.br, www.licitanet.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Buriti, sita a Rua Felinto Pessoa, 01, centro, Buriti/MA, no horário das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de segunda a sexta feira, ou solicitado através do e-mail: contratapmburiti@gmail.com.
Buriti/MA, 23 de janeiro de 2026
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 6cf09fd15023bbd613f04721d97ae9ae

EXTRATO DO 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 008/2025

EXTRATO DO 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 008/2025, assinado em 23/01/2026. Objeto: 1º Termo de prorrogação do Contrato nº 008/2025, visando a contratação de empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc Nº 3241 - 2025
Fls 198
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 042/2025

A Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados que realizará nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Credenciamento Eletrônico nº 001/2026, objetivando o credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA, aberta através do processo administrativo Nº 3241/2025. O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônico através do site www.licitanet.com.br, no período de 26/01/2026 a 26/01/2027. Base legal: Artigo **74, inciso IV e artigo 79, incisos I e III, ambos** da Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal nº 121/2026. Modo de seleção: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; e em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação. DATA, HORA e LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio, https://www.gov.br/pncp/pt-br, www.buriti.ma.gov.br, www.licitanet.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Buriti, sita a Rua Felinto Pessoa, 01, centro, Buriti/MA, no horário das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de segunda a sexta feira, ou solicitado através do e-mail: contratapmburiti@gmail.com.
Buriti/MA, 23 de Janeiro de 2026

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA-MA
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-SRP. A Prefeitura Municipal de Palmeirândia-MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide do Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2026-SRP, do tipo Menor Preço, modo de disputa: Aberto, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, desinstalação e manutenção de ar-condicionado com fornecimento de peças, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Palmeirândia/MA, no dia 09 de fevereiro de 2026, às 08:00 hs (oito horas). O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h (oito horas) às 14:00h (quatorze horas) onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtido mediante apresentação de pen-drive ou da entrega de 01 (uma) resma de papel A4, bem como pela internet, através de nosso endereço eletrônico www.palmeirandia.ma.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://www.gov.br/pncp/pt-br, Sistema de Informações de Controle - SINC, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) e Portal de Compras Licitanet: www.licitanet.com.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail: cplpalmeirandia2021@gmail.com. Palmeirândia - MA, em 20 de janeiro de 2026.

Larissa Laís Melo Soares
Ordenadora de Despesa por Ato de Delegação do Decreto Municipal 007/2021
De 08.01.2021 publicado no átrio da Prefeitura Municipal
De Palmeirândia/MA

NOTA DE COMPARECIMENTO

Solicito o comparecimento do colaborador FABIO GONCALVES DA SILVA , na sede da empresa EDECONSIL localizada na MA 006 KM 6,5 Povoado Bom Jesus , Pinheiro – MA CEP 65.200-00, no prazo de até 48 horas para tratar de assunto do seu interesse.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Balneabilidade das Praias da Região Metropolitana da São Luís — Data da última coleta 20/01/2026

PONTOS	COORDENADAS	LOCALIZAÇÃO	REFERÊNCIA	CONDIÇÃO
P01	02°30'01.08"S 44°16'11.30"O	Praia Ponta d'Areia São Luís	Ao lado do Espigão Ponta D'Areia	IMPRÓPRIO
P02	02°29'51.40"S 44°16'44.30"O		Em frente à rampa de acesso à praia, lado direito do Praia Mar hotel.	IMPRÓPRIO
P03	02°29'39.50"S 44°15'26.15"O		Em frente ao Centro de Atendimento ao Banhista na Praça do Sol.	IMPRÓPRIO
P04	02°29'11.00"S 44°16'07.20"O	Praia Ponta do Farol São Luís	Em frente ao Farol e Forte de São Marcos	PRÓPRIO
P05	02°29'12.10"S 44°17'32.30"O	Praia de São Marcos São Luís	Em frente Praça do Pescador, próximo à Barraca do Chef	PRÓPRIO
P06	02°29'12.50"S 44°17'05.60"O		Em frente ao Posto Guarda Vidas - Bombeiros	PRÓPRIO
P07	02°29'11.40"S 44°16'32.20"O		Em frente ao prédio verde com o Heliporto	IMPRÓPRIO
P08	02°29'59.90"S 44°16'01.90"O		Em frente à Barraca de Jornal da Praça de alimentação da Litorânea	IMPRÓPRIO
P09	02°28'52.70"S 44°15'40.30"O	Praia do Calhau São Luís	Em frente à Estação Elevatória de Esgoto 2.2 (E.E.E.2.2) da CAEMA e Cirlulo Militar	PRÓPRIO
P10	02°28'53.70"S 44°15'12.60"O		Em frente à descida da Rua Altamira, proximidades da Pousada Vista Mar	PRÓPRIO
P11	02°28'53.40"S 44°14'19.60"O		Em frente à descida da Avenida Copacabana e Pousada Suiça	PRÓPRIO
P12	02°28'46.20"S 44°14'10.00"O	Praia do Olho d'Água São Luís	Em frente à descida da rua São Geraldo	PRÓPRIO
P13	02°28'29.90"S 44°13'33.60"O		À direita da Elevatória Iemanjá II	PRÓPRIO
P14	02°28'30.00"S 44°13'14.80"O		Em frente à casa com jirâmbolas no lado, antes da falésia	IMPRÓPRIO
P15	02°26'13.40"S 44°12'41.80"O	Praia do Meio São José de Ribamar	Próximo ao Kachhua Bar e Restaurante	PRÓPRIO
P16	02°28'05.20"S 44°12'22.70"O		Próximo ao Bar e Restaurante Capiau 2	PRÓPRIO
P17	02°27'50.80"S 44°11'55.00"O	Praia do Araçagy São José de Ribamar	Em frente à rampa principal de acesso à praia	PRÓPRIO
P18	02°27'47.80"S 44°11'29.00"O		Em frente ao Bar da Alaíde	PRÓPRIO
P19	02°27'33.30"S 44°10'32.20"O	Praia do Araçagy Paço do Lumiar	Em frente ao Bar e Restaurante Rainha	PRÓPRIO
P20	02°27'33.50"S 44°10'32.20"O	Praia Olho de Porco Paço do Lumiar	Em frente ao Las Vegas Bar e Restaurante	PRÓPRIO
P21	02°27'22.70"S 44°10'22.20"O	Praia Olho de Porco Raposa	Última Barraca antes da foz do Igarapé do Mangue seco/ Olho de Porco	PRÓPRIO
P22	02°27'00.40"S 44°09'47.20"O	Praia do Mangue Seco Raposa	Em frente à Biblioteca do Caranguejo próximo as Barracas da Vó e do Sr. Pedro	PRÓPRIO

Resolução CONAMA nº 274/2000 de 29 de novembro de 2000
Art. 2º As águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria.

Atenção: A ocorrência de chuvas influencia negativamente na qualidade das águas das praias, considerando que ocorre maior carreamento de matéria orgânica oriunda de lavagem das vias públicas para os rios e, consequentemente, para os mares. Portanto, na ocorrência de chuvas, recomenda-se evitar a recreação nas 24h que as sucederam.

O monitoramento foi realizado no período de 22/12/2025 a 20/01/2026, integrando a série de acompanhamento semanal das condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
Av. de Holandeses, nº 94, Quadra 06, Ed. Manhattan, Calhau.
São Luís – MA CEP 65.071-38
Endereço Eletrônico: ouvidoria@sema.ma.gov.br

O Estado brasileiro: caro, ineficiente e distante do cidadão



CARLOS FURTADO*

O Estado brasileiro, tal como se apresenta à sociedade contemporânea, revela uma contradição profunda: é oneroso para o contribuinte, ineficiente na entrega de serviços essenciais e incapaz de garantir plenamente segurança, saúde e educação de qualidade, pilares mínimos de qualquer nação que se pretenda justa e civilizada. Essa realidade não é fruto de um governo isolado, mas resultado de décadas de distorções estruturais, má gestão e fragilidade institucional.

O peso do Estado se manifesta na elevada carga tributária, desproporcional à qualidade dos serviços oferecidos. O cidadão paga como se vivesse em um país desenvolvido, mas recebe serviços públicos que, em muitos casos, não atendem sequer aos padrões mínimos de dignidade. Esse desequilíbrio alimenta a descrença nas instituições e aprofunda o distanciamento entre o Estado e a sociedade.

A ineficiência administrativa é outro traço marcante. A máquina pública brasileira é extensa, burocratizada e, muitas vezes, voltada para a própria manutenção, em detrimento do interesse público. A multiplicação de cargos, estruturas sobrepostas e órgãos com funções redundantes consome recursos que deveriam ser direcionados à melhoria efetiva das políticas públicas. Falta planejamento de longo prazo, avaliação de resultados e responsabilização pelos erros.

A vulnerabilidade à corrupção constitui uma chaga histórica. Independentemente da orientação ideológica dos governos, o Estado brasileiro mostra-se permeável a práticas ilícitas, desvios de recursos e alianças políticas baseadas em interesses particulares. A corrupção não apenas dilapida o erário, mas corrói a confiança social, enfraquece a democracia e perpetua desigualdades. O mais grave é a naturalização do problema, como se fosse um mal inevitável, quando, na verdade, é consequência da ausência de controles eficazes e de uma cultura de impunidade.

No campo da segurança pública, o fracasso é visível. O Estado não consegue assegurar ao cidadão o direito básico de ir e vir, sem medo. O avanço do crime organizado, a precariedade do sistema prisional e a falta de políticas integradas de prevenção e repressão revelam um poder público frequentemente reativo, desarticulado e incapaz de enfrentar um fenômeno que se tornou nacional e transnacional. A sensação de insegurança, mais do que os dados estatísticos, molda a vida cotidiana e restringe a liberdade dos brasileiros.

A saúde pública, embora amparada por um sistema constitucionalmente avançado, sofre com subfinanciamento crônico, má gestão e desigualdades regionais. Hospitais superlotados, filas intermináveis e falta de profissionais e insumos demonstram que o problema não é apenas de recursos, mas de eficiência, governança e prioridade. O cidadão recorre ao Estado nos momentos de maior vulnerabilidade e, não raro, encontra portas fechadas. Na educação, o cenário é igualmente preocupante. Apesar dos investimentos expressivos ao longo dos anos, os resultados permanecem aquém do necessário. A baixa qualidade do ensino básico, a desvalorização dos professores e a ausência de projetos pedagógicos consistentes comprometem a formação cidadã e profissional das novas gerações. Sem educação de qualidade, perpetuam-se a pobreza, a violência e a dependência do próprio Estado que falha.

O Estado brasileiro, portanto, enfrenta uma crise que é menos financeira e mais moral, administrativa e institucional. Não se trata de defender um Estado mínimo ou máximo, mas um Estado funcional, ético e comprometido com resultados. Enquanto prevalecer a lógica do aparelhamento, do improviso e do uso político da máquina pública, o cidadão continuará pagando caro por um serviço público que não corresponde às suas necessidades.

A superação desse quadro exige reformas estruturais, fortalecimento das instituições de controle, profissionalização da gestão pública e, sobretudo, uma mudança de cultura política. Um Estado que não serve ao cidadão perde sua razão de existir. E uma sociedade que tolera a ineficiência e a corrupção acaba por legitimar a própria exclusão.

*HISTORIADOR E BACHAREL EM DIREITO.

Projeto E+ Geladeira Nova beneficia moradores de São Luís Gonzaga, Turiaçu e Açailândia

Distribuidora promove ainda mutirões de atendimento em Paço do Lumiar e Pinheiro

DIVULGAÇÃO



O E+ Geladeira objetiva estimular a troca de geladeiras antigas e ineficientes por modelos mais econômicos e modernos

O projeto E+ Geladeira Nova, da Equatorial Maranhão, chega aos municípios de São Luís Gonzaga, Turiaçu e Açailândia, oferecendo aos moradores a oportunidade de substituir geladeiras antigas por modelos novos, mais eficientes e econômicos, de forma totalmente gratuita. A ação já beneficiou milhares de famílias maranhenses e, agora, os moradores de cada cidade poderão se cadastrar nos dias 27 e 28 de janeiro para concorrer a uma das geladeiras disponibilizadas.

Voltado para famílias de baixa renda, o projeto faz parte do Programa de Eficiência Energética da Equatorial Maranhão, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e reforça o compromisso da Distribuidora com a sustentabilidade e a responsabilidade social. A iniciativa sorteia refrigeradores com Selo A de Eficiência Energética do Procel, que podem ser até 40% mais econômicas, quando comparadas a equipamentos antigos e menos eficientes.

Para participar do projeto, os moradores dos municípios devem atender aos seguintes requisitos: Ser cliente residencial de baixa renda e residir no município da ação; estar cadastrado na Tarifa Social de Energia Elétrica, benefício do governo federal que garante descontos na conta de energia; estar em dia com as faturas de energia; possuir geladeira antiga em funcionamento; apresentar CPF, RG ou CNH e a conta de energia mais recente.

É importante destacar que o serviço é totalmente gratuito, sem cobrança de taxas, e que a logística da troca será explicada no momento do cadastro.

CADASTROS

Em São Luís Gonzaga, os cadastros serão realizados nos dias 27 e 28 de janeiro, das 8h às 17h, na Quadra de Esportes Municipal, localizada na Avenida Marechal Castelo Branco, no Centro.

No município de Turiaçu, os moradores poderão comparecer, nos dias 27 e 28 de janeiro, ao Ginásio da Escola Municipal Castanhal, localizado na Avenida Juscelino Kubistschek, no horário das 8h às 17h, para realizar o cadastro.

Já em Açailândia, os cadastros serão feitos em três dias: 27, 28 e 29 de janeiro. Nos dias 27 e 28, o atendimento será das 8h às 17h; e no dia 29, das 8h às 12h, na Quadra Poliesportiva EMTI Jurgleide Alves Sampaio, localizada na Rua João de Deus, no bairro Getat.

MAIS SERVIÇOS

Além da troca de geladeiras, a programação em cada município inclui também a troca de até lâmpadas incandescentes ou fluorescentes, por lâmpadas novas de LED, cadastro na Tarifa Social de Energia Elétrica e negociação de débitos com condições facilitadas.

E+ PROFISSIONAL

Com foco na qualificação profissional gratuita para jovens e adultos de baixa renda, a Equatorial Maranhão oferece, em Turiaçu, o Curso de Empreendedorismo + Lanche Rápido – Salgados, por meio do Projeto E+ Profissional. As inscrições podem ser feitas entre os dias 22 e 28 de janeiro, das 8h às 12h, na Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Francisco Reis, no Centro. O curso acontecerá no dia 29 de janeiro, às 14h.

Em Açailândia, a Distribuidora oferece o Curso de Automaquiagem. As inscrições podem ser feitas também entre os dias 20 a 28 de janeiro, das 8h às 12h, na Associação de Mulheres Educadoras - AME, localizada na Rua Projetada 01, quadra 02, lote 205, Conjunto Cohab. O curso acontecerá no dia 29 de janeiro, de 8h às 12h.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3242 - 2025
Fls. 144
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: PETRO GÁS	***CNPJ:***
Endereço: R. BANDEIRA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: 98198402683	***Data:***
Representante Legal: LUCIAN	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.49	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6.50	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.50	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 200
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: ELISA BETA	***CNPJ:***
Endereço: R. MANDEIRA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (86) 99918 5128	***Data:***
Representante Legal: EDIVALDO	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6.29	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.39	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 201
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: AUTO NIVEL C	***CNPJ:***
Endereço:	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 985 06 48 82	***Data:***
Representante Legal: THAYLON	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.49	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6.29	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.39	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 202
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: JOÃO e MARIA	***CNPJ:***
Endereço:	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 984 79725	***Data:***
Representante Legal: PEDRO (GERENTE	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.50	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6.30	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.30	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025 05
Fls. 203
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: SP POSTO BARATÃO	***CNPJ:***
Endereço:	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 98502 0531	***Data:***
Representante Legal: ARNO	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.29	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000		
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.15	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 204
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: BX	***CNPJ:***
Endereço:	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (86) 99946075	***Data:***
Representante Legal: BENEDITO	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000		
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.29	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241- 2025
Fls. 205
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: 2 IRMÃOS	***CNPJ:***
Endereço: SANT ELENA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 982283954	***Data:***
Representante Legal: FRANCELE	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	X-X	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.59	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 206
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: ULTRA POSTO	***CNPJ:***
Endereço: NOVO ORIENTE	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 98446 4767	***Data:***
Representante Legal: PABLO	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6.29	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6.25	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6.29	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DEPACHO INTERNO

À
Ilma. Sra.
Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Assunto: Informação sobre ausência de credenciados e avaliação do critério de precificação adotado

Senhora Secretária,

A Comissão de Contratação, no exercício de suas atribuições legais e no acompanhamento do Chamamento Público de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados ao atendimento das Secretarias Municipais, vem, respeitosamente, informar e submeter à apreciação de Vossa Senhoria situação que demanda atenção administrativa.

O edital do referido credenciamento encontra-se devidamente publicado e disponível desde 26/01/2026, com vigência até 26/01/2027, assegurando ampla publicidade e possibilidade de ingresso de interessados a qualquer tempo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, até a presente data, 23 de fevereiro de 2026, não houve o credenciamento de nenhum posto de combustíveis no procedimento em referência.

Tal circunstância gera preocupação administrativa relevante, considerando que o fornecimento de combustíveis constitui serviço essencial e indispensável à manutenção das atividades da frota municipal, incluindo veículos administrativos, operacionais e vinculados à prestação de serviços públicos essenciais.

Diante desse cenário, esta Comissão entende pertinente avaliar se o critério de precificação atualmente adotado no edital — consistente na utilização do preço médio semanal do Estado do Maranhão, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — encontra-se compatível com a realidade do mercado local, ou se eventual defasagem ou divergência em relação aos preços praticados na região pode estar impactando o interesse dos postos em se credenciarem.

A preocupação central reside na necessidade de prevenir risco de desabastecimento da frota municipal, situação que poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, submetemos a presente informação à apreciação de Vossa Senhoria, para que seja avaliada a conveniência e oportunidade de eventual reanálise do critério de precificação adotado, bem como a adoção de medidas administrativas que se mostrem adequadas para garantir a efetividade do credenciamento e a segurança no abastecimento da Administração Pública Municipal.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti – MA, 21 de janeiro de 2026.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 208
Rubrica:

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 209
Rubrica:

DESPACHO INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
CHAMANETO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Ao Senhor
Carlos Herik Sousa Brust
Departamento de Compras

Assunto: Determinação de nova pesquisa de preços – fornecimento de combustíveis

Considerando a manifestação formal apresentada pela Comissão de Contratação, informando que, até a presente data (23 de fevereiro de 2026), não houve o credenciamento de nenhum posto de combustíveis no âmbito do Credenciamento nº 001/2026;

Considerando que o edital encontra-se disponível desde 26/01/2026, com vigência até 26/01/2027, permitindo o ingresso de interessados a qualquer tempo;

Considerando que o fornecimento de combustíveis constitui serviço essencial à manutenção da frota municipal e à continuidade dos serviços públicos;

DETERMINO ao Setor de Compras a realização imediata de nova pesquisa de preços junto aos postos de combustíveis estabelecidos no Município de Buriti-MA, contemplando gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10.

A referida pesquisa deverá:

1) Apurar os valores atualmente praticados na bomba pelos postos do Município de Buriti-MA;
2) Realizar comparativo detalhado entre os valores praticados localmente e o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
3) Identificar se há diferença relevante entre os valores locais e o parâmetro estadual adotado no edital;
4) Analisar tecnicamente se eventual diferença pode estar impactando o interesse dos postos em aderirem ao credenciamento;
5) Apresentar relatório conclusivo indicando, de forma fundamentada, se o critério atualmente adotado (preço médio estadual da ANP) permanece adequado à realidade do mercado local.

Deverá ainda o Setor de Compras, caso entenda pertinente, sugerir alternativas técnicas viáveis, tais como:

a) adoção do preço médio regional, quando disponível;
b) adoção do preço médio específico do Município, quando houver divulgação pela ANP;
c) utilização de percentual de desconto sobre o preço médio estadual;
d) outro parâmetro técnico que assegure equilíbrio entre economicidade para a Administração e viabilidade de adesão pelos fornecedores locais.

O relatório deverá conter exposição clara dos dados coletados, memória de cálculo, fundamentação técnica e conclusão objetiva, de modo a subsidiar eventual reavaliação do critério de precificação adotado no edital, preservando-se os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e continuidade do serviço público.

Após a conclusão, os autos deverão retornar a esta Secretaria para análise e deliberação.

Buriti/MA, 23 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 211
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: AUTO POSTO BATISTA	***CNPJ:*** 07.702.497/0001-39
Endereço: AV. CANDOCA MACHADO, BURITI/MA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 98482-1069	***Data:*** 24.02.2026
Representante Legal:	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6.49	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$ 6.40	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6.60	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 212
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: Posto Dois Irmãos	***CNPJ:*** 42.179.431/0001-07
Endereço: R. Santa Helena, Bacuri, Buriti	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 98984-7088 10	***Data:*** 24.02.2026
Representante Legal: Rismark F. Almeida	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6.59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$ 6.59	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6.59	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 213
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: Posto BX	***CNPJ:*** 27.176.950/0001-28
Endereço: Av. Candoca Machado, Buriti/MA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98)99946-0175	***Data:*** 24.02.26
Representante Legal: Benedito	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6.59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6.29	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 214
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: M.E. MENEZES DE ARAUJO	***CNPJ:*** 14.733.194/0001-49
Endereço: ROD. MA034, BURITI/MA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 98446-4767	***Data:*** 24.02.2026
Representante Legal: Francisco Rubio Filho	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6.29	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$ 6.19	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6.29	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 215
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: E. DIMENTEL DE ARAÚJO E CIA	***CNPJ:*** 13.940.512/001-80
Endereço: RUA DA BANDEIRA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: (98) 3482-1165	***Data:*** 24/02/2026
Representante Legal: Thoiller Lima.	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	6,59	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	6,29	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	6,39	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 216
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PESQUISA DE PREÇOS

Razão Social: Auto Posto JM	***CNPJ:*** 53.161.591/0001-45
Endereço: R. Antonio Pereira Mauro - Buriti/MA	***Inscrição Estadual:***
Telefone: 98 78469-1080	***Data:*** 24.02.26
Representante Legal:	

Objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Buriti-MA*

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6.50	
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$ 6.30	
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6.30	

ORIENTAÇÃO: A presente planilha padronizada de proposta balizadora de preços pode ser preenchida a caneta azul ou preta, datilografada ou digitada, bem como trascrita para o papel timbrado da empresa fornecedora da presente proposta balizadora, sem rasuras. Deverá Obrigatoriamente conter carimbo com assinatura do representante legal da empresa. Em caso de preenchimento do presente formulário, deverá conter também carimbo do CNPJ da empresa. A presente pesquisa padronizada de proposta balizadora será fornecida também, em meio digital (CD-ROM, DVD-ROM, Pendrive ou enviado atraves de E-mail).

RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE COMPARATIVA

Para: **Giovana Colicchio Introvini**
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Objeto: Fornecimento de combustíveis
Município: Buriti-MA
Data da pesquisa local: 24 de fevereiro de 2026

1. OBJETO

Análise comparativa entre os preços médios divulgados pela ANP para o Estado do Maranhão (semana de 15/02/2026 a 21/02/2026) e os preços praticados nos postos de combustíveis do Município de Buriti-MA, conforme pesquisa realizada em 24/02/2026, com a finalidade de avaliar eventual defasagem relevante que possa estar impactando o não comparecimento de postos ao Chamamento Público de Credenciamento nº 001/2026.

2. PREÇOS MÉDIOS ANP – ESTADO DO MARANHÃO

Com base nos dados apresentados, os valores médios estaduais apurados no endereço eletrônico abaixo foi:

https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas

Gasolina Comum – média estadual: R$ 5,90
Óleo Diesel Comum – média estadual aproximada: R$ 5,94
Óleo Diesel S10 – média estadual aproximada: R$ 5,92

3. PREÇOS MÉDIOS APURADOS EM BURITI (24/02/2026)

Conforme pesquisa local realizada nos postos do Município de Buriti-MA

Gasolina Comum – média municipal: R$ 6,51
Óleo Diesel Comum – média municipal: R$ 6,35
Óleo Diesel S10 – média municipal: R$ 6,41

PESQUISA DE PREÇOS	
A	***AUTO POSTO JM - CNPJ Nº 53.161.591/0001-45***
B	***M. E. MENEZES DE ARAÚJO - CNPJ Nº 14.733.194/0001-49***
C	***E. PIMENTEL DE ARAÚJO - CNPJ Nº 13.940.512/0001-80***
D	***AUTO POSTO BATISTA - CNPJ Nº 07.702.497/0001-39***
E	***POSTO DOIS IRMÃOS - CNPJ Nº 42.179.431/0001-07***
F	***POSTO BX - CNPJ Nº 27.176.950/0001-28***

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	A	B	C	D	E	F	R$ MÉDIO	R$ TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	376000	R$ 6,50	R$ 6,29	R$ 6,59	R$ 6,49	R$ 6,59	R$ 6,59	R$ 6,51	R$ 2.447.133,33
2	Óleo diesel comum	Litro	330000	R$ 6,30	R$ 6,19	R$ 6,29	R$ 6,40	R$ 6,59		R$ 6,35	R$ 2.096.820,00
3	Óleo diesel s10	Litro	950000	R$ 6,30	R$ 6,29	R$ 6,39	R$ 6,60	R$ 6,59	R$ 6,29	R$ 6,41	R$ 6.089.500,00
VALOR GLOBAL											R$ 10.633.453,33

4. QUADRO COMPARATIVO – DIFERENÇA MUNICIPAL X ESTADUAL

Item	Produto	Média Estadual (ANP)	Média Buriti	Diferença (R$)	Diferença (%)
1	Gasolina comum	R$ 5,90	R$ 6,51	R$ 0,61	10,34%
2	Óleo diesel comum	R$ 5,94	R$ 6,35	R$ 0,41	6,90%
3	Óleo diesel s10	R$ 5,92	R$ 6,41	R$ 0,49	8,28%

5. ANÁLISE TÉCNICA

A partir do comparativo realizado entre o preço médio estadual do Maranhão divulgado pela ANP e os preços médios efetivamente praticados nos postos do Município de Buriti, apurados em pesquisa local, verificou-se diferença relevante entre os parâmetros.

As divergências identificadas foram:

- Gasolina comum: diferença de 10,34% acima da média estadual;
- Óleo diesel comum: diferença de 6,90% acima da média estadual;
- Óleo diesel S10: diferença de 8,28% acima da média estadual.

Observa-se que a diferença varia entre aproximadamente 6,9% e 10,34%, percentual que não pode ser considerado irrelevante sob a ótica econômica do setor de combustíveis, cuja margem operacional é tradicionalmente reduzida e altamente sensível a variações percentuais.

Importa destacar que:

1) O Município de Buriti localiza-se no interior do Estado do Maranhão, distante da capital São Luís, principal polo de armazenamento e distribuição de combustíveis;
2) A principal estrutura logística e centros de distribuição encontram-se concentrados em São Luís, capital do Estado do Maranhão;
3) A interiorização do combustível implica custos adicionais de frete, transporte rodoviário, seguro, perda operacional e logística reversa;
4) Municípios afastados da capital e de polos logísticos tendem a apresentar preços finais superiores aos praticados na região metropolitana;
5) A escala de compra dos postos locais é significativamente menor do que a observada em grandes centros, o que reduz poder de negociação junto às distribuidoras.

Nesse contexto, a utilização exclusiva do preço médio estadual como parâmetro máximo de pagamento pode estar gerando defasagem econômica entre 7% e 10% em relação à

realidade local, tornando financeiramente desvantajosa a adesão dos postos do Município ao procedimento de credenciamento.

Tal cenário é tecnicamente compatível com a hipótese prevista no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que reconhece a existência de mercados fluidos com variação constante de preços e condições de contratação, admitindo a adoção de soluções que preservem a viabilidade da contratação sem comprometer a economicidade.

Dessa forma, a diferença percentual apurada mostra-se suficientemente relevante para justificar a reavaliação do critério de precificação exclusivamente estadual para postos situados no Município de Buriti, a fim de garantir equilíbrio entre economicidade para a Administração e viabilidade econômica para os fornecedores locais, prevenindo risco de desabastecimento da frota municipal e assegurando a continuidade dos serviços públicos.

6. FUNDAMENTO LEGAL – ART. 79, INCISO III, LEI 14.133/2021

O art. 79, III, da Lei 14.133/2021 autoriza a utilização do credenciamento em mercados fluidos, nos quais há flutuação constante de valores e condições de contratação.

O mercado de combustíveis é tipicamente classificado como mercado fluido, com variação semanal de preços influenciada por:

a) política nacional de preços;
b) variação cambial;
c) custo logístico;
d) dinâmica regional de distribuição.

Assim, é juridicamente possível e razoável ajustar o parâmetro de pagamento para garantir viabilidade econômica e manutenção da competitividade, sem prejuízo da economicidade.

7. SUGESTÃO DE PARÂMETRO

A análise comparativa evidenciou diferença significativa entre o preço médio estadual divulgado pela ANP e os valores efetivamente praticados nos postos do Município de Buriti, especialmente em razão de fatores logísticos e estruturais próprios do mercado de combustíveis.

Importa destacar que o preço médio estadual divulgado pela ANP é influenciado de forma relevante pelos valores praticados na capital São Luís e na região metropolitana, onde se concentram as principais bases de distribuição e maior escala comercial do Estado. Tal concentração tende a reduzir artificialmente a média estadual, uma vez que a capital opera com maior volume de vendas, menor custo logístico e maior poder de negociação junto às distribuidoras.

Entretanto, essa realidade não reflete integralmente a dinâmica econômica dos municípios do interior, como é o caso de Buriti, onde incidem custos adicionais de transporte, frete, interiorização e menor escala de aquisição, fatores que impactam diretamente o preço final na bomba.

Dessa forma, embora o parâmetro estadual seja referência legítima e técnica, sua aplicação integral, sem qualquer ajuste, pode gerar distorção em municípios cuja estrutura logística difere substancialmente da capital.

Considerando o dever de preservação da economicidade e o princípio da moderação administrativa, entende-se mais adequado promover ajuste técnico equilibrado sobre o parâmetro estadual, sem equiparação integral ao preço praticado localmente.

Propõe-se, portanto, que para os postos localizados no Município de Buriti seja adotado como limite máximo de pagamento o preço médio estadual do Maranhão divulgado pela ANP acrescido de até 5%.

Tal percentual:

a) reduz parcialmente a defasagem identificada;
b) mantém vantagem econômica para a Administração;
c) permanece abaixo da média praticada no mercado local;
d) não descaracteriza a referência estadual;
e) mitiga o efeito de distorção provocado pela concentração logística na capital;
f) incentiva a adesão dos fornecedores;
g) reduz risco de desabastecimento;
h) preserva aderência ao art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

QUADRO DEMONSTRATIVO – PARÂMETRO COM ACRÉSCIMO DE 5%					
Item	**Produto**	**Média Estadual (ANP)**	**Acrescido de 5%**	**Média Buriti**	**Diferença (R$)**
1	Gasolina comum	R$ 5,90	**R$ 6,20**	R$ 6,51	R$ 0,32
2	Óleo diesel comum	R$ 5,94	**R$ 6,24**	R$ 6,35	R$ 0,11
3	Óleo diesel s10	R$ 5,92	**R$ 6,22**	R$ 6,41	R$ 0,19

8. CONCLUSÃO

A análise técnica realizada demonstrou, de forma objetiva e documentada, a existência de distorção relevante entre o preço médio estadual divulgado pela ANP e os valores efetivamente praticados no Município de Buriti, diferença esta influenciada por fatores estruturais do mercado, especialmente a concentração da base logística e das distribuidoras na capital São Luís, cuja escala comercial e menor custo de interiorização impactam diretamente a composição da média estadual.

A adoção do preço médio estadual sem qualquer mecanismo de equalização pode, portanto, não refletir adequadamente a realidade econômica local, comprometendo a atratividade do credenciamento e potencialmente afetando a continuidade do abastecimento da frota municipal.

O ajuste técnico de **5% (cinco por cento)** sobre o preço médio estadual revela-se medida proporcional, razoável e fundamentada em dados concretos, não representando majoração arbitrária de custos, mas sim correção moderada de assimetria identificada por meio de pesquisa formal de mercado.

Ressalta-se que, mesmo com a aplicação do percentual de 5%, os valores resultantes permanecerão inferiores à média efetivamente praticada nos postos do Município de Buriti, preservando vantagem econômica em favor da Administração Pública e afastando qualquer alegação de sobrepreço.

A medida proposta encontra respaldo nos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

a) legalidade, ao observar a disciplina do art. 79, inciso III, aplicável a mercados fluidos;
b) planejamento, ao decorrer de estudo técnico comparativo formalmente instruído;
c) economicidade, por manter valores inferiores aos praticados no mercado local;
d) eficiência, ao buscar solução que assegure efetividade do credenciamento;
e) razoabilidade e proporcionalidade, ao limitar o ajuste a percentual moderado;
f) interesse público, ao mitigar risco de desabastecimento da frota municipal;
g) motivação, por estar embasada em dados objetivos e critérios técnicos.

Dessa forma, a adoção do parâmetro ajustado representa decisão administrativa prudente, técnica e juridicamente sustentável, apta a assegurar equilíbrio entre controle financeiro, viabilidade contratual e continuidade dos serviços públicos essenciais, reduzindo riscos operacionais e fortalecendo a segurança jurídica do procedimento

Considerando, contudo, que o procedimento encontra-se em fase de credenciamento contínuo e que não há, até o presente momento, fornecedores habilitados, recomenda-se que a presente proposta de ajuste seja submetida previamente à análise e parecer da Procuradoria Jurídica do Município, a fim de verificar:

a) a possibilidade jurídica de atualização do parâmetro de pagamento durante a vigência do edital;
b) a necessidade de eventual retificação formal do instrumento convocatório;
c) os cuidados procedimentais necessários para garantir segurança jurídica e observância aos princípios da legalidade, transparência e isonomia.

Submete-se, assim, a presente recomendação à autoridade competente para deliberação e, caso entenda pertinente, encaminhamento à Procuradoria Jurídica para emissão de parecer.

Buriti - MA, 24 de fevereiro de 2026.

Carlos Herik Sousa Brust
Chefe do Departamento de Compras

Carlos Herik Sousa Brust

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 222
Rubrica:

À
Procuradoria Jurídica do Município
Prefeitura Municipal de Buriti – MA

Assunto: Solicitação de parecer jurídico – possível atualização de parâmetro de precificação

Encaminham-se os autos do Processo Administrativo nº 3241/2025, referente ao Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados ao atendimento das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

Consta nos autos manifestação formal da Comissão de Contratação informando que, até a presente data, não houve qualquer interessado credenciado, embora o edital esteja vigente desde 26/01/2026, permanecendo aberto até 26/01/2027.

Em razão da referida manifestação, foi determinada a realização de nova pesquisa de preços junto aos postos do Município de Buriti, cujo relatório técnico apontou diferença relevante entre o preço médio estadual divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e os valores efetivamente praticados no mercado local.

O estudo técnico sugeriu, como alternativa moderada e proporcional, a possibilidade de adoção de ajuste de até **5% (cinco por cento)** sobre o preço médio estadual da ANP para os postos situados no Município de Buriti, permanecendo os valores ainda inferiores à média local apurada.

Considerando que:

1) o procedimento encontra-se em fase de credenciamento contínuo;
2) não há, até o momento, fornecedores habilitados;
3) a eventual atualização do parâmetro poderá impactar o instrumento convocatório;

Submeto a matéria à apreciação dessa Procuradoria Jurídica para manifestação quanto:

I – à possibilidade jurídica de atualização do critério de precificação durante a vigência do edital, considerando a ausência de credenciados até o momento;
II – à necessidade de retificação formal do edital e eventual reabertura de prazo;
III – aos cuidados procedimentais necessários para assegurar observância aos princípios da legalidade, isonomia, transparência e segurança jurídica.

Solicita-se a emissão de parecer jurídico para subsidiar a decisão administrativa.

Buriti/MA, 24 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 223
Rubrica:

PARECER JURÍDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. nº 3241 . 2025
Fls. 224
Rubrica:

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 3241/2025

Credenciamento nº 001/2026

Interessada: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Objeto: Possibilidade jurídica de atualização do parâmetro de precificação do credenciamento para fornecimento de combustíveis.

I – RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para análise acerca da possibilidade jurídica de atualização do critério de precificação constante do Edital de Credenciamento nº 001/2026, destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de combustíveis às Secretarias Municipais do Município de Buriti/MA.

Consta dos autos que o procedimento encontra-se aberto desde 26/01/2026, com vigência até 26/01/2027, sem que tenha havido, até o presente momento, qualquer fornecedor credenciado.

Em razão da ausência de interessados, a Administração determinou a realização de pesquisa complementar de mercado junto aos postos de combustíveis sediados no Município de Buriti/MA, sendo elaborado Relatório Técnico de Análise Comparativa pelo Departamento de Compras, no qual se constatou significativa diferença entre os preços médios estaduais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e os preços efetivamente praticados no mercado local.

O estudo técnico apontou diferenças variando entre 6,90% e 10,34% acima da média estadual, atribuindo tal cenário a fatores logísticos, custos de interiorização, transporte e menor escala comercial dos postos localizados no interior do Estado.

Diante disso, foi sugerida, como medida moderada e proporcional, a adoção de parâmetro correspondente ao preço médio estadual da ANP acrescido de até 5% (cinco por cento) para os postos localizados no Município de Buriti/MA, permanecendo os valores, ainda assim, inferiores à média efetivamente praticada no mercado local.

A autoridade administrativa solicita manifestação jurídica acerca:

I – da possibilidade jurídica de atualização do critério de precificação durante a vigência do edital, considerando a inexistência de fornecedores credenciados;

II – da necessidade de retificação formal do edital e eventual reabertura de prazo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Fls. 225

III - dos cuidados procedimentais necessários à observância dos princípios da legalidade, isonomia, transparência e segurança jurídica.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1 - Da natureza jurídica do credenciamento e da aplicação do art. 79 da Lei nº 14.133/2021

O credenciamento constitui procedimento auxiliar previsto no art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo disciplinado especificamente pelo art. 79 da referida norma.

Nos termos do art. 79, inciso III, o credenciamento poderá ser utilizado nas hipóteses em que:

"a contratação ocorrer em mercados fluidos, nos quais a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação."

O mercado de combustíveis enquadra-se, de forma inequívoca, no conceito legal de mercado fluido, haja vista a permanente oscilação dos preços em razão de fatores econômicos, logísticos, tributários e concorrenciais, além da influência direta da política nacional de combustíveis e dos custos regionais de distribuição.

Nessa perspectiva, a Administração Pública deve estruturar o credenciamento de modo a preservar simultaneamente:

a) a economicidade;
b) competitividade;
c) a viabilidade econômica da contratação;
d) a continuidade dos serviços públicos;
e) a obtenção da proposta mais vantajosa em sentido amplo.

A ausência absoluta de interessados no credenciamento constitui elemento concreto e objetivo apto a evidenciar possível inadequação do parâmetro econômico inicialmente adotado pela Administração.

No caso em análise, a Administração não pretende promover majoração arbitrária dos valores, mas sim adequar tecnicamente o parâmetro de pagamento à realidade local, mediante estudo formal devidamente motivado e instruído com pesquisa de mercado atualizada.

II.2 - Da possibilidade jurídica de atualização do critério de precificação durante a vigência do edital

A Lei nº 14.133/2021 consagra os princípios da eficiência, planejamento, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, previstos expressamente em seu art. 5º.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA 2025
Fls. 226
Rubrica

O procedimento administrativo deve refletir a realidade econômica do mercado ao qual se destina, especialmente em setores sujeitos a elevada volatilidade.

No presente caso, o relatório técnico demonstrou que:

- o preço médio estadual divulgado pela ANP sofre forte influência dos preços praticados na capital São Luís e região metropolitana;
- os postos localizados no interior suportam custos adicionais de frete, logística e interiorização;
- os preços praticados em Buriti/MA mostram-se consistentemente superiores à média estadual;
- a ausência de credenciados revela possível inviabilidade econômica do modelo originalmente adotado.

Verifica-se, portanto, que a proposta de ajuste de até 5% sobre a média estadual da ANP decorre de motivação técnica concreta e visa preservar a efetividade do credenciamento.

Além disso, a medida não configura afronta à competitividade nem favorecimento indevido, pois:

a) decorre de critério objetivo e impessoal;
b) aplica-se indistintamente a todos os interessados;
c) permanece baseada em índice oficial da ANP;
d) mantém valores inferiores à média efetivamente praticada no mercado local.

Importante destacar que inexiste direito adquirido de terceiros à manutenção integral das cláusulas editalícias quando não houve credenciamento efetivado, contratação firmada ou expectativa jurídica individualizada consolidada.

Assim, desde que observadas as formalidades legais pertinentes, mostra-se juridicamente possível a atualização do critério de precificação durante a vigência do edital.

II.3 – Da necessidade de retificação formal do edital

Embora juridicamente possível a alteração do parâmetro econômico, tal modificação impacta diretamente condição objetiva do credenciamento, razão pela qual exige formalização mediante retificação do instrumento convocatório.

A alteração pretendida não pode ocorrer informalmente ou apenas por ato interno da Administração, sendo indispensável:

a) publicação de termo de retificação do edital;
b) ampla publicidade do ato;
c) divulgação pelos mesmos meios utilizados para publicação originária;
d) atualização expressa das regras de precificação;
e) reabertura do prazo para manifestação de interessados.

Entretanto, considerando tratar-se de credenciamento contínuo, sem sessão competitiva e sem fornecedores habilitados até o momento, a reabertura de prazo não exige reinício integral do procedimento, bastando a republicação da retificação e a readequação das condições do edital para conhecimento público.

A medida preserva os princípios da publicidade, transparência e isonomia, afastando riscos de nulidade futura.

II.4 – Dos cuidados procedimentais necessários

Para assegurar segurança jurídica ao procedimento, recomenda-se que a Administração adote as seguintes providências:

1. juntada integral do relatório técnico e da pesquisa de preços atualizada aos autos;
2. motivação expressa da decisão administrativa quanto à necessidade de ajuste;
3. edição de termo formal de retificação do edital;
4. publicação da retificação nos meios oficiais;
5. manutenção do critério objetivo de vinculação ao preço médio estadual da ANP;
6. limitação expressa do ajuste ao percentual máximo de até 5%;
7. manutenção de fiscalização permanente dos preços praticados;
8. previsão de revisão futura caso haja alteração relevante do cenário econômico;
9. demonstração contínua da vantajosidade econômica da contratação.

Registra-se que a adoção do percentual sugerido mostra-se compatível com os princípios da moderação administrativa e proporcionalidade, sobretudo porque os valores resultantes permanecerão inferiores aos preços médios efetivamente praticados no Município de Buriti/MA.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica opina:

I – Pela possibilidade jurídica de atualização do critério de precificação do Credenciamento nº 001/2026, mediante adoção do preço médio estadual da ANP acrescido de até 5% (cinco por cento), desde que mantida a devida motivação técnica e a comprovação da vantajosidade econômica;

II – Pela necessidade de retificação formal do edital, com ampla publicidade e divulgação pelos mesmos meios utilizados na publicação originária, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, transparência e isonomia;

III – Pela desnecessidade de reinício integral do procedimento, considerando tratar-se de credenciamento contínuo e inexistirem fornecedores atualmente habilitados;

2241 2025
228

IV - Pela recomendação de que a Administração mantenha monitoramento contínuo dos preços de mercado, com revisão periódica do parâmetro adotado, a fim de preservar economicidade e viabilidade contratual;

V - Pela continuidade do procedimento após a formalização da retificação editalícia e cumprimento das providências administrativas cabíveis.

Buriti/MA, 25 de fevereiro de 2026

Márjore Lima Freitas
Procuradora Geral do Município
OAB-PI nº 18541

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 229
Rubrica:

PORTARIA DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 303e7895d3161ee6d7931bfec329b721

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 230
Rubrica:

PORTARIA MUNICIPAL N°016/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI – ESTADO DO MARANHÃO, ELEITO PARA A GESTÃO 2025/2028, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BURITI/MA,

CONSIDERANDO a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização administrativa do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganização administrativa e de gestão no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. **JAELSA FERREIRA DOS SANTOS SOUSA, brasileira, inscrita no CPF n° 906.046.013-87**, da função de **Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental – Anos Finais**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Art. 2º - A presente exoneração refere-se exclusivamente à função de coordenação, não implicando, se for o caso, na vacância de cargo efetivo eventualmente ocupado pela servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Executivo Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
PREFEITO DE BURITI – MA

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 3cf2b45b7d4ddab0b0d2ec0d01487f01

PORTARIA MUNICIPAL N°017/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI – ESTADO DO MARANHÃO, ELEITO PARA A GESTÃO 2025/2028, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BURITI/MA,

CONSIDERANDO que os cargos de Secretário Municipal são de livre nomeação e exoneração, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização administrativa do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganização administrativa e de gestão no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **JAELSA FERREIRA DOS SANTOS SOUSA, brasileira, inscrita no CPF n° 906.046.013-87**, no Cargo de **Secretária Municipal de Educação** de Buriti/MA.

Art. 2º - A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas da Secretaria Municipal de Educação, inclusive em convênios celebrados, cabendo ao mesmo os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;

- Solicitar saldos / extratos de investimentos;
- Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
- Encerrar contas de depósito;
- Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 231
Rubrica:

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITO DE BURITI – MA

Gabinete do Executivo Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7fb15734a9e85528cf0da6d121a92a29

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na legislação municipal e nas demais leis que regem a espécie, considerando a sentença proferida no Mandado de Segurança n.º 0800930-56.2025.8.10.0130 (agravo n.º 832542-14.2025.8.10.0000) e, considerando a homologação do Resultado do Concurso Público objeto do EDITAL Nº 001/2024, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO CLASSIFICADO, relacionada no anexo II deste Edital, para o provimento de cargo do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Cajapió (MA).

O candidato relacionado no Anexo II do presente Edital deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Cajapió/MA, com sede na Rua Manoel Mendonça, n.º 180, Centro, Cajapió (MA), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando a partir de 23 de fevereiro de 2026, no horário das 08:30 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Por fim, apresenta aos convocados os modelos de declaração que deverão ser preenchidas adequadamente pelos candidatos, com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias.

Cajapió-MA, 11 de fevereiro de 2026.

RÔMULO ROBERTO MARQUES NUNES
Prefeito de Cajapió/MA

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELA CANDIDATA HABILITADA E CONVOCADA CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024.

- 01 (uma) foto 3X4;
- Cadastro do PIS/PASEP (se cadastrado);
- Cédula de Identidade (RG);
- Comprovante de regularização do CPF;
- Comprovante de Residência atual;
- Certidão de Casamento (se casado for);
- Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver): De 0 a 06 (seis) anos, apresentar cópia da Carteira de Vacina (atualizada); A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de Frequência Escolar (Decreto nº 3.048/99 – MPS).
- Cópia autenticada do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- Documentação comprobatória da escolaridade mínima exigida: Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe específico, se houver; Certificado de conclusão de Nível Técnico na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido e registrado em conselho de classe específico, se houver; Certificado de conclusão no caso de Ensino Médio ou Ensino Fundamental para os cargos que exigem apenas esta etapa da educação básica, acompanhados dos respectivos históricos escolares;
- Documento atestando regularidade com Conselho profissional;
- Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura 01/2024;
- Declaração de antecedentes criminais;
- Declaração de acumulação/não acumulação de cargo/função/emprego público (conforme modelo anexo III);
- Declaração de Bens (conforme modelo anexo IV);
- Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do candidato;
- Os candidatos aprovados deverão comparecer já com o atestado de saúde ocupacional – ASO;

ANEXO II

RELACÃO DE CANDIDATO HABILITADO E CONVOCADO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024.
CARGO:
AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	COLOCAÇÃO
102.934	WILLIAM VICTOR COSTA AZEVEDO	5º

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO/NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO PÚBLICO

Eu _____, servidor público municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ-MA, portador

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 232
Rubrica:

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO PARÂMETRO DE PRECIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Objeto: Chamamento público de Credenciamento para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA

Os Secretários Municipais abaixo assinados, no exercício de suas atribuições legais e na qualidade de ordenadores de despesa das respectivas pastas participantes do Credenciamento nº 001/2026, vêm apresentar a presente JUSTIFICATIVA TÉCNICA para adequação do critério de precificação previsto no Termo de Referência.

I – DO CONTEXTO FÁTICO

O Credenciamento nº 001/2026 foi regularmente publicado em 26 de janeiro de 2026, com vigência prevista até 26 de janeiro de 2027, em conformidade com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, mantendo-se aberto para adesão de interessados durante todo o período de validade.

Entretanto, transcorrido lapso temporal razoável desde sua disponibilização, verificou-se a ausência de requerimentos de credenciamento por parte de postos de combustíveis, conforme registro formal da Comissão de Contratação nos autos do processo administrativo.

Diante desse cenário, e visando preservar a efetividade do procedimento e prevenir riscos à continuidade do abastecimento da frota municipal, determinou-se a realização de levantamento técnico complementar, consistente em nova pesquisa de preços praticados no Município de Buriti-MA, com análise comparativa em relação aos preços médios semanais divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a fim de avaliar eventual defasagem entre o parâmetro adotado no edital e a realidade do mercado local.

II – DA ANÁLISE TÉCNICA

Conforme levantamento realizado, apurou-se que:

Média Estadual (ANP):
Gasolina Comum – R$ 5,90
Óleo Diesel Comum – R$ 5,94
Óleo Diesel S10 – R$ 5,92

Média praticada no Município de Buriti:
Gasolina Comum – R$ 6,51
Óleo Diesel Comum – R$ 6,35
Óleo Diesel S10 – R$ 6,41

Verificou-se diferença percentual aproximada entre 6% e 10%, dependendo do produto.

Cumpre destacar que o preço médio estadual divulgado pela ANP é formado a partir de levantamento realizado em diversos municípios do Maranhão, incluindo a capital São Luís e sua região metropolitana, onde se concentram as principais bases distribuidoras e estruturas logísticas de armazenamento e abastecimento do Estado.

Essa concentração logística impacta diretamente na formação do preço, uma vez que os custos de transporte primário, armazenamento e distribuição são significativamente menores nas localidades próximas às bases de fornecimento. Como consequência, os preços praticados na capital tendem a exercer efeito redutor sobre a média estadual consolidada.

Por outro lado, o Município de Buriti encontra-se em região interiorana, distante dos principais polos de distribuição, dependendo da interiorização do combustível a partir de centros logísticos situados, predominantemente, na capital. Esse deslocamento envolve custos adicionais de frete, transporte rodoviário, seguro de carga, logística secundária e recomposição de estoque, fatores que repercutem diretamente no preço final praticado na bomba.

Assim, embora a média estadual represente parâmetro técnico oficial, sua composição estatística não reflete integralmente as especificidades logísticas e estruturais de municípios interioranos como Buriti, podendo gerar defasagem econômica quando aplicada de forma uniforme e sem ajuste técnico.

III – DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO

A manutenção exclusiva do preço médio estadual da ANP como limite máximo de pagamento, sem qualquer mecanismo de ajuste técnico, pode estar comprometendo a atratividade econômica do procedimento, sobretudo para postos situados no Município de Buriti, cuja estrutura de custos é distinta daquela observada nos grandes centros logísticos do Estado.

O credenciamento, por sua natureza, pressupõe viabilidade econômica mínima para os interessados, uma vez que não há disputa competitiva por menor preço, mas adesão a condições previamente fixadas pela Administração. Quando o parâmetro adotado não guarda correspondência com a realidade local de custos, o instrumento perde efetividade prática, ainda que formalmente regular.

Além disso, o fornecimento de combustíveis insere-se em contexto típico de mercado fluido, nos termos do art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, caracterizado por variações frequentes de preço, influência de fatores externos (logística, distribuição, políticas de refinaria e tributação) e dinâmica regional diferenciada.

Nessas hipóteses, a própria legislação admite modelagem contratual compatível com a oscilação do mercado, permitindo à Administração adotar critérios técnicos que preservem simultaneamente a economicidade do gasto público e a viabilidade concreta da contratação.

Dessa forma, a adequação do parâmetro não representa flexibilização indevida, mas medida de governança administrativa voltada à efetividade do credenciamento, à continuidade do abastecimento da frota municipal e à proteção do interesse público primário.

IV – DO AJUSTE PROPOSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 234
Rubrica:

Com base na última pesquisa oficial disponível da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, referente ao período de 15/02/2026 a 21/02/2026, que apurou os seguintes preços médios estaduais para o Maranhão:

Gasolina Comum – R$ 5,90
Óleo Diesel Comum – R$ 5,94
Óleo Diesel S10 – R$ 5,92

Propõe-se a adoção de ajuste técnico de até 5% exclusivamente para postos localizados no Município de Buriti-MA, como forma de compatibilizar o parâmetro estadual com a realidade econômica local.

Com a aplicação do referido percentual, os valores máximos passariam a corresponder a:

Gasolina Comum – R$ 6,20
Óleo Diesel Comum – R$ 6,24
Óleo Diesel S10 – R$ 6,22

Registre-se que, mesmo com o acréscimo de 5%, os valores permanecem inferiores à média atualmente praticada no mercado local de Buriti, conforme pesquisa realizada nos autos, preservando vantagem financeira à Administração e mantendo o controle de economicidade.

Média praticada no Município de Buriti (24/02/20026):
Gasolina Comum – R$ 6,51
Óleo Diesel Comum – R$ 6,35
Óleo Diesel S10 – R$ 6,41

Ressalta-se, ainda, que o ajuste proposto não altera a sistemática de atualização semanal vinculada à ANP, mas apenas estabelece margem técnica moderada para equalização da diferença estrutural identificada.

Para postos situados fora do Município de Buriti-MA, permanece inalterado o parâmetro exclusivo do preço médio estadual divulgado semanalmente pela ANP, sem aplicação de qualquer acréscimo, em razão da realidade logística própria de cada localidade.

V – DA CONCLUSÃO

À luz da análise técnica realizada, verifica-se que a adequação do parâmetro de precificação não configura flexibilização indevida das condições do credenciamento, mas sim medida de ajuste racional diante de evidências objetivas constantes nos autos.

O critério originalmente adotado, embora juridicamente válido, mostrou-se insuficiente para refletir as especificidades econômicas do mercado local, circunstância que impactou diretamente a efetividade do procedimento. A proposta de ajuste técnico moderado preserva a lógica de vinculação à média estadual da ANP, mantendo controle público sobre o preço, ao mesmo tempo em que corrige distorção pontual identificada na comparação com a realidade municipal.

O ajuste proposto revela-se medida proporcional, tecnicamente fundamentada, juridicamente amparada e economicamente vantajosa, pois:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 235
Rubrica:

a) corrige distorção estrutural causada pela concentração logística na capital;
b) mantém preços abaixo da média local;
c) amplia a competitividade do credenciamento;
d) reduz o risco de desabastecimento da frota municipal;
e) preserva os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Importa destacar que o percentual sugerido não descaracteriza a referência estadual, não rompe com o regime de mercado fluido previsto no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e tampouco afasta o dever de economicidade, permanecendo os valores abaixo da média praticada no mercado local.

A medida revela-se, portanto, proporcional, motivada, tecnicamente embasada e orientada pela necessidade de assegurar viabilidade prática ao credenciamento, continuidade administrativa e segurança no abastecimento da frota municipal.

Diante disso, entende-se juridicamente sustentável e administrativamente recomendável a adoção do ajuste proposto, submetendo-se a presente justificativa à Comissão de Contratação para as providências cabíveis

Submete-se a presente justificativa à Comissão de Contratação para as providências cabíveis.

Buriti/MA, 25 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa
Secretária Municipal de Educação

Raimundo Lopes da Silva Filho

Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 236
Rubrica:

RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

OBJETO: Credenciamento para fornecimento de combustíveis destinados às Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA

Os Secretários Municipais abaixo assinados, no exercício de suas atribuições legais e na qualidade de ordenadores de despesa das respectivas pastas participantes do chamamento Público de Credenciamento nº 001/2026,

Considerando a manifestação formal da Comissão de Contratação acerca da ausência de interessados credenciados;

Considerando a realização de nova pesquisa de preços no Município de Buriti-MA;

Considerando a Justificativa Técnica datada de 25 de fevereiro de 2026;

Considerando o disposto no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

RESOLVEM RATIFICAR a adequação do parâmetro de precificação previsto no Termo de Referência do Credenciamento nº 001/2026, nos seguintes termos:

I – Para postos localizados no Município de Buriti-MA, será adotado como parâmetro máximo o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, acrescido de até 5% (cinco por cento);

II – Para postos localizados fora do Município de Buriti-MA, permanecerá como parâmetro exclusivo o preço médio estadual divulgado semanalmente pela ANP, sem acréscimo;

III – Permanece inalterada a sistemática de atualização semanal vinculada à ANP.

Determina-se à Comissão de Contratação a adoção das providências necessárias à retificação do Edital e do Termo de Referência, com a devida publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais.

Buriti/MA, 25 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa
Secretária Municipal de Educação

Raimundo Lopes da Silva Filho
Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira
Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 237
Rubrica:

RETIFICAÇÃO DO EDITAL E ANEOXS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti-MA, por intermédio das Secretarias Municipais participantes, torna pública a presente RETIFICAÇÃO do Edital do Credenciamento Eletrônico nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados às Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA.

1. Fica alterado o Item 2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

2.1. Considerando tratar-se de mercado fluido, nos termos do artigo 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, a distribuição da demanda entre os postos credenciados se dará mediante referência periódica (semanal) do preço médio de mercado praticado no Estado do Maranhão, adotado como parâmetro oficial para a execução do abastecimento, observadas as regras específicas previstas neste item.

2.2. Para fins de definição do valor de referência, a Administração adotará, semanalmente, o preço médio de revenda praticado no Estado do Maranhão, conforme divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, disponível no endereço eletrônico:
https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas.
Esse valor servirá como base para a realização dos abastecimentos da respectiva semana.

2.3. Para postos localizados no Município de Buriti-MA, será admitido acréscimo técnico de até 5% (cinco por cento) sobre o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, exclusivamente como limite máximo de pagamento, conforme justificativa técnica constante nos autos do processo administrativo.

2.4. Mesmo com a aplicação do acréscimo previsto no item anterior, os valores permanecerão limitados a patamar inferior à média praticada no mercado local, preservando a economicidade da contratação.

2.5. Para postos localizados fora do Município de Buriti-MA, inclusive em outros municípios do Estado do Maranhão ou em outras unidades da Federação, permanecerá como parâmetro máximo exclusivamente o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, sem aplicação de qualquer acréscimo.

preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, sem aplicação de qualquer acréscimo.

2.6. Os postos credenciados deverão praticar, no momento do abastecimento, preços iguais ou inferiores ao parâmetro máximo aplicável à sua localização, sendo vedada a cobrança de valores superiores ao limite adotado pela Administração.

2.7. Na hipótese de mais de um posto credenciado atender ao parâmetro de referência, a escolha do estabelecimento para o abastecimento considerará critérios de economicidade operacional e logística, priorizando aquele que proporcione menor custo global à Administração, especialmente em razão da distância e do deslocamento da frota.

2.8. A localização geográfica do posto credenciado será considerada na aferição da solução mais vantajosa, uma vez que eventuais diferenças de preço podem ser neutralizadas por custos adicionais de deslocamento. Assim, será priorizado o abastecimento em estabelecimentos que, além de observarem o parâmetro de preço aplicável, estejam situados em raio de proximidade que assegure maior eficiência e economicidade à operação.

2.9. O Município manterá o edital de chamamento público aberto durante sua vigência, em sítio eletrônico oficial, permitindo o ingresso de novos postos a qualquer tempo, em conformidade com o artigo 79, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.10. Os preços praticados pelos credenciados deverão corresponder fielmente aos valores exibidos na bomba no ato do abastecimento e estar compatíveis com o parâmetro máximo aplicável. A constatação de divergência ou cobrança indevida ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções previstas.

2.11. Em situações de deslocamento em viagem oficial, devidamente autorizada pela Administração, será admitido o abastecimento em postos localizados fora do território do Município de Buriti-MA, inclusive em outros Estados da Federação, desde que o estabelecimento esteja previamente credenciado no âmbito do presente chamamento público.

2.12. Nesses casos, o abastecimento deverá observar, obrigatoriamente, como parâmetro máximo de cobrança, o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela ANP, vigente à data do abastecimento, vedada a cobrança de valores superiores ao referido parâmetro.

2.13. A autorização para abastecimento fora do Município ou do Estado deverá estar vinculada à necessidade operacional da viagem oficial, à inexistência de autonomia suficiente do veículo para ida e retorno, ou à

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
3241-2025
Fls. 239
Rubrica:

indisponibilidade de postos credenciados no trajeto, devendo tais circunstâncias ser registradas no controle administrativo do abastecimento.

2.14. O abastecimento realizado fora do Município ou do Estado não afasta a obrigação do credenciado de cumprir integralmente as condições previstas neste instrumento, inclusive quanto à fidelidade dos valores praticados na bomba, à emissão regular da nota fiscal e à compatibilidade com o parâmetro máximo adotado pela Administração."

2. A presente retificação decorre de análise técnica e ratificação administrativa, fundamentadas no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão da caracterização de mercado fluido e da necessidade de adequação do parâmetro de precificação à realidade local.
3. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.
4. A presente retificação será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio oficial do Município e na plataforma LICITANET.

Buriti/MA, 26 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaelsa Ferreira dos Santos Sousa
Secretária Municipal de Educação

Raimundo Lopes da Silva Filho

Raimundo Lopes da Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde

Sherlyane Machado de Oliveira

Sherlyane Machado de Oliveira
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241 - 2025
Fls. 240
Rubrica:

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti-MA torna pública a RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 do Chamamento Público de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados às Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA. Fica alterado o Item 2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), adequando-se o parâmetro de precificação para postos localizados no Município de Buriti-MA, passando a admitir acréscimo técnico de até 5% sobre o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, mantendo-se inalterado o parâmetro estadual para postos situados fora do Município. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. A íntegra da retificação encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio oficial do Município e na plataforma LICITANET.

Buriti/MA, 26 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 3241-2025
Fls. 243
Rubrica

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 014/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 014/2026, assinado em 20/02/2026. Objeto: Primeiro Aditivo do Contrato nº 014/2026 que tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Buriti-MA. Processo Administrativo nº 121/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças, CNPJ nº 06.117.071/0001-55, CONTRATADO: A C C SOUZA LTDA, CNPJ nº 28.007.993/0001-42. Valor Global: R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais). Vigência Inicial: 29 de Janeiro de 2026. Vigência Final: 29 de Abril de 2026. Giovana Colicchio Introvini - Secretária Municipal de Administração e Finanças. Buriti - MA, 20 de fevereiro de 2026.

Identificador: 3428-79c8b5fb3640fb591fc60ec65858d68b1cbdf990

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3241/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Buriti-MA torna pública a RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 do Chamamento Público de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados às Secretarias Municipais do Município de Buriti-MA. Fica alterado o Item 2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), adequando-se o parâmetro de precificação para postos localizados no Município de Buriti-MA, passando a admitir acréscimo técnico de até 5% sobre o preço médio semanal do Estado do Maranhão divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, mantendo-se inalterado o parâmetro estadual para postos situados fora do Município. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. A íntegra da retificação encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sítio oficial do Município e na plataforma LICITANET.

Buriti/MA, 26 de fevereiro de 2026.

Giovana Colicchio Introvini
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Identificador: 3428-21da81e85de57c9897dbd9b7eb498ee13b76a987
